

**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260505CE20004

LICITAÇÃO Nº. 20004/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS

RUA PROFESSOR JOÃO RODRIGUES, 91 - CENTRO - POCINHOS - PB.

CEP: 58150-000 - E-mail: licitacaopocinhos@gmail.com - Tel.: (83) 33841247.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.505.246/0001-90, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Agente de Contratação, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 08:10 horas do dia 02 de Junho de 2026, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Concorrência nº 20004/2026, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: **OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES.**

Data de abertura da sessão pública: 02/06/2026. Horário: 08:10 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: prevista para ocorrer nessa mesma sessão pública.

Local: www.licitanet.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, VISANDO ATENDER DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO N.º 134/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será realizada em um único item.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - **OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES** -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão ao horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: www.licitanet.com.br.

2.3. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5. ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;

3.1.6. ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. www.pocinhos.pb.gov.br;

3.2.1.2. www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3. www.licitanet.com.br; e

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

3.3. Local onde poderá ser examinado e obtido pelos interessados o Projeto Básico referente ao objeto ora licitado, desde que observados os procedimentos definidos pelo ORC e os horários normais de expediente: Secretaria Municipal de Saúde.

3.4. Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: Imediato;

Conclusão: 12 (doze) meses.

5.2. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 18 (dezoito) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.3. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos: 3011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 3011.10.301.1009.2090 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 3011.10.302.1009.2047 - BLOCO DE INVESTIMENTO - 4490.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES - RECURSOS DO CONVÊNIO N.º 134/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

6.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas: Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Nesses termos, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração.

6.7.É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.7.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

6.7.2.Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

6.7.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.7.3.Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.7.4.Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.7.5.O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.7.6.A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.7.7.A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.8.Não será permitida a participação das sociedades cooperativas: Pela natureza do objeto desta contratação e, ainda, observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de qualificação técnico-profissional, através da **apresentação de Profissional**, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. O referido atestado, que no caso é representado pela Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho profissional competente, só será aceita se acompanhada da comprovação de que o Profissional apresentado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada ou da ficha de Registro do Empregado; b) instrumento de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no registro público, nos termos do Art. 221, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; c) ART Cargo-Função ou equivalente, emitido pelo conselho profissional competente; d) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei, quando o responsável técnico for sócio da empresa;

e) certidão de registro do licitante no conselho profissional competente, nos termos da norma vigente, dentro da data de sua validade e apenas quando essa trazer a indicação expressa do referido Profissional apresentado, como responsável técnico da empresa; f) declaração formal assinada pelo responsável técnico designado pelo licitante, detentor do correspondente acervo, contendo obrigatoriamente a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARO sob as penalidades da lei, que autorizei a apresentação do meu acervo para comprovação da capacidade técnico-profissional exigida na Concorrência Eletrônica nº. 20004/2026 e que integrarei o quadro técnico da empresa, ou lhe prestarei serviços para obra específica, caso seja vencedora do referido certame, realizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Pocinhos - PB" ◀. Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: CONCRETO ARMADO FCK-30,0MPa, USINADO, BOMBEADO, ADENSADO E LANÇADO, PARA USO GERAL, COM FORMAS PLANAS EM COMPENSADO RESINADO 12MM (05 USOS); LAJE PRÉ-MOLDADA INUDIRECIONAL, BIPOLADA, PARA FORRO, ENCHIMENTO EM EPS, VIGOTA TRELIÇADA, ALTURA TOTAL DA LAJE "IT" = 12CM (ENCHIMENTO + CAPA) = (8+4). AF_08/2025; ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021;.

6.9.1.1.0 licitante poderá apresentar mais de um profissional e atestado para comprovação da sua capacidade técnico-profissional.

6.9.1.2.0s licitantes que venham a apresentar o mesmo Profissional para comprovação da capacidade técnico-profissional serão automaticamente inabilitados.

6.9.1.3.0 referido profissional indicado pelo licitante deverá participar da execução da obra, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ORC.

6.9.2.Comprovação de qualificação técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: CONCRETO ARMADO FCK-30,0MPa, USINADO, BOMBEADO, ADENSADO E LANÇADO, PARA USO GERAL, COM FORMAS PLANAS EM COMPENSADO RESINADO 12MM (05 USOS); LAJE PRÉ-MOLDADA INUDIRECIONAL, BIPOLADA, PARA FORRO, ENCHIMENTO EM EPS, VIGOTA TRELIÇADA, ALTURA TOTAL DA LAJE "IT" = 12CM (ENCHIMENTO + CAPA) = (8+4). AF_08/2025; ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021; .

6.9.2.1.0 licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.9.3.Demonstrativo da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, extraído do seu balanço patrimonial do último exercício social, feito através da apresentação de DECLARAÇÃO assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos seguintes índices:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} > 1,00$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1,00$$

Onde:

LG - Liquidez Geral;

SG - Solvência Geral;

LC - Liquidez Corrente.

6.9.3.1.Caso o licitante apresente resultado que não atenda ao respectivo valor requerido em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo equivalente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.9.3.2.Salienta-se que os índices e valores aqui previstos são os usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes de licitações com o tipo de objeto semelhante ao deste certame;

6.9.3.3.A pessoa jurídica criada no exercício financeiro deste certame deverá apresentar o balanço de abertura, em substituição ao referido demonstrativo de aptidão econômica, hipótese em que não se aplica a exigência da comprovação do atendimento aos índices econômicos acima;

6.9.3.4.O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, referidos neste instrumento, serão exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.10.GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Agente de Contratação, como requisito de pré-habilitação:

6.10.1. Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 18.160,38. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação**. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS. Banco - BANCO DO BRASIL SA. Agência - 2469-4. Conta Corrente - 215.654-7. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.1. A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.10.1.3. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Agente de Contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

9.7. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.0 sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

10.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.0 lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.0 licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.0 intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.0 licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2.0 Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9. Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até dez por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2. Empresas brasileiras;

10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

10.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.29.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.29.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.29.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.29.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.29.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.30. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.31. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital.

11.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício aplicado.

11.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

11.4. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.4.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.5.1. Contiver vícios insanáveis;

11.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.5.6. Não comprovar, quando solicitado pelo Agente de Contratação recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.6. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.6.1.É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.6.2.A inexecutabilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

11.6.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.6.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.6.3.Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

11.7.O Agente de Contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.8.Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.9.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Agente de Contratação verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4.Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo

existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo - Anexo II.

12.3.10. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo - Anexo III.

12.3.11. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13. Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente, da região da sede do licitante.

12.3.14. Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de Certidão de Acervo Operacional (CAO), fornecida pelo CREA em favor da empresa, conforme art. 53, da Resolução 1137/23, do CONFEA, acompanhada dos respectivos atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º, do art. 88, da Lei 14.133/21, sendo consideradas para avaliação da similaridade dos serviços as parcelas de maior relevância técnica, comprovando.

12.3.15. Certificados de Gestão de Qualidade ABNT NBR ISO 9001 e PBQP-H - Nível A.

12.3.16. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.17.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.17.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.17.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.17.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.17.5. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.17.6. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.3.17.7. Certidão negativa de contas julgadas irregulares emitidas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal de Contas do Estado do domicílio da empresa licitante e para seus dirigentes;

12.3.17.8. Certidão negativa de condenação cível por ato de improbidade administrativa emitida pelo Conselho Nacional de Justiça em seu Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade para a empresa licitante e para seus dirigentes; e

12.3.17.9. Certidão negativa de licitantes inidôneos expedida pelo Tribunal de Contas da União para a empresa e para seus dirigentes.

12.4. Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1. Comprovação de qualificação técnico-profissional - item 6.9.1.

12.4.2. Comprovação de qualificação técnico-operacional - item 6.9.2.

12.4.3. Demonstrativo da aptidão econômica - item 6.9.3.

12.4.4. Certidão de Registro da empresa no IBAMA.

12.5. Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.5.1. A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pelo Agente de Contratação, correspondendo a:

12.5.1.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2. Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

12.5.1.2.1. Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.6.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

12.6.2. De ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.8. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação exigida neste certame, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 24 (vinte e quatro) horas, para:

12.9.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; e

12.9.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.10. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.11.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.12.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.12.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.12.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Agente de Contratação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.12.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.12.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.12.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.14.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.15. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.15.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.15.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.15.3. Poderá ser utilizada, a critério do Agente de Contratação, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.16. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.17. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

13.1.3.1.Planilha de quantitativos e preços;

13.1.3.2.Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços; e

13.1.3.3.Composição de custos unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas - BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais - ES.

13.2.A planilha de quantitativos e preços, o cronograma físico-financeiro e a composição de custos unitários, deverão ser assinados por responsável técnico da empresa:

13.2.1.Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

13.2.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

13.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.3.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.3.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.4.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.4.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.4.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.4.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

13.5.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.8.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.8.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.9.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.10.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.0 recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.licitanet.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.6.Garantia da contratação:

16.6.1.Será exigida garantia adicional de que trata o § 5º, do Art. 59, da Lei 14.133/21, do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta. Portanto: $\text{garantia adicional} = 85\% \text{ do valor orçado} - \text{proposta correspondente}$.

16.6.2.Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no prazo máximo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, e anterior à assinatura do contrato:

16.6.2.1.A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

16.6.2.2.Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia no prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia;

16.6.2.3.A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

16.6.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual;

16.6.2.5. A apólice de seguro-garantia deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão.

16.6.3. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia nos termos deste instrumento, deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização;

16.6.3.1. Quando a garantia em dinheiro for a modalidade escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta bancária específica de instituição financeira por ele indicada;

16.6.3.2. Optando por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

16.6.3.3. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

16.6.3.4. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP.

16.6.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

16.6.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.6.4.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado; e

16.6.4.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

16.6.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.6.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

16.6.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificado.

16.6.8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

16.6.8.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

16.6.8.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

16.6.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato:

16.6.9.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Superintendência de Seguros Privados SUSEP;

16.6.9.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

16.6.10. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

16.6.11. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento.

16.6.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

16.6.13. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista nesta contratação.

17.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/05/2026.

17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro,

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2. Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3. Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1. Obrigações do Contratante:

19.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2. Obrigações do Contratado:

19.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplimento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Professor João Rodrigues, 91 - Centro - Pocinhos - PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Pocinhos, Estado da Paraíba.

Pocinhos - PB, 07 de Maio de 2026.


ANA CAROLINA BEZERRA DE MELO
Agente de Contratação



ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20004/2026

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, VISANDO ATENDER DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO N.º 134/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANTAS.	SERVIÇO		11.816.038,48	1.816.038,48
					TOTAL 1.816.038,48

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.0 prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

Início: Imediato;

Conclusão: 12 (doze) meses.

5.2.0 prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 18 (dezoito) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/05/2026.

6.2.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

6.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO

7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

8.2.Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer

das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX + 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

REGILANE BARROS DE ARAÚJO COSTA
Secretária Adjunta de Saúde



ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 20004/2026

PROPOSTA

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 20004/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS - PB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, VISANDO ATENDER DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO N.º 134/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANTAS.	SERVIÇO	1		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

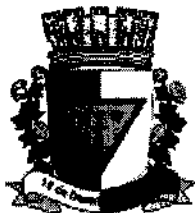
PRAZO DE EXECUÇÃO:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO II - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20004/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20004/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20004/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20004/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS - PB.

PROponente
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 20004/2026

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 20004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 260505CE20004

CONTRATO N°:-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS E, PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Fundo Municipal de Saúde de Pocinhos - Rua Padre Antônio Galdino, S/N - Centro - Pocinhos - PB, CNPJ n° 09.505.246/0001-90, neste ato representado pela Secretária Katiane Pires Queiroga Gomes de Sousa, Brasileira, Casada, Enfermeira, residente e domiciliada na Rua Padre Antônio Galdino, S/N - Centro - Pocinhos - PB, CPF n° 011.398.934-24, Carteira de Identidade n° 2.421.278 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ n° , neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF n° , Carteira de Identidade n° , doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica n° 20004/2026, processada nos termos da Lei Federal n° 14.133, de 1° de Abril de 2021; Lei Complementar n° 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa n° 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, VISANDO ATENDER DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO N.º 134/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.

A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica n° 20004/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/05/2026.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do seguinte parâmetro, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade: Índice Nacional de Custo da Construção INCC-FGV.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente: Recursos não Vinculados de Impostos: 3011 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 3011.10.301.1009.2090 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 3011.10.302.1009.2047 - BLOCO DE INVESTIMENTO - 4490.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES - RECURSOS DO CONVÊNIO N.º 134/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: 18 (dezoito) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução da obra efetivamente realizada, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução da obra contratada;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade da obra, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente a obra descrita na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Prestar garantia da contratação, quando exigida, observados os procedimentos, condições e prazo definidos na licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 20004/2026. Não ocorrendo a efetiva prestação de garantia na forma determinada, sujeitará o Contratado às penalidades estabelecidas neste contrato e na legislação pertinente, sem prejuízo da sua extinção;

i - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

j - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21. Por se tratar de obra, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Pocinhos.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Pocinhos - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

PELO CONTRATADO



**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO V - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20004/2026

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20004/2026
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Fundo Municipal de Saúde de Pocinhos, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ele vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

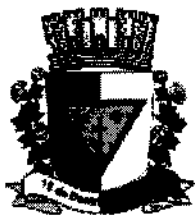
6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS**

ANEXO VI - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 20004/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP [Publicidade: divulgação conjunta com o edital]

OBSERVAÇÃO: este anexo é representado pelo correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

**ESTADO DA PARAÍBA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POCINHOS**

1. Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Projeto Básico e do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2. Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, VISANDO ATENDER DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO N.º 134/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.

3. Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4. Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5. Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, CONFORME PLANILHA DE CUSTOS, BDI, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PLANTAS.	SERVIÇO	1

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

Início: Imediato;

Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: 18 (dezoito) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Salienta-se que neste instrumento de planejamento foram consideradas as especificações da pretensa contratação, definidas pelo setor técnico competente e detalhadas nos respectivos documentos decorrentes, preliminarmente elaborados quando necessários, a exemplo de memórias de cálculo, planilhas orçamentárias e cronogramas físico-financeiros.

A contratação da obra, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6. Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento da obra

O adequado equilíbrio entre a demanda requerida e a dimensão da correspondente contratação é fundamental para o seu planejamento e execução, notadamente com o intuito de reduzir ou, até mesmo, de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou, ainda, a necessidade da realização de novo certame, com conseqüente perda de economia de escala.

O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função da obra delineada e utilização prováveis, representados pela estimativa dos serviços a serem executados, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível, os subsídios contidos nos anteprojetos preliminares e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

7. Levantamento de mercado

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: 18 (dezoito) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

Nesse mesmo diapasão, sopesadas as possibilidades previstas no Art. 44, da Lei 14.133/21, quando houver, observados os aspectos da demanda requerida, e após considerados os custos e os benefícios de cada opção prevista no referido diploma legal, indica-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, a contratação do objeto detalhado no presente instrumento, da forma como se apresenta.

9. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI de referência e dos Encargos Sociais - ES cabíveis, foi definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil - Sinapi, para as demais obras e serviços de engenharia; e contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.

Com base nos custos apresentados no correspondente projeto para a execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetros na forma estabelecida no Art. 23, § 2º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência determinado.

A estimativa preliminar total a ser considerada é equivalente a R\$ 1.816.038,48.

10. Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, VISANDO ATENDER DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO N.º 134/2026 - PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Entende-se que a obra poderá ser realizada por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não deve incidir outra possibilidade de parcelamento, mesmo no modo formal, não permitindo cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório, para evitar a ocorrência inviável, no contexto operacional, de mais de um certame ou adjudicatário por item e o consequente prejuízo da economia de escala. No entanto, poderá ser admitido o parcelamento na forma material, sendo permitida a participação de consórcio, nos termos da norma vigente, bem como ocorrer a autorização para a realização de subcontratação.

12. Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados: Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em comento, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de extinção contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13. Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se haver a necessidade de adequações físicas no ambiente da administração em decorrência da execução do objeto da contratação, cujas providências nesse sentido deverão ser adotadas de acordo com as suas particularidades.

14. Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior. Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação da presente obra deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15. Requisitos específicos para a contratação

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: o critério de julgamento definido de menor preço; a impossibilidade de participação da pessoa física; o caráter não sigiloso do orçamento estimado da contratação e a não permissão da participação de sociedades cooperativas.

Outros requisitos considerados determinantes - exigência de: prestação de garantia de proposta; qualificação técnico-profissional; qualificação técnico-operacional; e comprovação da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, aferida de forma objetiva, por índices econômicos previstos no instrumento convocatório.

Consideradas as características e propriedades do objeto desta contratação, entende-se pela impossibilidade de participação da pessoa física, quer pelos próprios atributos do objeto, quer pelos requisitos exigidos para habilitação dos interessados; haja vista que para a sua devida execução, poderão ser demandados recursos financeiros ou uma estrutura de equipamentos

e instalações, ou até a pluralidade de profissionais, incompatíveis para uma pessoa física. Nesses termos, conclui-se que a capacidade de uma pessoa física de garantir a execução da contratação, observadas ainda a dinâmica do mercado e a legislação pertinente, é bem menor que a de uma empresa, representando um potencial prejuízo para a Administração. Pela natureza do objeto desta contratação e, ainda, observado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, entende-se presentes, de forma isolada ou simultânea, aspectos que desnaturam a atuação típica de uma cooperativa, seja pela própria natureza do objeto, seja a necessidade de subordinação jurídica entre o particular contratado e o obreiro, bem como de pessoalidade e habitualidade. Portanto, a participação de cooperativas potencializa a ocorrência de violação a princípios da licitação, como os da legalidade, economicidade e eficiência, expondo a Administração a vários riscos, dentre os quais o de enfrentar situações ambíguas e questionamentos legais, uma vez que as cooperativas possuem normas próprias das empresas tradicionais, afetando a segurança jurídica do certame; de ter que arcar com eventuais obrigações trabalhistas subsidiariamente; e a dificuldade de responsabilização e controle devido à natureza peculiar das cooperativas.

16. Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Em anexo, elementos que instruem o presente Estudo Técnico Preliminar.

Pocinhos - PB, 04 de Maio de 2026.

 **REGILANE BARROS DE ARAÚJO COSTA**
Secretária Adjunta de Saúde



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

CONVÊNIO FDE N.º 134/2026
PROCESSO SEPLAG N.º SEG-PRC-2025/000519

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O GOVERNO DO ESTADO DA
PARAÍBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA
DE ESTADO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO, COM
RECURSOS DO FUNDO DE
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA
PARAIBA-FDE E A PREFEITURA
MUNICIPAL DE POCINHOS-PB, PARA
O FIM ABAIXO ESPECIFICADO.**

O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, CNPJ N.º 08.761.157/0001-41, com recursos do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA - FDE**, com CNPJ n.º 08.761.157/0002-22, órgão vinculado nos termos da Lei Estadual n.º 3.916/1977, com sede nesta Capital, Centro Administrativo Integrado, IV Bloco, 2º e 5º andares, Bairro de Jaguaribe, representado neste ato pelo Secretário, Sr. Gilmar Martins de Carvalho Santiago, nomeado pelo Ato Governamental n.º 1.518, de 06 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado do dia 07 de maio de 2019, portador da Matrícula Funcional n.º 147.412-0, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS-PB**, com CNPJ n.º 08.741.688/0001-72, com sede na Rua Cônego João Coutinho, N.º 1, Centro, Pocinhos-PB, CEP 58.150-000, doravante denominada simplesmente **CONVENENTE**, representada pelo(a) Prefeito(a), Sra. Eliane Moura dos Santos Galdino, Diplomado(a) no dia 13 de dezembro de 2024, resolvem celebrar o presente Convênio, observadas as determinações constantes da Lei Federal n.º 14.133/2021, do Decreto Estadual n.º 33.884/2013, e da Instrução Normativa SEPLAG n.º 001/1992, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, transferir recursos financeiros ao **CONVENENTE** destinados à Construção de Centro de Atendimento Especializado à



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

Pessoas com Autismo e Neurodivergentes, no município de Pocinhos-PB, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Para a execução do que trata a cláusula anterior, dar-se-á a este Convênio o valor total de **R\$ 1.816.038,48 (um milhão, oitocentos e dezesseis mil, trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)**, cabendo à CONCEDENTE destinar recursos no valor de **1.761.557,33 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos)**, correndo as despesas à conta do orçamento do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA – FDE, observadas às características abaixo discriminadas; e à CONVENENTE, como contrapartida de recursos financeiros, o valor de **R\$ 54.481,15 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quinze centavos)**.

- 37.000 - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- 37.902 - Fundo de Desenvolvimento do Estado;
- Função: 08 - Assistência Social;
- Subfunção: 845 - Transferência;
- Programa: 5001 – Gestão Dinâmica e Eficiente;
- Projeto: 1990 – Transferências a Municípios FDE;
- Natureza de Despesa: 4440.42 - Auxílios;
- Fonte de Recursos: 500.00 – Recursos não Vinculados de Impostos.
- Número da Reserva Orçamentária: 245/2026.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica do acordo, aberta através da plataforma "BB Gestão Ágil" do Banco do Brasil, sendo obrigatória a utilização do módulo de prestação de contas da referida plataforma, e a alimentação das informações de cada desembolso/pagamento efetuado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A liberação dos recursos ficará condicionado a:

1. Inexistência de vedação em decorrência do disposto no artigo 73, inciso VI, alínea "a", da Lei 9.504/97 (Lei Eleitoral);
2. Comprovação de depósito da contrapartida correspondente a cada parcela a ser desembolsada;
3. Prestação de contas de cada parcela desembolsada pelo órgão transferidor.



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

PARÁGRAFO TERCEIRO – A não apresentação da prestação de contas, de que trata o item 3. do Parágrafo anterior, suspende automaticamente a liberação das parcelas subsequentes e caracteriza a inadimplência da parte responsável, devendo o mesmo ser incluído no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF, cuja reabilitação dependerá, em cada caso, de decisão da entidade repassadora à vista dos documentos e justificativas apresentadas pela entidade beneficiária.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a parcela da despesa relativa à parte a ser executada, ocorrer em exercícios futuros, os créditos, empenhos ou reserva orçamentária para sua cobertura serão indicados em termo aditivo ou apostilamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para cumprimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda deste Convênio, a liberação dos recursos pelas partes convenientes obedecerá ao Cronograma de Desembolso, conforme abaixo:

Abril/2026	R\$ 440.389,00	R\$ 13.620,00
Junho/2026	R\$ 440.389,00	R\$ 13.620,00
Agosto/2026	R\$ 440.389,00	R\$ 13.620,00
Outubro/2026	R\$ 440.390,33	R\$ 13.621,15

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

1. Transferir a CONVENIENTE os recursos constantes na Cláusula Segunda, em conformidade com o estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, devidamente aprovado, anexo ao Processo SEG-PRC-2026/00519.

2. Providenciar, quando houver atraso na liberação dos recursos, a prorrogação do convênio “ex officio”, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, e presente interesse público na prorrogação.

3. Indicar, se for o caso, os recursos a ser executado em exercícios futuros, através de termos aditivos, que deverão ser consignados, em caso de investimentos no Plano Plurianual.

4. Comunicar à Controladoria Geral do Estado os valores liberados, a data da liberação de cada parcela do Convênio, como também, as prestações de contas recebidas.



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

5. Instaurar Tomada de Contas Especiais, quando a prestação de contas final não for encaminhada no prazo convencionado neste instrumento ou for tida como irregular pelo CONCEDENTE.

6. Definir a seu critério, sobre o direito de propriedade relativo, aos bens remanescentes que tenham sido adquiridos no término da vigência do presente ajuste, produzidos, transformados ou construídos, respeitado o disposto na legislação pertinente.

7. Proceder, para fins de eficácia, o devido registro deste Instrumento no Sistema de Registro de Convênio da Controladoria Geral do Estado - CGE, nos termos da Decreto nº 33.884/2013.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

1. Informar número de agência do Banco do Brasil de sua preferência, onde deverá ser aberta a conta específica para movimentação de todo o recurso proveniente do acordo, para efeito de depósito dos repasses financeiros e depósito da contrapartida;

2. Enquanto vigente o presente Instrumento, fazer constar do seu orçamento os recursos correspondentes à contrapartida do acordo – fonte 500 (Recursos não Vinculados de Impostos); e ainda, providenciar a abertura de crédito orçamentário da fonte 701 (Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congênere dos Estados), correspondente ao valor a ser desembolsado pelo CONCEDENTE;

3. Realizar certame licitatório, com estrita observância a Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e demais normas regulamentares pertinentes, para execução do objeto do presente acordo;

4. Afixar placa, em local visível, na obra ou no local de execução do serviço objeto do convênio, quando for o caso, indicando a fonte e o valor dos recursos que estão sendo aplicados, que deverá constar o seguinte dístico: GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA / SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO / FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA PARAÍBA-FDE, conforme modelo/padrão proposto pelo FDE.

5. Apresentar a prestação de contas, correta e oportunamente, na forma disciplinada na Cláusula Oitava;

6. Restituir, na forma disciplinada na Cláusula Oitava, item 7, o valor transferido, inclusive o da contrapartida, atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais desde a data do seu recebimento, quando:

- a) Não for apresentada a prestação de contas no prazo exigido;
- b) Da não aplicação dos recursos em consonância com o Plano de Trabalho;



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

c) Da não execução do objeto do Convênio;

7. Quando não comprovada a aplicação da contrapartida pactuada na execução do objeto, o Conveniente deverá recolher o valor correspondente, atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais, na forma disciplinada na Cláusula Oitava, item 7.

8. Logo após a publicação do presente Instrumento no Diário Oficial do Estado, deverá a CONVENIENTE encaminhar, ao Poder Legislativo competente, comunicação quanto ao acordo celebrado, conforme dispõe o inciso XIX do artigo 69 do Decreto nº 33.884/2013;

9. O conveniente, quando da celebração de contrato à conta de recursos do convênio, deverá inserir cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão concedente e dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS APLICAÇÕES EM MERCADO FINANCEIRO

Os recursos de que trata a Cláusula Segunda, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em mercado financeiro ou em caderneta de poupança.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os rendimentos das aplicações efetuadas nos termos desta Cláusula serão obrigatoriamente computados a crédito do Convênio e aplicados exclusivamente no seu objeto, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas e em caso de não aplicação no mercado financeiro, deverá ser devolvido o valor correspondente a referida aplicação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As receitas e os rendimentos oriundos da aplicação no mercado financeiro ou em caderneta de poupança não poderão ser computados como contrapartida – quando exigida.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os saldos dos recursos e os rendimentos oriundos da aplicação no mercado financeiro ou em caderneta de poupança quando não utilizados no objeto do Convênio, até a data de sua conclusão ou extinção, serão restituídos para a conta da CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

À CONCEDENTE, a Controladoria Geral do Estado e ao Tribunal de Contas cabe, a qualquer tempo da vigência do convênio, garantido o livre acesso dos servidores destes órgãos, exercer o controle e fiscalização e/ou auditoria relativo à aplicação dos recursos repassados ao CONVENIENTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A execução física do objeto será acompanhada por equipes de Fiscalização e de Prestação de Contas da Concedente, com visitas "in loco" e emissão de relatório resultantes da inspeção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá à CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade do objeto do convênio, em caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, evitando a descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENIENTE encaminhará à CONCEDENTE a Prestação de Contas Parcial - de cada parcela recebida - e a Final - até 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência do Convênio - observando o disposto no Título V, Capítulo VI do Decreto nº 33.884/2013, constituindo-se, especialmente, dos documentos elencados nos itens a seguir delineados, guardando em seus arquivos os comprovantes originais, para posterior fiscalização.

1. Ofício de encaminhamento da prestação de contas ao Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, fazendo referência ao número da parcela recebida e do Convênio;

2. Comprovação da comunicação ao Poder Legislativo competente, conforme disciplinado na Cláusula Quinta, item 8;

3. Cópia(s) do(s) despacho(s) adjudicatório(s) e, homologação(ões) da(s) licitação(ões) realizada(s), ou justificativa(s) de dispensa(s) ou inexigibilidade(s), com o respectivo embasamento legal, com as respectivas publicações;

4. Cópia do(s) Contrato(s) celebrado(s) para execução do objeto do Convênio, acompanhado(s) da(s) proposta(s) vencedora(s) do certame licitatório, com a respectiva ordem de serviço;

5. Documentos comprobatórios das despesas, sem rasuras, quais sejam:

a) Boletim(ins) de medição(ões), datado(s) e assinado(s) pelo engenheiro responsável pela execução e pelo engenheiro responsável pela fiscalização, com ARTs;

b) Nota(s) de Empenho, devidamente assinada(s) pela(s) autoridade(s) competente(s);

c) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) emitida(s) por órgão competente, onde deverá constar os dados do contratado (CNPJ, endereço, etc.); e, na descrição, as informações das despesas concernentes ao objeto do acordo, fazendo referência ao número do Convênio e do Contrato;



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

- d) Declaração, devidamente assinada por autoridade competente, atestando que os dados constantes da(s) Nota(s) Fiscal(is) emitida(s) correspondem às despesas efetivamente realizadas;
- e) Comprovante(s) de pagamento(s) ao(s) Contratado(s);
- f) Comprovações de recolhimento de tributos e/ou obrigações sociais – nos casos em que houver retenção na fonte pagadora;
- g) Certidões de regularidade fiscal do(s) Contratado(s) (CNDs Federal, Estadual, Municipal; FGTS; e CNDT), vigentes no ato do(s) pagamento(s);
- h) Extratos da Conta Bancária específica do Convênio (aplicação e movimentação), relativa ao período de execução.
- i) Relatório de Execução Físico-Financeira (anexo III do Decreto Estadual nº 33.884/2013);
- j) Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida – quando houver - os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos (anexo IV do Decreto Estadual nº 33.884/2013);
- k) Relação de todos os Pagamentos (anexo V do Decreto Estadual nº 33.884/2013);
- l) Relação de Bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Convênio (anexo VI do Decreto Estadual nº 33.884/2013);
- m) Relação de Treinados/Capacitados (anexo VII do Decreto Estadual nº 33.884/2013);
- n) Relação de Serviços Prestados (anexo VIII do Decreto Estadual nº 33.884/2013);
- o) Demonstrativo de Conciliação Bancária (anexo IX do Decreto Estadual nº 33.884/2013);
- p) Demonstrativo dos rendimentos da aplicação financeira (anexo X do Decreto Estadual nº 33.884/2013);
- q) Declaração do setor contábil/financeiro da CONVENIENTE - quanto a idoneidade da documentação apresentada (anexo XI do Decreto Estadual nº 33.884/2013).

6. Cópia do Termo de aceitação definitiva da obra ou serviço de engenharia;

7. Comprovante de restituição dos recursos não aplicados, por meio de emissão de DAR (documento de arrecadação) AVULSO, código de receita 9004 (indenizações e restituições) através do link: <https://www.sefaz.pb.gov.br/servirtual/tributos/pagamentos/dar-avulso>;

8. Outros documentos complementares, que se façam necessários, por solicitação do Conveniente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A omissão no dever legal de prestar contas total ou parcial por parte do CONVENIENTE, em relação aos recursos transferidos por força do convênio, ensejará a abertura de Tomada de Contas Especial.



SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI

CLÁUSULA NONA - DAS VEDAÇÕES

É vedada à aplicação dos recursos derivados deste Convênio em:

- a) Despesas com gratificação, consultorias, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrito Federal ou Municipal, que esteja lotado, ou em exercício dos entes partícipes;
- b) Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- c) Atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
- d) Realização de despesas com taxas bancárias com multas, juros ou correção monetárias, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora de prazo;
- e) Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e que não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- f) Realização de despesas a título de taxa administrativa, de gerência ou similar;
- g) Aditamento com alteração do objeto;
- h) Utilização dos recursos deste Convênio em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- i) Pagamento de despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista do Estado ou dos municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

Este Convênio tem prazo de 12 (doze) meses a contar a partir da data de assinatura do Concedente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por solicitação da CONVENIENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência, prevista para a execução de seu objeto, desde que aceita pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Este Convênio poderá ser rescindido ou denunciado a qualquer tempo, sendo os eventuais benefícios adquiridos na sua vigência, destinados a quem não lhe deu causa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Este convênio poderá ser extinto nos casos em que o Projeto Básico venha a ser desaprovado ou apresentado fora do prazo estabelecido.



**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA E CONTROLE INTERNO - ATNCI**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MODIFICAÇÃO

O presente Convênio poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, de comum acordo entre as partes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito, por um dos partícipes, em tempo hábil para tramitação e celebração do respectivo Termo Aditivo, dentro do prazo de validade deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

É competente o Foro da Comarca de João Pessoa para resolver as questões decorrentes da execução do convênio, contrato ou instrumento congênere, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, lavrou-se o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual forma e conteúdo, que vão assinadas pelas partes, e por 02 (duas) testemunhas.

GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO

Secretário da SEPLAG

Gestor do FDE

ELIANE MOURA DOS
SANTOS
GALDINO:34562257415

Assinado de forma digital por
ELIANE MOURA DOS SANTOS
GALDINO:34562257415
Data: 2026.04.28 09:21:37 -03'00'

ELIANE MOURA DOS SANTOS GALDINO

Prefeita Constitucional de Pocinhos-PB

TESTEMUNHAS:

SERGIO RICARDO ARAUJO
COSTA:04908237425
03'00'

Assinado de forma digital por
SERGIO RICARDO ARAUJO
COSTA:04908237425
Data: 2026.04.28 09:59:12

CPF nº
Prefeitura Municipal de Pocinhos/PB

Darcyanne dos Santos Alfrêdo
Matrícula Funcional Nº 175.353-3
SEPLAG/FDE

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO
CONVENIENTE Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar
OBJETO CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE AUTISMO
VALOR TOTAL R\$ 949.679,60
VALOR ACUMULADO R\$ 949.679,60
PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/04/2026 A 01/04/2027
SECRETÁRIO/GESTOR GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO

EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO
CONVENIENTE Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro
OBJETO CONSTRUÇÃO DE UM MERCADO PÚBLICO
VALOR TOTAL R\$ 3.253.548,91
VALOR ACUMULADO R\$ 3.253.548,91
PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/05/2026 A 01/05/2027
SECRETÁRIO/GESTOR GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO

EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO
CONVENIENTE Prefeitura Municipal de Teixeira
OBJETO PAVIMENTAÇÃO EM VÁRIAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONFORME PLANO DE TRABALHO.
VALOR TOTAL R\$ 1.579.690,09
VALOR ACUMULADO R\$ 1.579.690,09
PERÍODO DE VIGÊNCIA 01/05/2026 A 01/05/2027
SECRETÁRIO/GESTOR GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO

EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO
CONVENIENTE Prefeitura Municipal de Vista Serrana
OBJETO PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS NAS COMUNIDADES DE ACAI 2 E ALTO DO PORRÓ, ZONA URBANA DO MUNICÍPIO.
VALOR TOTAL R\$ 1.406.273,86
VALOR ACUMULADO R\$ 1.406.273,86
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA 37902.08.845.5001.1990.0287.44404200.500.0.2.0000
PERÍODO DE VIGÊNCIA 02/05/2025 A 02/05/2027
SECRETÁRIO/GESTOR GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO

EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DE CONVÊNIO/PARCERIA Nº DO CADASTRO CGE Nº DO INSTRUMENTO Nº DO CONTRATO
CONVENIENTE Prefeitura Municipal de Poço das Antas
OBJETO CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A PESSOAS COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES.
VALOR TOTAL R\$ 1.579.990,09
VALOR ACUMULADO R\$ 1.579.990,09
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA 37902.08.845.5001.1990.0287.44404200.500.0.2.0000
PERÍODO DE VIGÊNCIA 02/05/2025 A 02/05/2027
SECRETÁRIO/GESTOR GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº DO CADASTRO 24-01245-9 Nº DO CONTRATO 0005/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº DO CADASTRO 24-01245-9 Nº DO CONTRATO 0005/2024
CONTRATANTE SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
CONTRATADO VMI SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA
VALOR ORIGINAL DO CONTRATO R\$ 1.174.800,00
VALOR DO ADITIVO R\$ 1.293.458,76
OBJETO DO ADITIVO O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É PRORROGAR O PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 0005/2024, POR 12 (DOZE) MESES, NOS TERMOS DO ART. 107 DA LEI 14.133/2021.
VALOR DO ADITIVO R\$ 1.293.458,76
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA 24.101.14.422.5005.4295.0287.3390.39.500.0.1.0000.00
PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 30/4/2024 A 30/4/2027
DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO 30/4/2026
PUBLICADO NO DOE EM 5/5/2026 - REPUBLICAR POR INCORREÇÃO
VALOR ACUMULADO DO CONTRATO COM O(S) ADITIVO(S) ANTERIORES R\$ 2.413.254,36
GESTOR DO CONTRATO GABRIEL LUCAS DE OLIVEIRA SILVA - Mat.: 911.709-1
EXERCÍCIO CHAVES DE MOURA JÚNIOR - SECRETÁRIO

Programa Empreender da Paraíba

PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE CONTRATOS DE MICROCRÉDITO

REGISTRO ESPECIAL CGE Nº 26-60073-1

PLANILHA Nº PLAN-2386

Nº PRIMEIRO CONTRATO: 2156/2026 Nº ÚLTIMO CONTRATO: 2260/2026

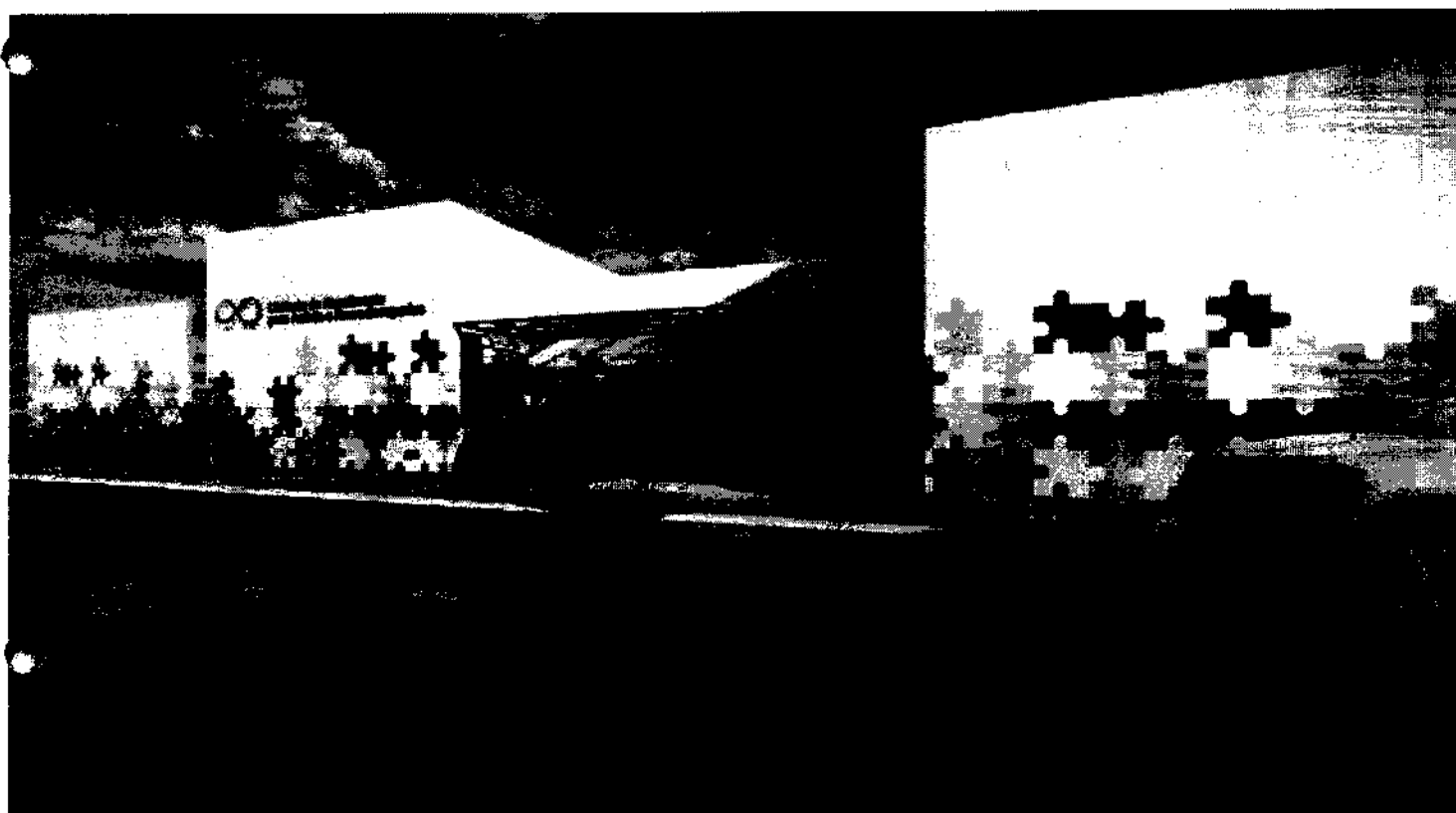
QUANT. DE CONTRATOS: 36 VALOR TOTAL: R\$ 343.876,00 (trezentos e quarenta e três mil e oitocentos e setenta e seis reais)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 21.901.08334.5084.4225

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 4590.66.00

Nº Contrato	Nome do Tomador Final dos Recursos	CNPJ do Tomador Final dos Recursos	Data do Contrato	Prazo de Pagamento em Meses	Valor Contratado	Modalidade de Pagamento	Limite de Crédito	Base de Cálculo	Amortização
2156/2026	ALDO OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	250.974.234-33	26/04/2026	36	11.000,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2157/2026	ALDO SAMPAIO DE LIMA	115.871.264-32	26/04/2026	36	9.496,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2158/2026	ALEXANDRE DE LIMA	111.431.484-39	26/04/2026	36	11.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2159/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	2.000,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2160/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	21.000,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2161/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	9.000,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2162/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	10.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2163/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.300,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2164/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	7.500,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2165/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2166/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2167/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2168/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2169/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2170/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2171/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2172/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2173/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2174/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2175/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2176/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2177/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2178/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2179/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2180/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2181/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2182/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2183/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2184/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2185/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2186/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2187/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2188/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2189/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2190/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2191/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2192/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2193/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2194/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2195/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2196/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2197/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2198/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2199/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2200/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2201/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2202/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2203/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2204/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2205/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2206/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2207/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2208/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2209/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2210/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2211/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2212/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2213/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2214/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2215/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2216/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2217/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2218/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2219/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2220/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2221/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2222/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2223/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2224/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2225/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2226/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2227/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2228/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2229/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2230/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2231/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2232/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2233/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2234/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2235/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2236/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2237/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2238/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2239/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2240/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2241/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2242/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2243/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2244/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2245/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2246/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2247/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2248/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2249/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2250/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2251/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2252/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2253/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759
2254/2026	ALDENIR DE LIMA	064.041.134-35	26/04/2026	36	8.400,00	Empreendedor Individual	Empreendedor Individual	01/04/2026	759

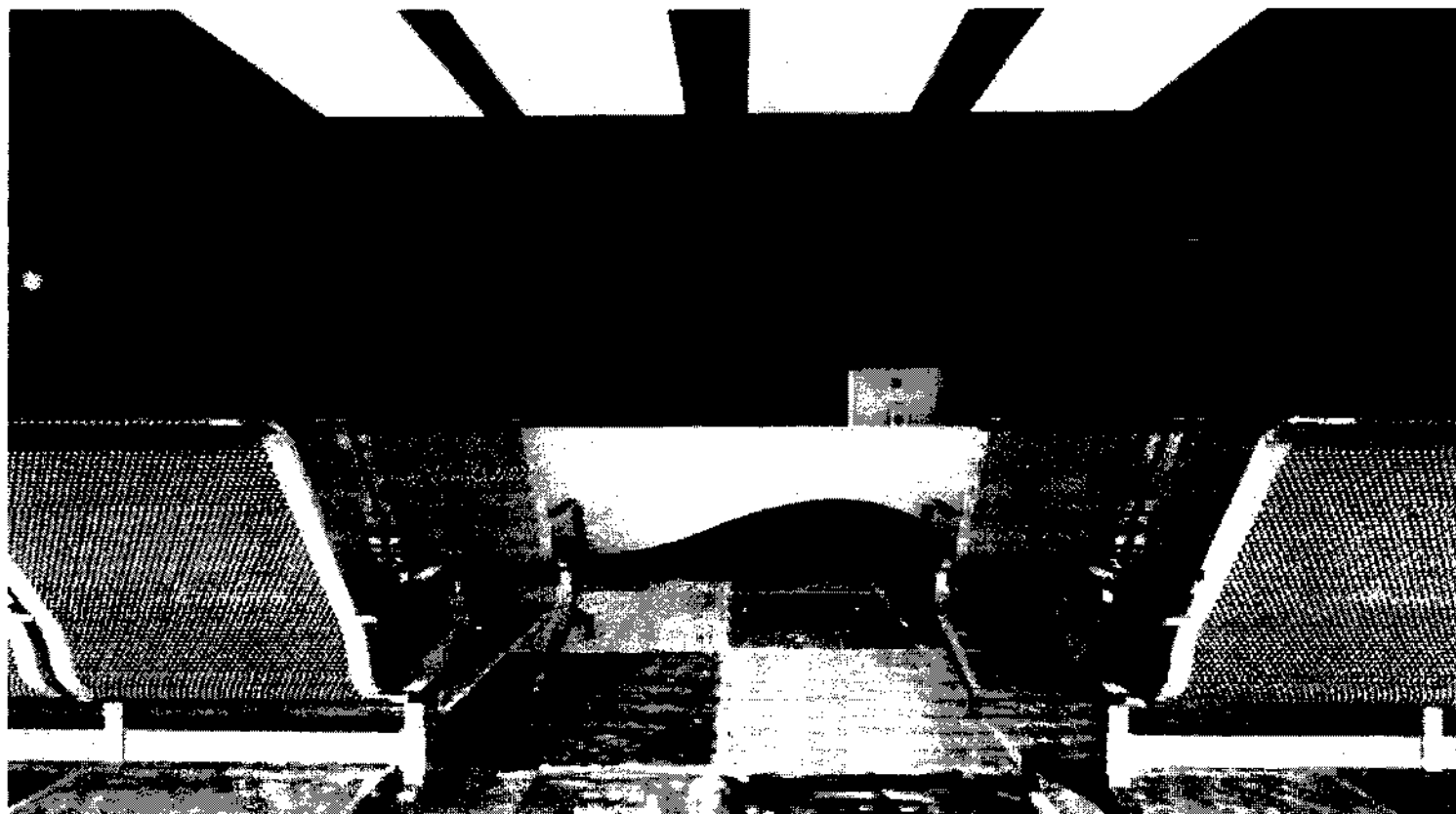
**CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA
COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES, NO MUNICÍPIO DE
POCINHOS-PB**





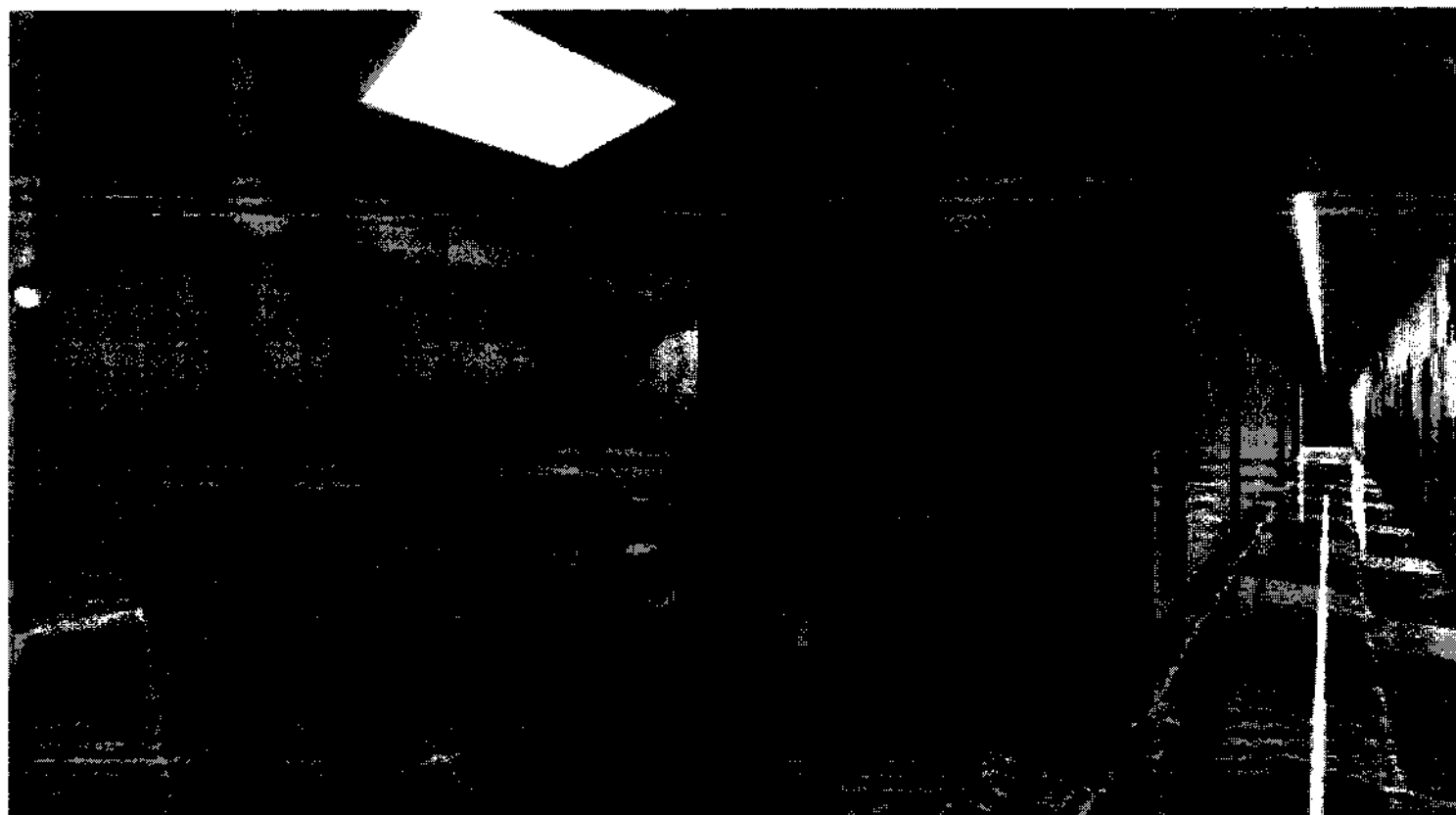
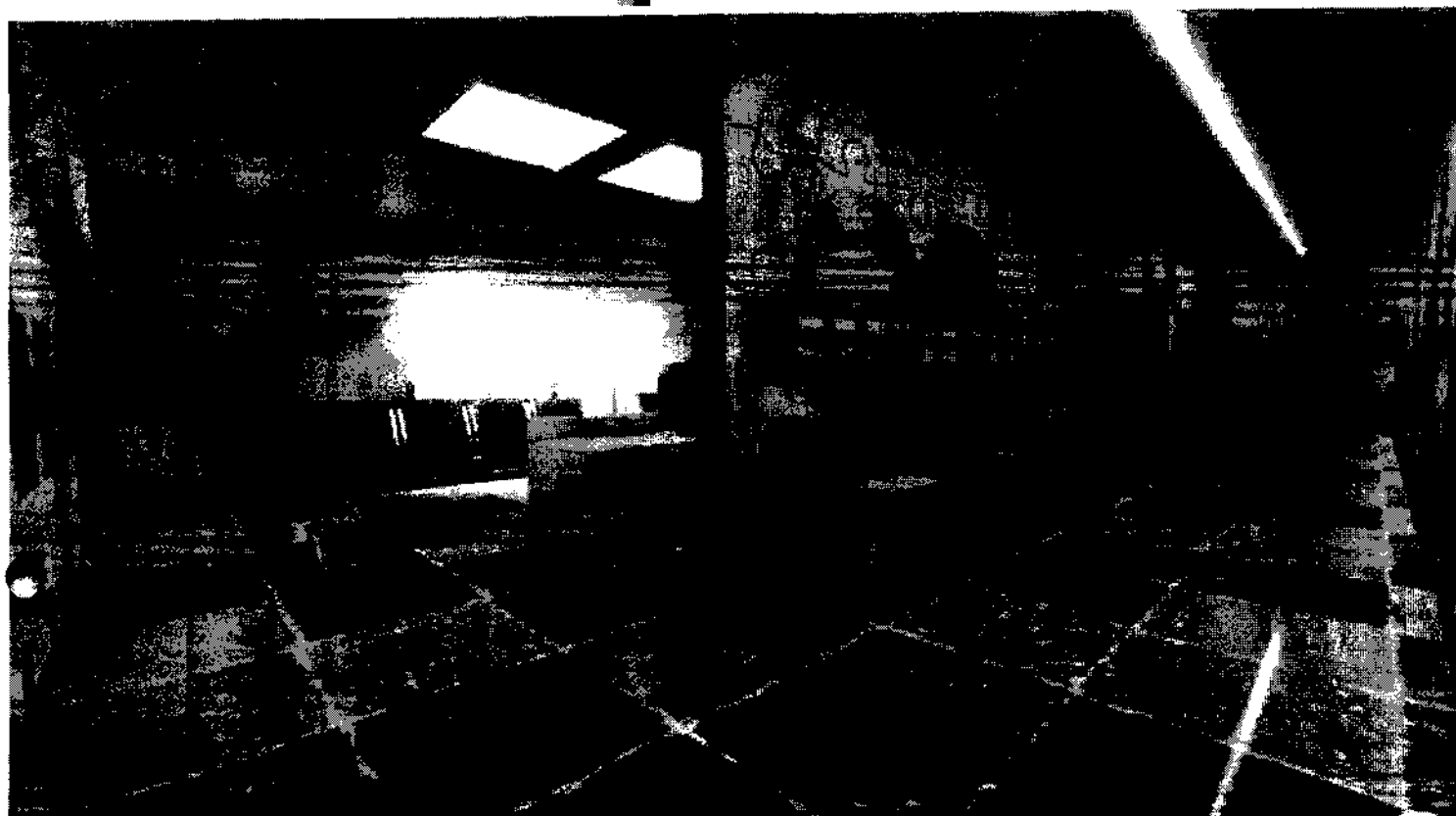
PREFEITURA MUNICIPAL

POCINHOS





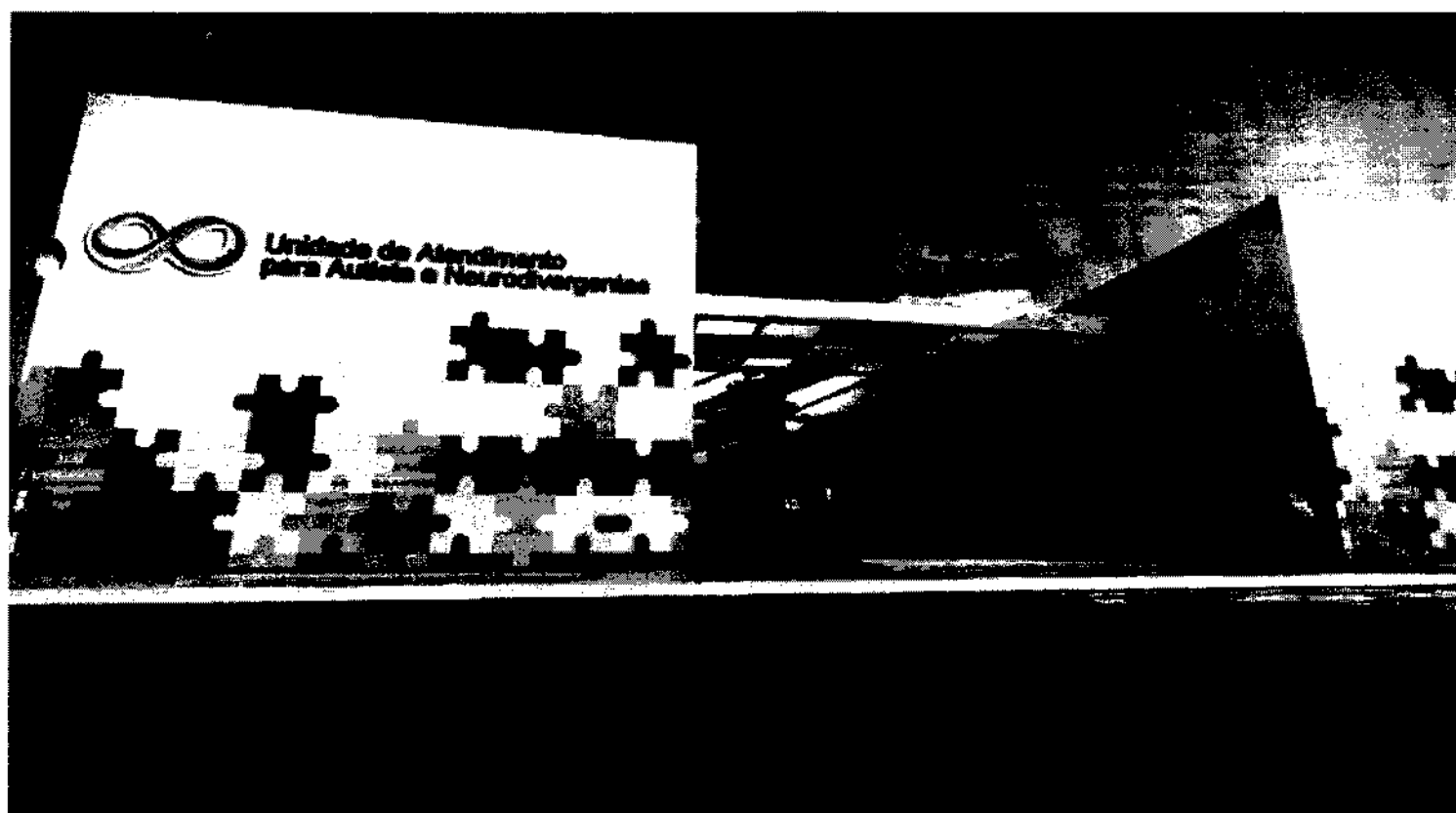
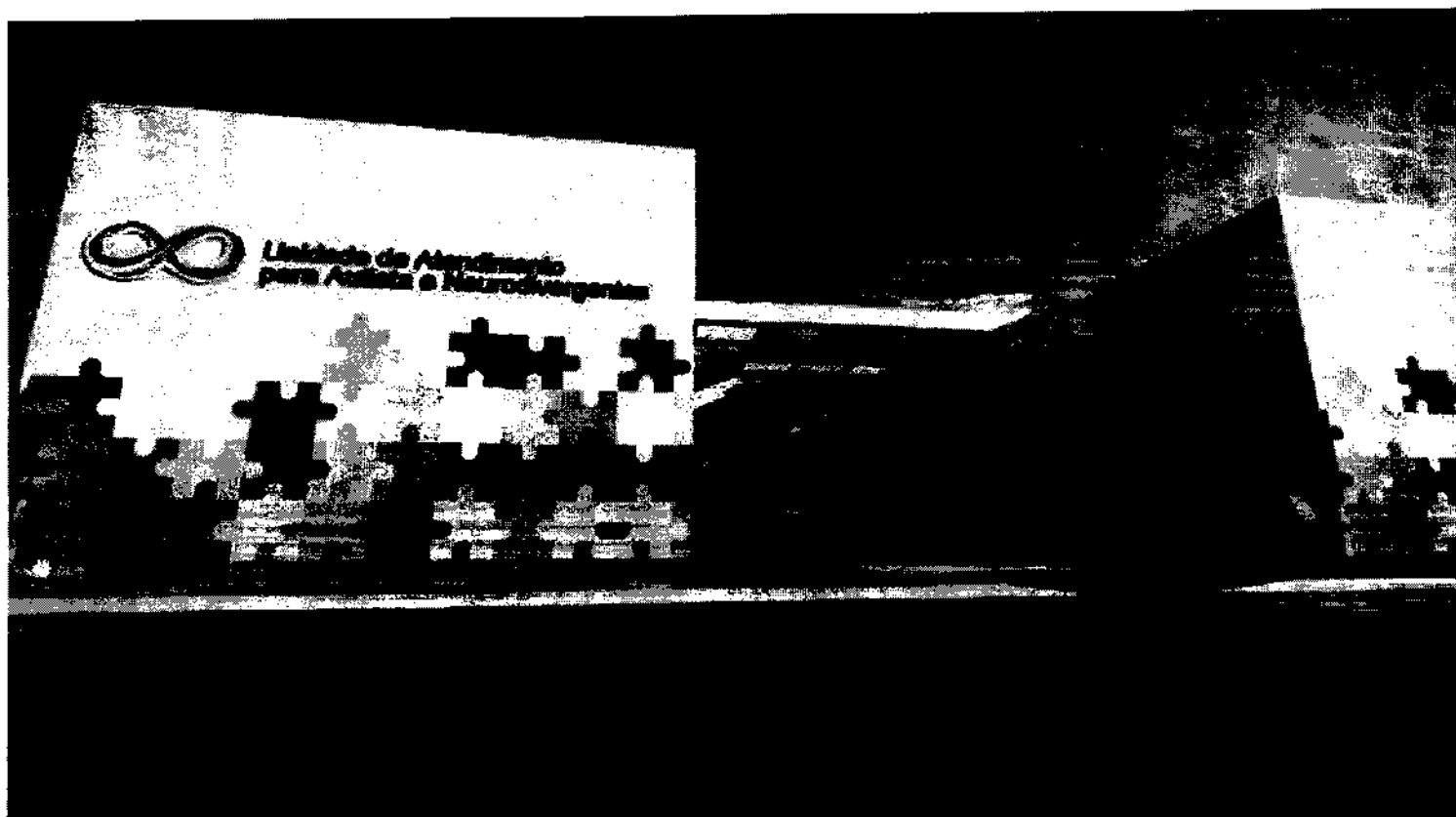
PREFEITURA MUNICIPAL
POCINHOS





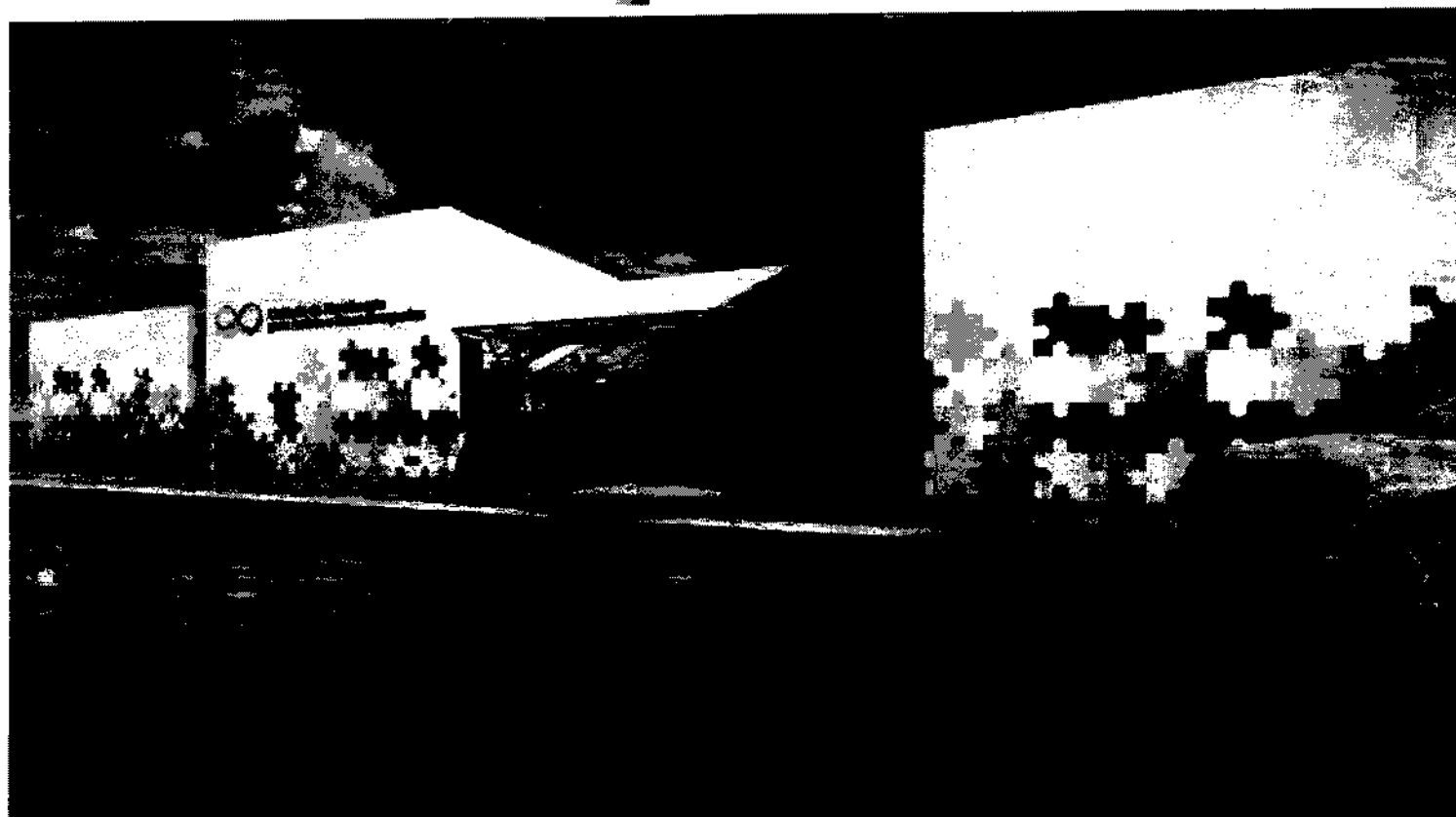
PREFEITURA MUNICIPAL

POCINHOS





PREFEITURA MUNICIPAL
POCINHOS





PREFEITURA MUNICIPAL
POCINHOS





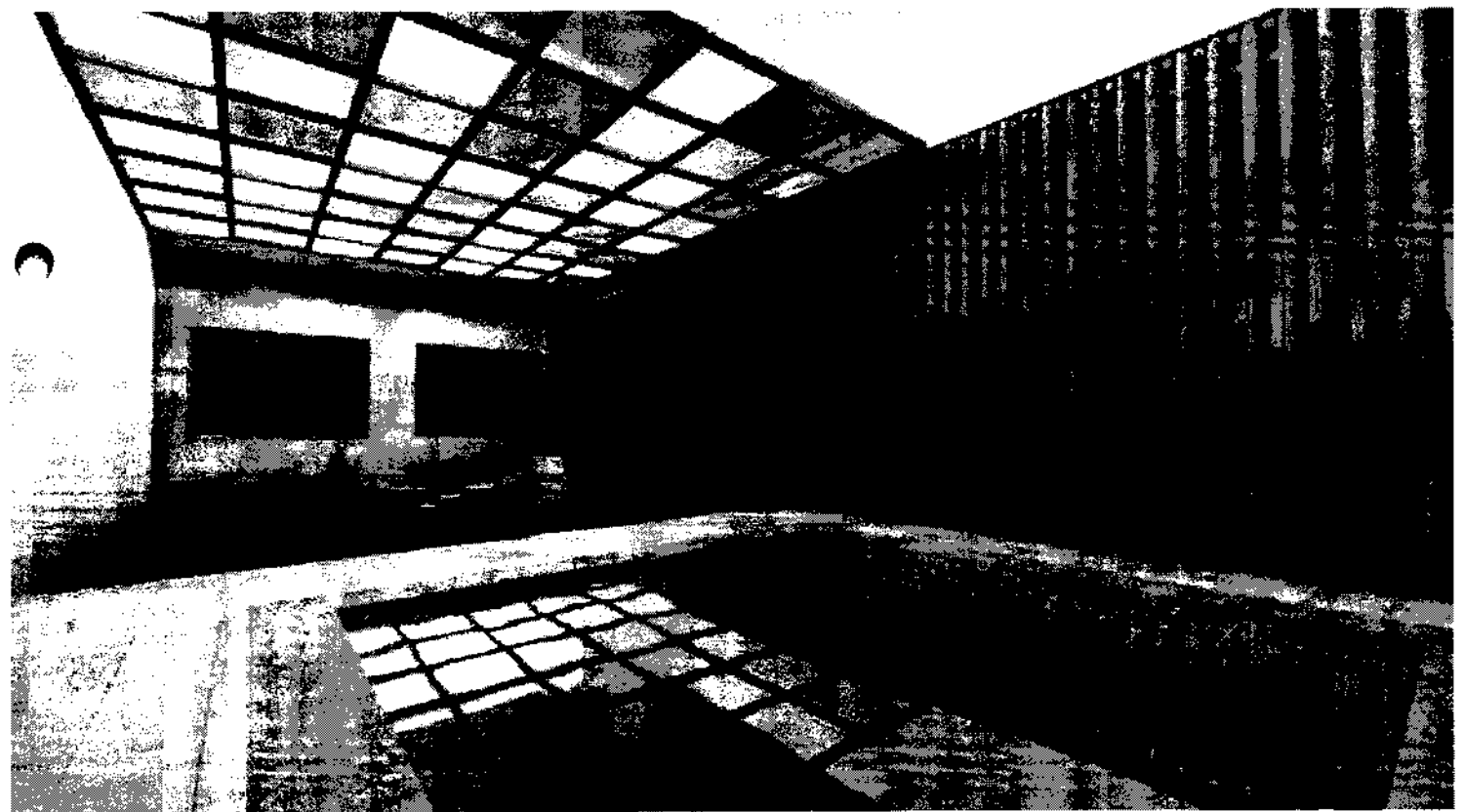
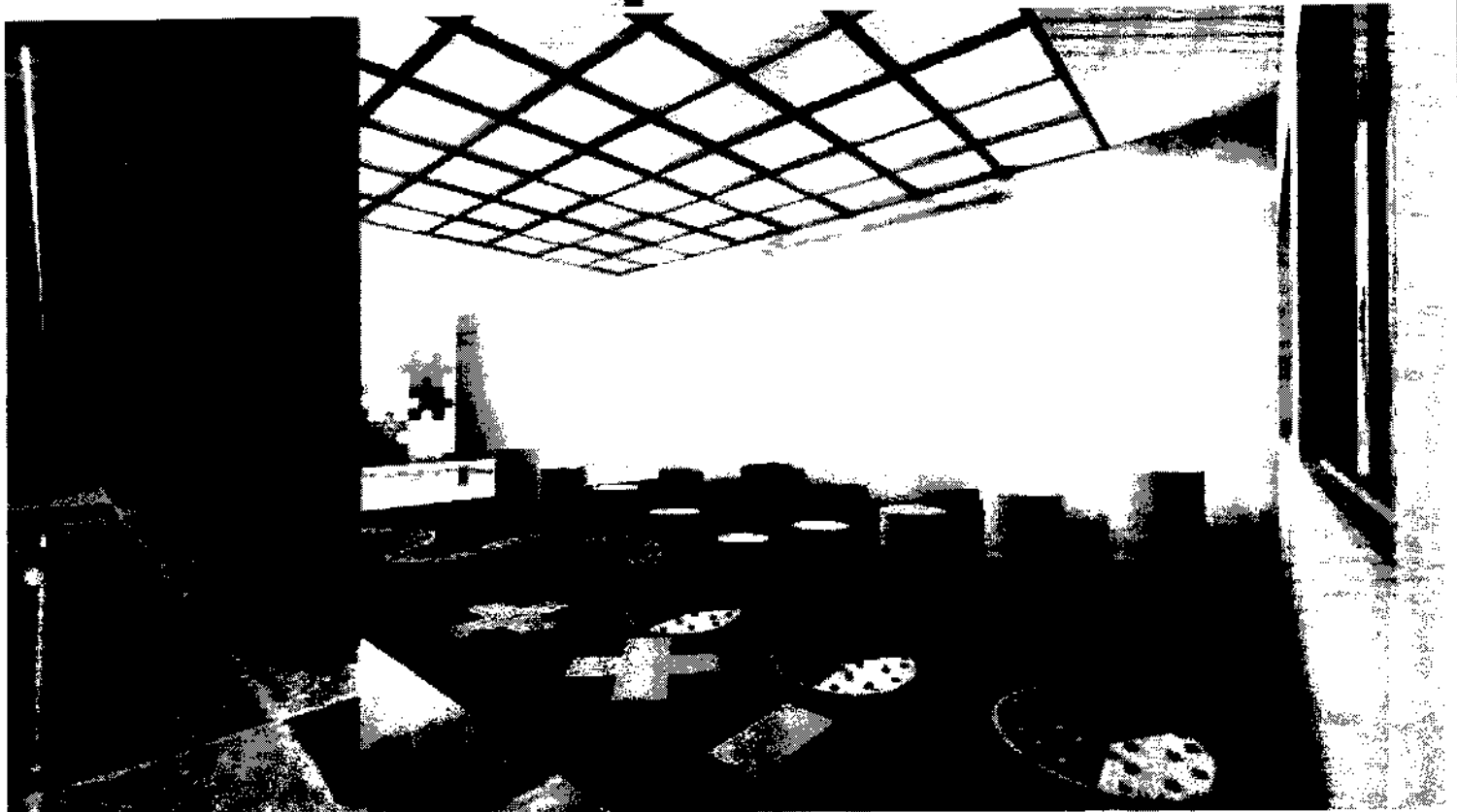
PREFEITURA MUNICIPAL

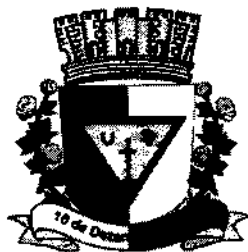
POCINHOS





PREFEITURA MUNICIPAL
POCINHOS





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

DECLARAÇÃO DE PROJETO BÁSICO

DECLARAMOS que o projeto básico pertinente ao Convênio com o Estado da Paraíba, cujo objeto é a **CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB**, neste município, está completo e consta do plano de trabalho com os seguintes elementos:

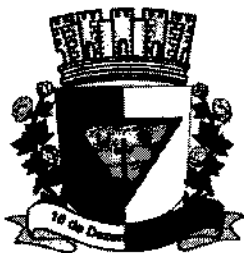
1. Projetos técnicos completos com as respectivas ART;
2. Especificações técnicas dos materiais e serviços;
3. Orçamento com todos os anexos necessários, inclusive composições das taxas de BDI e Encargos Sociais e da administração local e encargos complementares;
4. Cronograma físico-financeiro;
5. Preços unitários compatíveis com os valores de mercado e cotados a partir da utilização da Tabela SINAPI com data-base de Ago/2025.

ELIANE MOURA DOS SANTOS GALDINO
Prefeita do Município de Pocinhos– PB

**FERNANDO
GOMES ARAUJO
FILHO:0512248043**

Assinado digitalmente por FERNANDO GOMES ARAUJO
CPF: 05122480433
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM
BRASIL), OU=390160394000124, OU=videconferencia,
CN=FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO:05122480443
Razão: Eu sou o autor deste documento
Assinatura: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025-03-16 18:28:19
Font Reader Versão: 9.7.1

Fernando Gomes Araújo Filho
Engenheiro Fiscal
CREA nº 161258497-7



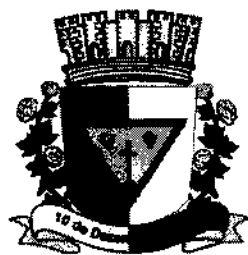
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS**, através de seu representante técnico, Eng.º **FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO**, CREA nº 161258497-7, CPF nº 051.224.804-43, responsável técnico pela fiscalização da **CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB**, vem solicitar a execução do projeto apresentado.

A construção de um Centro de Atendimento a Pessoas Neurodivergentes no município de POCINHOS justifica-se pela crescente necessidade de ampliação e qualificação dos serviços públicos voltados à inclusão, acompanhamento e desenvolvimento de pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento, tais como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outras condições que demandam acompanhamento multiprofissional contínuo. Atualmente, observa-se uma demanda significativa de famílias que necessitam deslocar-se para outros centros urbanos em busca de atendimento especializado, o que gera dificuldades de acesso, aumento de custos e descontinuidade no acompanhamento terapêutico.

A implantação de um equipamento público especializado permitirá a oferta estruturada de serviços terapêuticos e educacionais integrados, reunindo profissionais de diferentes áreas, como psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia, assistência social e acompanhamento pedagógico especializado. A presença de uma estrutura física adequada possibilita a realização de atendimentos individualizados, atividades de estimulação sensorial, acompanhamento familiar e desenvolvimento de



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

programas de intervenção precoce, fundamentais para promover maior autonomia, inclusão social e qualidade de vida às pessoas neurodivergentes.

Do ponto de vista urbanístico e social, a construção do centro também representa um importante avanço na consolidação de políticas públicas inclusivas no âmbito municipal, fortalecendo a rede de proteção social e educacional existente. A implantação de uma unidade específica para esse público contribui para descentralizar os serviços especializados, ampliando o acesso da população local e de comunidades circunvizinhas, além de reduzir a sobrecarga em unidades de saúde e assistência social que atualmente não dispõem de estrutura física ou equipe técnica especializada para esse tipo de atendimento.

Sob a perspectiva técnica e de planejamento público, a criação do Centro de Neurodivergentes atende aos princípios de acessibilidade, inclusão e equidade no acesso aos serviços públicos, alinhando-se às diretrizes das políticas nacionais de atenção à pessoa com deficiência e aos transtornos do neurodesenvolvimento. A edificação deverá ser concebida com ambientes terapêuticos adequados, espaços de integração sensorial, salas de atendimento multiprofissional, áreas de convivência e espaços de apoio às famílias, garantindo funcionalidade, conforto ambiental e acessibilidade universal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

Dessa forma, a execução da obra configura-se como uma medida estratégica para o fortalecimento das políticas públicas municipais de saúde, educação e assistência social, proporcionando atendimento especializado próximo à população, promovendo inclusão social e contribuindo para o desenvolvimento integral das pessoas neurodivergentes no município de POCINHOS.

Sem mais para o momento.

POCINHOS - PB, 16 de março de 2026.

FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO

Engenheiro Civil

CREA nº 161258497-7

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL -
PGRCC**

MARÇO/2026

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS CNPJ:
08.741.688/0001-72**

PLANO DE GERENCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL-PRGCC

**CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO
MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB**

Fernando Gomes Araújo Filho
Engenheiro Civil (CREA/PB – 161258497-7)

Apresentação:

Esse Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil refere-se às obras de CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB. A obra compreende toda infraestrutura e equipamentos que irão compor o objeto.

Sumário

1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	5
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	5
1.2 LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	5
1.3 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	6
1.4 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELO EMPREENDIMENTO	7
1.5 RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO PGRCC	7
2. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE.....	7
3. DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	7
3.1 DEFINIÇÃO	7
3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	8
3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL POR CLASSE	9
4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	11
4.1 RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NO EMPREENDIMENTO	11
4.2 CARACTERIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NA OBRA.....	12
4.2.1 Composição da geração de resíduos por classe	12
4.2.2 Segregação e minimização dos resíduos gerados	13
5. ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	14
6. REUTILIZAÇÃO E/OU RECICLAGEM DOS RESÍDUOS GERADOS NA OBRA.....	16
7. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	17
8. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PGRCC.....	18
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	20
ANEXOS.....	21

1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendedor: Prefeitura Municipal de POCINHOS/PB.

CNPJ: 08.741.688/0001-72

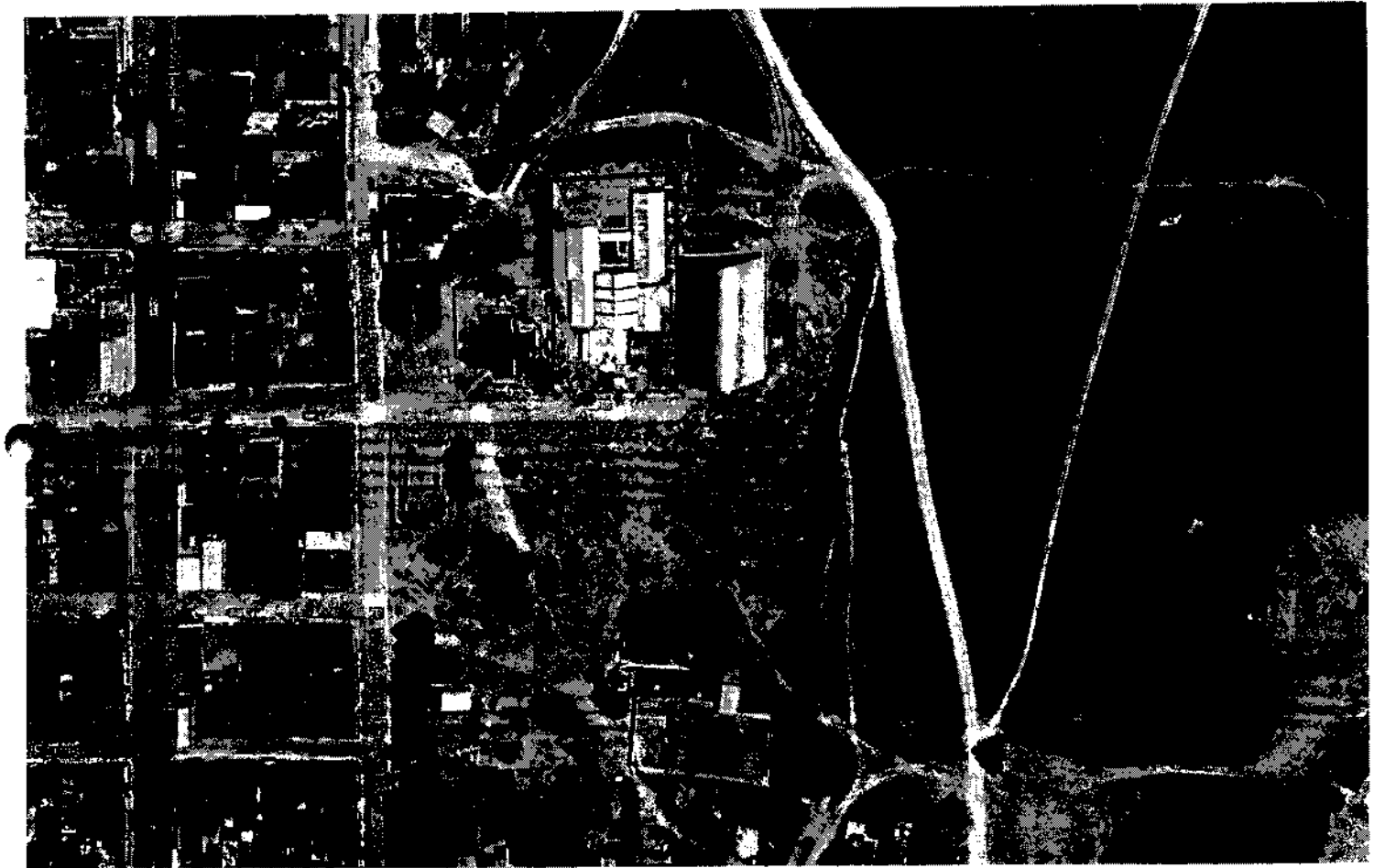
Empreendimento: CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB

Endereço: RUA DEZ DE DEZEMBRO, CENTRO - POCINHOS-PB

1.2 LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Empreendimento CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB estará situado na Zona Urbana do município de POCINHOS-PB, na RUA DEZ DE DEZEMBRO, CENTRO. O empreendimento atuará como centro público de atendimento a neurodivergentes é uma instituição essencial que oferece suporte especializado e integrado a indivíduos com condições do neurodesenvolvimento, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual, entre outras. A atuação desses centros é pautada na promoção da saúde, desenvolvimento, inclusão social e autonomia dos usuários.

Imagem 1: Localização

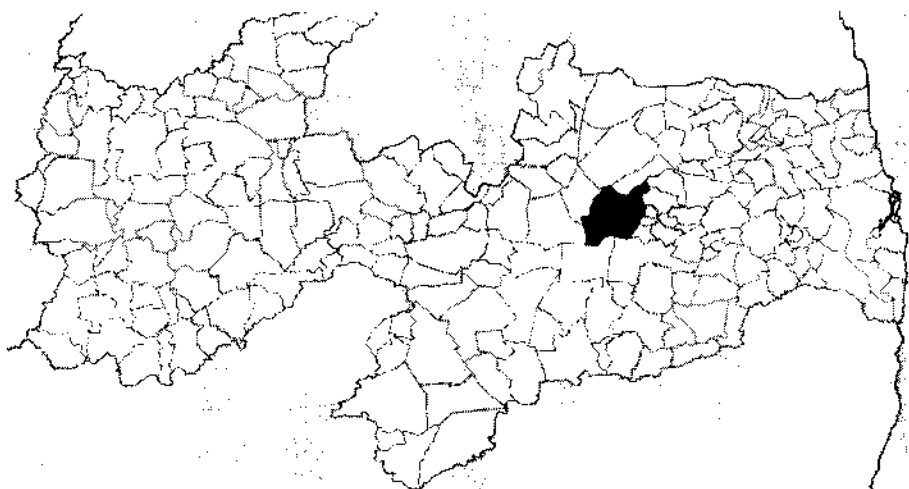


O marcador na figura acima, é a localização média do local onde será feita a cobertura no município de POCINHOS-PB, contendo as seguintes coordenadas geográficas: LATITUDE: 7°04'33.5"S; LONGITUDE: 36°03'31.9"W.

Localiza-se no Cariri paraibano, na Região Metropolitana de Esperança. Sua área territorial de 630 km² e sua população, conforme estimativas do IBGE de 2020, era de 18 708 habitantes.

Em Pocinhos está a Lagoa Salgada, que junto com os município de Montadas e Areial, formam a nascente do Rio Mamanguape. Está no município o divortium aquarum das bacias hidrográficas dos rio Mamanguape, Paraíba e Seridó.

Imagem 2: Localização do município.



1.3 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento **CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB** apresentará as seguintes características físicas e de funcionamento:

Área a construir:	598,21 m ²
Área de ocupação:	598,21 m ²
Número médio de trabalhadores:	10 colaboradores
Enquadramento do estabelecimento:	Centro de Neurodivergentes

1.4 RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO PGRCC

Nome: FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO

CREA: 161258497-7

Profissão: Engenheiro Civil – CREA

E-mail: fernandofilho.engcivil@gmail.com

2. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Um centro de apoio para neurodivergentes oferece um conjunto integrado de atividades terapêuticas, educacionais e sociais, projetado para promover o desenvolvimento e a inclusão de indivíduos com perfis neurológicos diversos, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH, dislexia e outras condições. As intervenções são personalizadas, levando em conta as necessidades, interesses e o nível de suporte de cada pessoa, com o objetivo de fortalecer a autonomia, a comunicação e as habilidades sociais.

No campo terapêutico, são comuns abordagens como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), terapia ocupacional para desenvolver a coordenação motora fina e grossa, e fonoaudiologia para aprimorar a comunicação. Atividades sensoriais, que utilizam materiais como massinha, areia e água, são fundamentais para ajudar na regulação sensorial e emocional. O acompanhamento psicológico e psicoeducativo também é oferecido, não apenas para o indivíduo, mas também para as famílias, fornecendo suporte emocional e orientação sobre direitos e estratégias de manejo.

Do ponto de vista educacional e social, o centro foca no treino de habilidades práticas para o dia a dia, como organização de rotinas e interação social, muitas vezes por meio de jogos de imitação, dramatizações e atividades em grupo que incentivam a cooperação e a empatia. São utilizados recursos como blocos de construção e quebra-cabeças para estimular o raciocínio lógico e a concentração.

Além disso, muitos centros promovem a inclusão em atividades extracurriculares, como esportes e artes, e oferecem programas de capacitação profissional para jovens e adultos, visando a inserção no mercado de trabalho.

3. DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

3.1 DEFINIÇÃO

Os resíduos sólidos da construção civil são materiais resultantes de atividades de construção, reforma, reparo, demolição de estruturas, bem como de preparação e escavação de terrenos. Estes resíduos incluem uma variedade de componentes como tijolos, concretos, metais, madeiras, plásticos, vidros, gessos,

cerâmicas e outros materiais. A adequada gestão desses resíduos é essencial para minimizar os impactos ambientais e promover a sustentabilidade no setor da construção.

A correta gestão dos resíduos da construção civil é fundamental para a redução dos impactos ambientais. A disposição inadequada desses resíduos em aterros e áreas não autorizadas pode levar à poluição do solo, da água e do ar. Além disso, a reciclagem e a reutilização de materiais contribuem para a conservação dos recursos naturais, diminuindo a necessidade de extração de novos materiais e reduzindo a degradação ambiental.

A gestão adequada dos resíduos da construção civil também traz benefícios econômicos significativos. A reutilização e a reciclagem de materiais podem reduzir os custos associados à compra de novos materiais. Além disso, a segregação adequada dos resíduos na fonte e o armazenamento correto reduzem os custos de transporte e disposição final. Assim, as práticas de gestão de resíduos não só são benéficas para o meio ambiente, mas também promovem a eficiência econômica no setor da construção.

É importante destacar que a gestão dos resíduos da construção civil deve seguir as diretrizes estabelecidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como a ABNT NBR 15112, ABNT NBR 15113 e ABNT NBR 15114. Essas normas fornecem orientações sobre a segregação, armazenamento, transporte, triagem, reciclagem e disposição final dos resíduos. Seguir essas normas assegura a conformidade legal e evita penalidades e sanções, além de contribuir para a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental no setor da construção.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Os resíduos sólidos podem ser classificados de várias maneiras, incluindo origem, tipo de resíduo, composição química, periculosidade e destino final. Neste plano, abordaremos apenas a classificação por tipologia. Vale ressaltar que, em relação à origem, os resíduos em questão são classificados como resíduos da construção civil, ou seja, aqueles gerados durante atividades de construção e obras.

3.2.1 Tipos de resíduos sólidos

Os resíduos sólidos podem ser classificados em dois tipos principais: recicláveis e não recicláveis.

- **Resíduos Recicláveis:** incluem materiais que podem ser processados e transformados em novos produtos. Exemplos são vidro, plástico, papel, papelão, ferro, aço, alumínio e madeira.
- **Resíduos Não Recicláveis:** são aqueles que não podem ser reutilizados após transformação química ou física. Essa categoria inclui papéis não recicláveis, como adesivos, etiquetas, fita crepe, papel carbono, fotografias, papel toalha, papel higiênico, papéis engordurados, papéis metalizados, parafinados ou plastificados. Além disso, metais não recicláveis como cliques, grampos, esponjas de aço, latas de tintas, latas de combustível e pilhas, plásticos não

recicláveis como cabos de panela, tomadas, isopor, adesivos, espuma, teclados de computador e acrílicos, e vidros não recicláveis, como espelhos, cristal, ampolas de medicamentos, cerâmicas, louças, lâmpadas e vidros temperados planos.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL POR CLASSE

Segundo as resoluções CONAMA 307/02 e 431/11, os resíduos sólidos da construção civil são assim classificados:

- **Resíduos Classe A:** São aqueles que podem ser reutilizados ou reciclados como agregados. Exemplos incluem tijolos, blocos, telhas, concretos, solos, argamassas e outros materiais cerâmicos. O destino desses resíduos é a reciclagem ou reutilização, podendo ser incorporados na própria obra ou em outras construções.
- **Resíduos Classe B:** Esses resíduos são recicláveis para outras destinações específicas. Incluem materiais como plásticos, metais, papéis, papelões, vidros e madeiras. Cada tipo de resíduo tem um processo de reciclagem específico, direcionado para sua transformação e reutilização apropriada.
- **Resíduos Classe C:** São resíduos para os quais ainda não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis para reciclagem ou recuperação. Exemplos são materiais como amianto e Ladrilhos de Asfalto. Esses resíduos geralmente são destinados a aterros industriais ou específicos, onde são geridos com medidas de controle ambiental para minimizar impactos.
- **Resíduos Classe D:** Estes são resíduos perigosos gerados durante o processo de construção, como tintas, solventes, óleos e materiais contaminados. Exemplos incluem embalagens de tintas, solventes, produtos químicos, lâmpadas fluorescentes e resíduos contaminados. Eles exigem tratamento específico conforme a

legislação ambiental vigente, visando reduzir os riscos para o meio ambiente e a saúde pública.

De acordo com a Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a classificação do gesso foi alterada de Classe C (materiais que devem ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas) para a Classe B (materiais que deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados para áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura).

4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

4.1 RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NO EMPREENDIMENTO

Os resíduos sólidos gerados na obra serão compostos por entulho e derivados de solo, em virtude das etapas de escavação, movimentação de terra da construção, conforme projeto arquitetônico (Imagem 3).

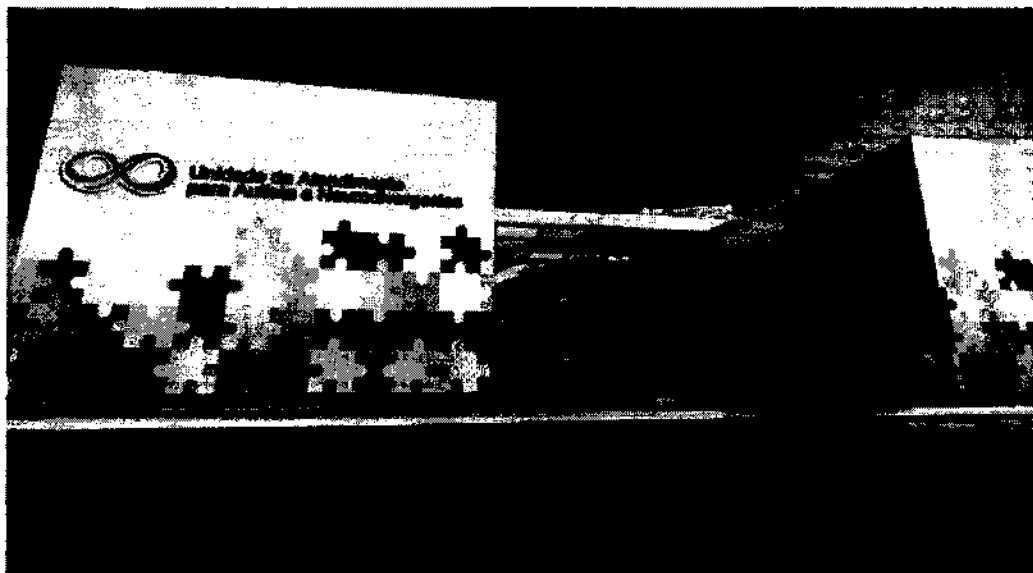


Imagem 3: Projeto arquitetônico.

4.2 CARACTERIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NA OBRA

Para mensurar a produção de RCC, temos como estimativa em torno de 100 kg/m². Sendo assim, para a área construída de 598,21 m², a geração de RCC estimada será de 49,85 m³. As tabelas, a seguir, apresentam a estimativa da geração de RCC.

Tabela 1 - Estimativa da geração de resíduos na movimentação de terra

Resíduos gerados na movimentação de terra*	Resíduos em Volume (m ³)	Resíduos em peso (kg)
	49,85	59.821,00

*Estimativa em volume: Para a estimativa dos resíduos em volume, considera-se que os resíduos gerados na movimentação de terra pesam em torno de 1.200 kg/m³.

4.2.1 Composição da geração de resíduos por classe

Do ponto de vista industrial, a maior extração de recursos naturais ocorre na construção civil, assim como ela é considerada a maior produtora de resíduos. No Brasil, os padrões construtivos empregados ajudam o desperdício na execução de edificações, pois os processos são de conversão e não de montagem. Nos países desenvolvidos a média de resíduos produzidos em novas obras permanece abaixo de 100 kg/m², enquanto no Brasil, este índice pode alcançar até 300 kg/m².

A tabela, a seguir, apresenta a composição e estimativa da geração de resíduos por classe no empreendimento **CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB.**

Tabela 2 - Estimativa da geração de resíduos na construção

CLASSES	Composição (%)	Resíduos em PESO (kg)	Resíduos em VOLUME (m³)
Classe A	95%	56.829,95	47,36
Classe B	5%	2.991,05	2,49
Classe C	0	-	-
Classe D	0	-	-
TOTAL GERAL DE RESÍDUOS	1,00	59821,00	49,85

4.2.2 Segregação e minimização dos resíduos gerados

O processo de segregação tem como objetivo a separação do RCC de acordo com a sua classe. No momento da triagem, a mistura de RCC de diferentes classes deverá ser evitada, pois prejudicará a qualidade final do resíduo.

Os funcionários responsáveis pela limpeza da obra atuarão no processo de segregação, de modo que não haja mistura de resíduos de diferentes classes. Os mesmos deverão considerar a estimativa da quantidade de resíduos gerados nas fases da obra do empreendimento CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB, como demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 - Estimativa da quantidade de resíduos gerados nas fases da obra

LIMPEZA DO TERRENO	SOLOS	BAIXA
	ROCHAS, VEGETAÇÃO RASTEIRA, GRAMÍNEAS	BAIXA
MONTAGEM DO CANTEIRO	BLOCOS CERÂMICOS, CONCRETO (AREIA, BRITA)	BAIXA
FUNDAÇÕES	SOLOS	BAIXA
	ROCHAS	BAIXA
ALVENARIA	BLOCOS CERÂMICOS, BLOCOS DE CONCRETO, ARGAMASSA	BAIXA
	PAPEL, PLÁSTICO	BAIXA
INSTALAÇÕES HIDRO- SANITÁRIAS	BLOCOS CERÂMICOS	BAIXA
	PVC; PPR	BAIXA
	BLOCOS CERÂMICOS	BAIXA

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	CONDUITES, MANGUEIRA, FIO DE COBRE	BAIXA
REBOCO INTERNO/EXTERNO	ARGAMASSA	BAIXA
REVESTIMENTOS	PISOS E AZULEJOS CERÂMICOS	BAIXA
	PISO LAMINADO DE MADEIRA, PAPEL, PAPELÃO, PLÁSTICO	-
PINTURAS	TINTAS, SELADORES, VERNIZES, TEXTURA	-
COBERTURAS	MADEIRAS	BAIXA
	METAIS	-

5. ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Entende-se por armazenamento de resíduos a contenção temporária em área autorizada pelo órgão de controle ambiental, à espera de reciclagem, recuperação, tratamento ou disposição final adequada, desde que atenda às condições básicas de segurança.

O acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos são responsabilidades do gerador e devem estar de acordo com as legislações ambientais aplicáveis. A prevenção e minimização da geração de resíduos sempre deve ser priorizada.

Com relação à obra, os RCC gerados poderão ser acondicionados em caçambas estacionárias e/ou bombonas (Figuras 1 e 2), até serem coletadas pelo serviço especializado na destinação final desse tipo de resíduo. Já os derivados de solo da movimentação de terra poderão ser destinados para a recuperação de estradas de terra na região do município.

Figura 1 - Bombona para acondicionamento de RCC Classes B e C

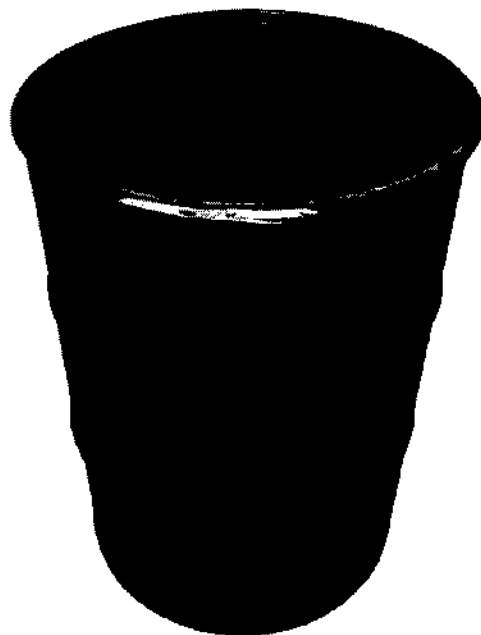
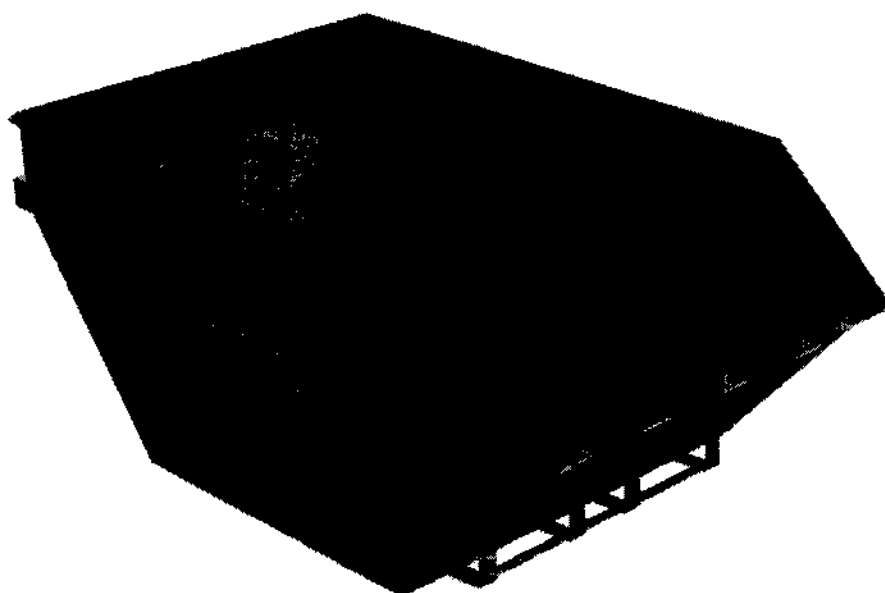


Figura 2 - Caçamba estacionária para acondicionamento de RCC Classe A (Entulho)



6. REUTILIZAÇÃO E/OU RECICLAGEM DOS RESÍDUOS GERADOS NA OBRA

A reutilização e/ou reciclagem de resíduos gerados no setor de construção civil no próprio estabelecimento de geração é de suma importância para a economia de matérias e energia, além de diminuir os impactos gerados pela sua disposição inadequada. A maioria dos municípios brasileiros não dispõe de uma área adequada para a deposição dos resíduos da construção civil (Aterro de RCC), como é o caso de POCINHOS, reforçando a ideia de reaproveitá-los ao máximo nos próprios locais de geração.

O empreendimento irá fazer uso da reutilização e/ou reciclagem dos resíduos gerados na própria obra. A tabela 4 detalha de forma simplificada o acondicionamento e destinação final dos resíduos gerados.

Tabela 4 - Acondicionamento e destinação final dos RCC gerados no empreendimento

Resíduos Gerados	Fase da Obra	Classe	Formas de acondicionamento	Destinação	Tratamento e/ou disposição
SOLOS, ROCHAS	LIMPEZA DO TERRENO	A	Caçamba estacionária	Área de transbordo e triagem	Aproveitamento em outras obras e utilização como aterro
SOLOS E ROCHAS	FUNDAÇÕES	A	Caçamba estacionária	Área de transbordo e triagem	Aproveitamento em outras obras e utilização como aterro
BLOCOS CERÂMICOS E DE CONCRETO, ARGAMASSA, PAPELÃO E PLÁSTICO	ALVENARIA	A e B	Caçamba estacionária e Baías	Área de transbordo e triagem, Associação de catadores	Utilização como aterro, reciclagem e reutilização

BLOCOS CERÂMICOS, CONDUITES, MANGUEIRAS E FIOS DE COBRE	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	B	Caçamba estacionária e Bombonas	Associação de catadores	Utilização como aterro, reciclagem e reutilização
ARGAMASSA	REBOCO INTERNO/EXTERNO	A	Caçamba estacionária	Área de transbordo e triagem	Aproveitamento em outras obras e utilização como aterro
PISOS E AZULEJOS CERÂMICOS, PAPEL, PAPELÃO E PLÁSTICO	REVESTIMENTOS	B	Caçamba estacionária, Baias e Bombonas	Área de transbordo e triagem, Associação de catadores	Utilização como aterro, reciclagem e reutilização
TINTAS, SELADORES, VERNIZES E TEXTURA	PINTURAS	D	Baias com acesso restrito	Empresas	Logística reversa ou Aterro de resíduos perigosos
METAL	POSTES	B	Caçamba estacionária	Área de transbordo e triagem	Reciclagem e reutilização

7. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Além dos procedimentos operacionais propostos para a Gestão de Resíduos da Construção Civil (GRCC), é fundamental garantir a implementação de práticas administrativas de registro e controle. Somente por meio dessas medidas será possível avaliar adequadamente o desempenho das ações realizadas.

O registro e o controle de dados relacionados à GRCC devem ser incorporados como parte das atividades diárias da equipe responsável, de forma prática e eficiente, sem gerar grandes dificuldades para o cumprimento das metas estabelecidas.

O controle das retiradas de resíduos da obra deve ser realizado conforme os padrões descritos na tabela anexada, garantindo a rastreabilidade e a organização dos processos.

8. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PGRCC

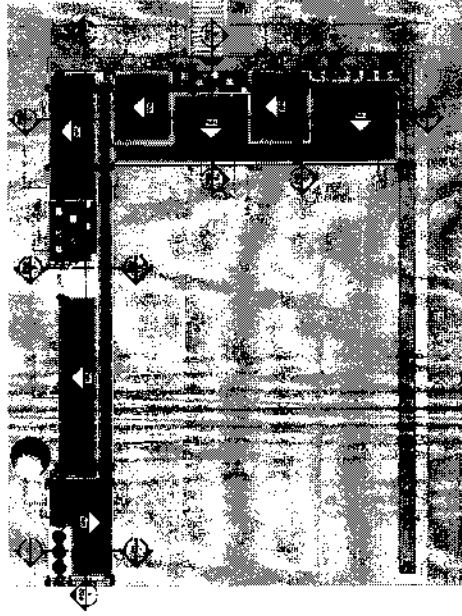
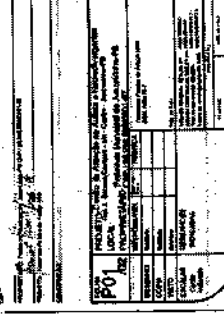
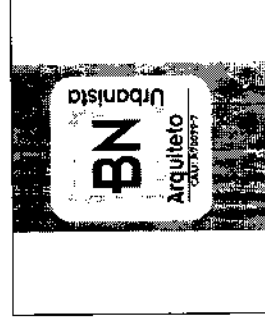
O objetivo do cronograma de implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) para a CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB é assegurar uma gestão eficiente e sustentável dos resíduos gerados. Isso inclui o planejamento detalhado de todas as etapas, desde a geração e segregação até o transporte, triagem e disposição final dos resíduos, visando reduzir os impactos ambientais, garantir a conformidade com a legislação, otimizar custos e promover a segurança e saúde dos trabalhadores e da comunidade. Além disso, o cronograma busca aumentar a eficiência econômica por meio da reutilização e reciclagem de materiais e fomentar a conscientização sobre práticas sustentáveis.

Tabela 5 - Cronograma de implantação do PGRCC

ATIVIDADES	ANO/MÊS			
	2026		2026	
	1º	2º	3º	4º
Visitas técnicas	X		X	
Orientação técnica nas etapas de construção		X		
Acompanhamento	X	X	X	X
Elaboração de relatórios de avaliação				X

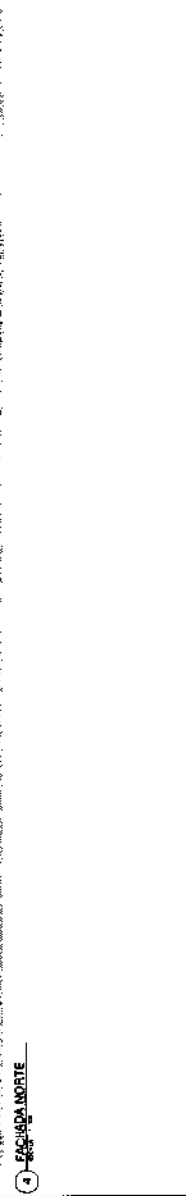
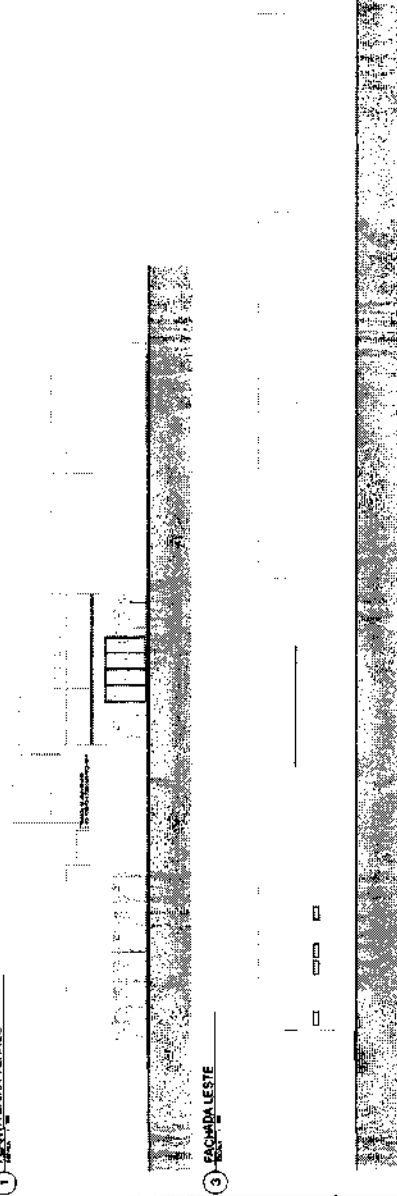
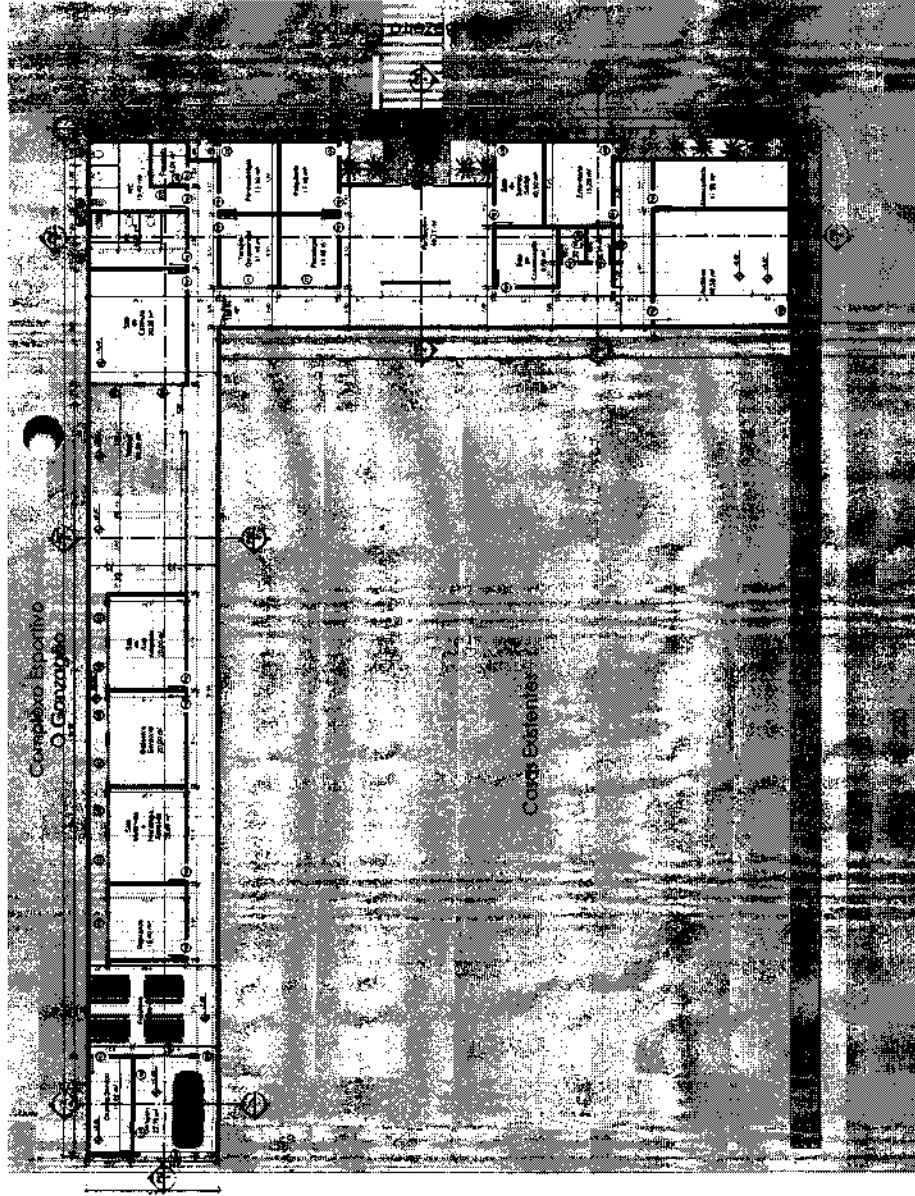
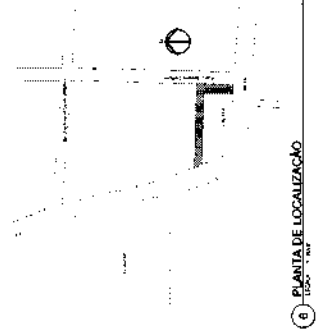
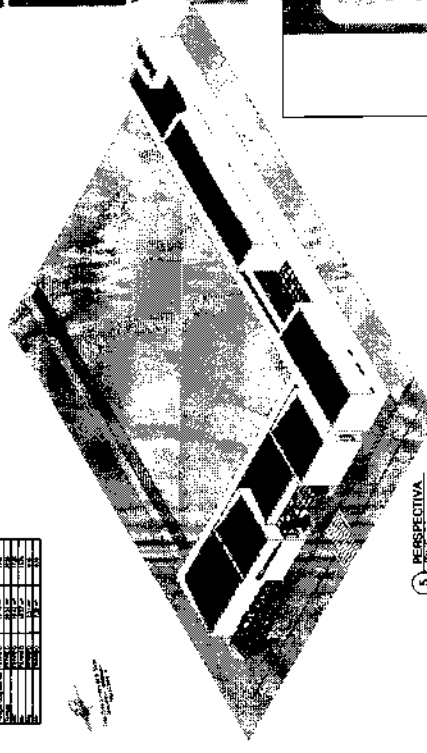
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

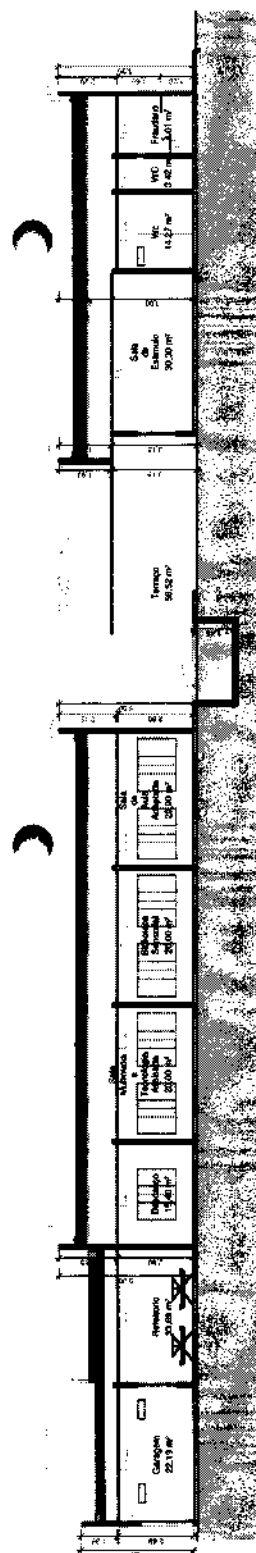
A execução deste Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, para a obra de CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB, integra de forma eficiente os mecanismos de gestão ambiental e assegura o trajeto mais curto para o alcance da sustentabilidade, sendo, por todas as razões, indispensável na economia contemporânea.



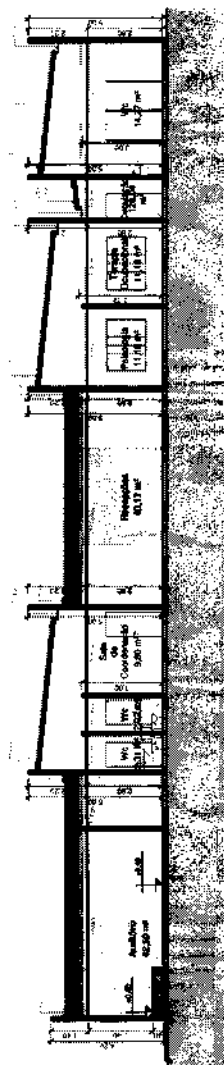
QUANTITIES OF POTENTIAL CRIMES		PERCENTAGE OF POTENTIAL CRIMES	
CRIME	PERCENTAGE	CRIME	PERCENTAGE
1. MURDER	0.0001	2. SEXUAL ABUSE	0.0001
3. AGGRAVATED BATTERY	0.0001	4. AGGRAVATED ASSAULT	0.0001
5. ROBBERY	0.0001	6. BURGLARY	0.0001
7. VANDALISM	0.0001	8. DRUG TRAFFICKING	0.0001
9. PUBLIC INTOXICATION	0.0001	10. DISORDERLY CONDUCT	0.0001
11. TRESPASSING	0.0001	12. OBSCENE EXPOSURE	0.0001
13. HARBORING A FUGITIVE	0.0001	14. OBSTRUCTION OF JUSTICE	0.0001
15. WITNESS TAMPERING	0.0001	16. VIOLATION OF PROBATION	0.0001
17. VIOLATION OF PAROLE	0.0001	18. VIOLATION OF RESTRAINING ORDER	0.0001
19. VIOLATION OF PROTECTIVE ORDER	0.0001	20. VIOLATION OF DOMESTIC VIOLENCE RESTRAINING ORDER	0.0001
21. VIOLATION OF CHILD ABUSE RESTRAINING ORDER	0.0001	22. VIOLATION OF SEXUAL ABUSE RESTRAINING ORDER	0.0001
23. VIOLATION OF STALKING RESTRAINING ORDER	0.0001	24. VIOLATION OF HARASSMENT RESTRAINING ORDER	0.0001
25. VIOLATION OF STARETT RESTRAINING ORDER	0.0001	26. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
27. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	28. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
29. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	30. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
31. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	32. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
33. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	34. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
35. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	36. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
37. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	38. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
39. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	40. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
41. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	42. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
43. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	44. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
45. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	46. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
47. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	48. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
49. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	50. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
51. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	52. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
53. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	54. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
55. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	56. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
57. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	58. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
59. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	60. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
61. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	62. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
63. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	64. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
65. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	66. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
67. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	68. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
69. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	70. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
71. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	72. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
73. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	74. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
75. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	76. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
77. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	78. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
79. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	80. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
81. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	82. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
83. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	84. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
85. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	86. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
87. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	88. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
89. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	90. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
91. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	92. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
93. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	94. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
95. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	96. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
97. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	98. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001
99. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001	100. VIOLATION OF OTHER RESTRAINING ORDER	0.0001

DATE	TIME	NAME	AGE	SEX	HT	WT	HAIR	EYES	SKIN	TOOTH	REMARKS
10/10/54	10:00	JOHN	20	M	5'10"	150	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	18	F	5'6"	120	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	22	M	6'0"	160	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	20	F	5'8"	130	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	24	M	6'2"	170	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	22	F	5'10"	140	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	26	M	6'4"	180	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	24	F	6'0"	150	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	28	M	6'6"	190	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	26	F	6'2"	160	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	30	M	6'8"	200	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	28	F	6'4"	170	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	32	M	7'0"	210	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	30	F	6'6"	180	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	34	M	7'2"	220	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	32	F	6'8"	190	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	36	M	7'4"	230	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	34	F	7'0"	200	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	38	M	7'6"	240	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	36	F	7'2"	210	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	40	M	7'8"	250	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	38	F	7'4"	220	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	42	M	8'0"	260	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	40	F	7'6"	230	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	44	M	8'2"	270	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	42	F	7'8"	240	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	46	M	8'4"	280	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	44	F	8'0"	250	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	48	M	8'6"	290	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	46	F	8'2"	260	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	50	M	8'8"	300	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	48	F	8'4"	270	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	52	M	9'0"	310	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	50	F	8'6"	280	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	54	M	9'2"	320	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	52	F	8'8"	290	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	56	M	9'4"	330	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	54	F	9'0"	300	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	58	M	9'6"	340	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	56	F	9'2"	310	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	60	M	9'8"	350	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	58	F	9'4"	320	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	62	M	10'0"	360	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	60	F	9'6"	330	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	64	M	10'2"	370	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	62	F	9'8"	340	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	66	M	10'4"	380	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	64	F	10'0"	350	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	68	M	10'6"	390	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	66	F	10'2"	360	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	70	M	10'8"	400	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	68	F	10'4"	370	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	72	M	11'0"	410	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	70	F	10'6"	380	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	74	M	11'2"	420	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	72	F	10'8"	390	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	76	M	11'4"	430	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	74	F	11'0"	400	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	78	M	11'6"	440	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	76	F	11'2"	410	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	80	M	11'8"	450	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	78	F	11'4"	420	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	82	M	12'0"	460	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	80	F	11'6"	430	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	84	M	12'2"	470	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	82	F	11'8"	440	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	86	M	12'4"	480	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	84	F	12'0"	450	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	88	M	12'6"	490	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	86	F	12'2"	460	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	90	M	12'8"	500	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	88	F	12'4"	470	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	92	M	13'0"	510	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	90	F	12'6"	480	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	94	M	13'2"	520	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	92	F	12'8"	490	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	96	M	13'4"	530	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	94	F	13'0"	500	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	98	M	13'6"	540	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	96	F	13'2"	510	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	100	M	13'8"	550	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	98	F	13'4"	520	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	102	M	14'0"	560	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	100	F	13'6"	530	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	104	M	14'2"	570	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	102	F	13'8"	540	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	106	M	14'4"	580	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	104	F	14'0"	550	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	108	M	14'6"	590	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	106	F	14'2"	560	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	110	M	14'8"	600	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	108	F	14'4"	570	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	112	M	15'0"	610	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	110	F	14'6"	580	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	114	M	15'2"	620	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	112	F	14'8"	590	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	116	M	15'4"	630	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	114	F	15'0"	600	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	118	M	15'6"	640	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	116	F	15'2"	610	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	120	M	15'8"	650	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	118	F	15'4"	620	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	122	M	16'0"	660	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	120	F	15'6"	630	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	124	M	16'2"	670	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	122	F	15'8"	640	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	126	M	16'4"	680	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	124	F	16'0"	650	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	128	M	16'6"	690	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	126	F	16'2"	660	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	130	M	16'8"	700	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	128	F	16'4"	670	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	132	M	17'0"	710	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	130	F	16'6"	680	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	134	M	17'2"	720	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	132	F	16'8"	690	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	136	M	17'4"	730	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	134	F	17'0"	700	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	138	M	17'6"	740	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	136	F	17'2"	710	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	140	M	17'8"	750	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	138	F	17'4"	720	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	142	M	18'0"	760	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	140	F	17'6"	730	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	144	M	18'2"	770	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	142	F	17'8"	740	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	146	M	18'4"	780	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	144	F	18'0"	750	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	148	M	18'6"	790	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	146	F	18'2"	760	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	150	M	18'8"	800	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	148	F	18'4"	770	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	152	M	19'0"	810	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	150	F	18'6"	780	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	154	M	19'2"	820	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	152	F	18'8"	790	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	156	M	19'4"	830	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JANE	154	F	19'0"	800	B	B	F	GOOD	...
10/10/54	10:00	JOHN	158	M	19'6"	840	B	B			

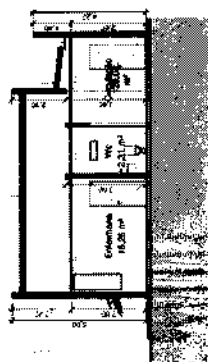




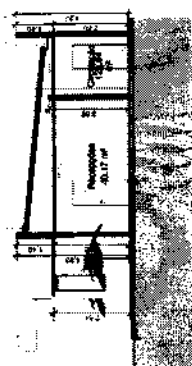
1 CORTE AA
ESCALA 1:100



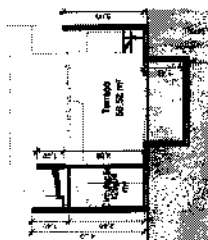
2 COARTE BB
ESCALA 1:400



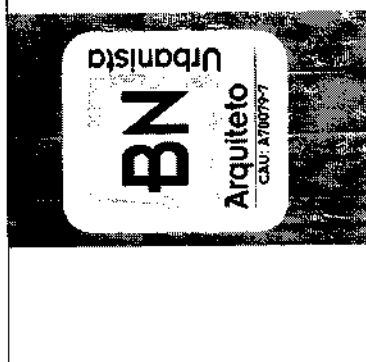
CORTE CC
ESPANA 1-109



4 CORTE DD
ESCALA 1:100



5 CORTEEE
ESCALA 1:100

[illegible]



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20260809370

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

1. Responsável Técnico

FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1612584977**

Registro: **1612584977PB**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MUNICÍPIO DE POCINHOS**

RUA CÔNEGO JOÃO COUTINHO

Complemento:

Cidade: **POCINHOS**

Bairro: **CENTRO**

UF: **PB**

CPF/CNPJ: **06.741.688/0001-72**

Nº: **1**

CEP: **58150000**

Contrato: **Não especificado**

Valor: **R\$ 1.000,00**

Ação Institucional: **Órgão Público**

Celebrado em:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA DEZ DE DEZEMBRO

Complemento:

Cidade: **POCINHOS**

Data de Início: **01/04/2025**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE POCINHOS**

Bairro: **CENTRO**

UF: **PB**

Nº: **SN**

CEP: **58150000**

Previsão de término: **31/03/2026**

Coordenadas Geográficas: **-7.075782, -36.059087**

Código: **Não Especificado**

CPF/CNPJ: **06.741.688/0001-72**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	5.278,49	m2
35 - Elaboração de orçamento > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	598,21	m2
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	598,21	m2
80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	598,21	m2
28 - Desenvolvimento > SANEAMENTO AMBIENTAL > SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS > DE SISTEMA DE ESGOTO/RESÍDUOS SÓLIDOS > #6.2.4.6 - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	598,21	m2
38 - Especificação > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO	598,21	m2
38 - Especificação > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	598,21	m2
38 - Especificação > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.2 - DE SISTEMA DE REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS	598,21	m2
38 - Especificação > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	598,21	m2
38 - Especificação > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	598,21	m2
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	598,21	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.3 - DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO	598,21	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.1 - DE SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL	598,21	m2
69 - Mensuração > TOPOGRAFIA > LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS BÁSICOS > DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO > #33.1.1.1 - PLANIMÉTRICO	678,00	m2

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: z3zd3
 Impresso em: 17/03/2026 às 10:09:19 por: , ip: 45.174.6.42

sic.creapb.org.br

Tel: (83) 3533 2525

creapb@creapb.org.br

Fax:

CREA-PB
 Conselho Regional de Engenharia
 e Agronomia da Paraíba





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20260809370

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA	598,21	m2
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA	598,21	m2
38 - Especificação > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA	598,21	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO, ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PB, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
 Local data



Documento assinado eletronicamente
 com credenciais de login e senha

FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO

RNP: 1612584977

Data: 17/03/2026 10:09:19

FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO - CPF: 051.224.804-43

MUNICÍPIO DE POCINHOS - CNPJ: 08.741.688/0001-72

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 108,39** Registrada em: **17/03/2026** Valor pago: **R\$ 108,40** Nosso Número: **5364770**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: z3zd3
 Impresso em: 17/03/2026 às 10:09:20 por: , ip: 45.174.6.42

sic.creapb.org.br
 Tel: (83) 3533 2526

creapb@creapb.org.br
 Fax:

CREA-PB
 Conselho Regional de Engenharia
 e Agronomia da Paraíba



REFERÊNCIAS

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). **NBR 15112**. Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes: Áreas de Transbordo e Triagem de RCD. Junho 2004a.

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). **NBR 15113**. Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes: Aterros – Diretrizes para projeto, implantação e operação. Junho 2004b.

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). **NBR 15114**. Resíduos sólidos da construção civil: Área de Reciclagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação. Junho 2004c.

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). **NBR 15115**. Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil: Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos. Junho 2004d.

ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS). **NBR 15116**. Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil: Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural. Junho 2004e.

BRASIL MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. RESOLUÇÃO n °307, de 05 de JULHO DE 2002. BRASILIA DF, N,136,17 DE JULHO DE 2002. SEÇÃO 1

BRASIL MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, RESOLUÇÃO N °348 DE 16 DE AGOSTO DE 2004. BRASILIA DF, N,158, 17 DE AGOSTO DE 2004

BRASIL. LEI N °12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

BRASIL MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, RESOLUÇÃO N °431, DE 24 DE MAIO DE 2011, ALTERA A RESOLUÇÃO CONOMA N °30, 5 DE JULHO DE 2002 INCLUINDO O GESSO NA “CLASSE B - OUTROS RESÍDUOS RECICLÁVEIS”.

ANEXOS

PLANILHA DE REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO PARA RETIRADA DE RESÍDUOS

**GRCC – Empreendimento – CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO
DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB**

Data	Resíduos	Quant.	Unid.	Tipo de Veículo	Empresa Responsável	Nº Recibo (Coleta)	Destino Final	Valor Pago/ Recebido

**FERNANDO
GOMES
ARAUJO FILHO
05122480443**

Assinado digitalmente por FERNANDO
GOMES ARAUJO FILHO:05122480443
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Rebelle Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A1, OU=(EM BRANCO),
OU=38016044000124, OU=videoconferencia,
CN=FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO:
05122480443
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2026-03-16 18:35:29
Foxit Reader Versão: 9.7.1

7.3	Serviço	13646	ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, cerâmica 60 x 60 cm acabamento mate bold, linha graphic nrvana ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-il, rejuntado, exclusiva regularização de base ou emborço.	m²	531,97	R\$81,62	R\$101,18	R\$43.419,31	R\$53.824,62	2,96%
7.4	Serviço	2266	ORSE	Soleira em granito cinza andorinha, l = 15 cm, e = 2 cm	m	45,44	R\$91,43	R\$113,35	R\$4.154,58	R\$5.150,62	0,28%
7.5	Serviço	92396	SINAPI	Execução de passeio em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 5 cm. Af. 10/2022	m²	144,33	R\$77,00	R\$95,46	R\$11.113,41	R\$13.777,74	0,76%
7.6	Serviço	94274	SINAPI	Assentamento de gua (melo-flo) em trecho curvo, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura). Af. 01/2024	m	112,44	R\$39,20	R\$48,60	R\$4.407,65	R\$5.464,58	0,30%
7.7	Serviço	105004	SINAPI	Rampa de acessibilidade em concreto moldado in loco, em calçada nova com largura menor a 3,00 m, lch 25mgs, com piso podotátil. Af. 03/2024	m²	1,64	R\$111,55	R\$138,29	R\$182,38	R\$226,10	1,94%
7.8	Serviço	101094	SINAPI	Piso podotátil de alerta ou direcional, de borracha, assentado sobre argamassa. Af. 05/2020	m	150,00	R\$189,41	R\$234,81	R\$28.411,50	R\$35.223,50	1,94%
8.1	Serviço	98546	SINAPI	Impermeabilização de superfície com manta asfáltica, uma camada, inclusive aplicação de primer asfáltico, e4mm. Af. 09/2023	m²	120,35	R\$122,88	R\$152,31	R\$14.785,59	R\$18.329,75	1,01%
8.2	Serviço	92580	SINAPI	Trama de aço composta por terças para telhados de até 2 águas para telha ondulada de fibrocimento, metálica, plástica ou termoaústica, incluso transporte vertical. Af. 07/2019	m²	530,10	R\$44,82	R\$55,56	R\$23.759,26	R\$29.452,61	1,62%
8.3	Serviço	235	ORSE	Telhaimento com telha de fibrocimento ondulada esp = 6mm, fixada com parafuso. Rev 02	m²	530,10	R\$53,50	R\$66,32	R\$28.380,59	R\$35.156,53	1,94%
8.4	Serviço	291	ORSE	Piso em placa de concreto l = 0,34 m	m	210,52	R\$75,82	R\$93,99	R\$15.961,63	R\$19.786,77	1,09%
8.5	Serviço	8637	ORSE	Chapim de concreto pré-moldado	m	284,76	R\$51,62	R\$63,99	R\$14.699,31	R\$18.221,79	1,00%
8.6	Serviço	96113	SINAPI	Forno em placas de gesso, para ambientes comerciais. Af. 06/2023 - ps	m²	530,10	R\$41,85	R\$51,88	R\$22.184,87	R\$27.501,82	1,52%
8.7	Serviço	13060	ORSE	Fornecimento e instalação de chapas de policarbonato, e=8mm em toldo/cobertura/telhamento/etc - Rev 01	m²	50,17	R\$481,23	R\$596,58	R\$24.144,51	R\$29.931,91	3,52%
9.1	Serviço	1857	ORSE	Porta em aço, em chapa galvanizada n°24, rainha, de encaixar	m²	7,70	R\$213,91	R\$265,18	R\$1.647,11	R\$2.041,89	0,11%
9.2	Serviço	90825	SINAPI	Porta de madeira, maciça (pesada ou superpesada), 90x210cm, espessura de 3,5cm, incluso dobradiças - fornecimento e instalação. Af. 12/2019	un	21,00	R\$233,76	R\$909,64	R\$15.408,96	R\$19.102,44	1,05%
9.3	Serviço	7315	ORSE	Fechadura para portas interna/externas, IMAB, linha Duna, ref.8866-CR, ou similar	un	21,00	R\$193,20	R\$239,51	R\$4.057,20	R\$5.029,71	0,28%
9.4	Serviço	100702	SINAPI	Porta de correr de alumínio, com duas folhas para vidro, incluso vidro liso incolor, fechadura e puxador, sem altar. Af. 12/2019	m²	7,67	R\$496,98	R\$616,11	R\$3.813,63	R\$4.727,78	0,26%
9.5	Serviço	11940	ORSE	Janela em alumínio, cor N/P/B, tipo moldura-vidro, maxar, exclusive vidro	m²	7,43	R\$561,68	R\$448,37	R\$2.686,99	R\$3.331,03	0,18%
9.6	Serviço	94570	SINAPI	Janela de alumínio de correr com 2 folhas para vidros (vidros inclusos), batente/requadrado 6 x 14 cm, acabamento com acetato ou brilhante, fixação com parafuso, sem guarnição/alfar, dimensões 100x120 cm, vedação com silicone, exclusive contramarco - fornecimento e instalação. Af. 11/2024	m²	36,00	R\$377,59	R\$468,10	R\$13.593,24	R\$16.851,60	0,93%
9.7	Serviço	102161	SINAPI	Instalação de vidro liso incolor, e=3mm, em esquadria de alumínio ou pvc, fixado com bucha. Af. 01/2021 - ps	m²	7,43	R\$313,83	R\$389,06	R\$2.331,51	R\$2.890,40	0,16%
9.8	Serviço	91338	SINAPI	Porta de alumínio de abrir com lombri, com guarnição, fixação com parafusos - fornecimento e instalação. Af. 12/2019	m²	8,82	R\$909,40	R\$1.127,38	R\$8.020,91	R\$9.943,49	7,05%
10.1	Serviço	88485	SINAPI	Fundo selador acrílico, aplicação manual em parede, uma demão. Af. 04/2023	m²	2545,67	R\$3,56	R\$4,41	R\$9.062,59	R\$11.226,41	0,62%
10.2	Serviço	88484	SINAPI	Fundo selador acrílico, aplicação manual em teto, uma demão. Af. 04/2023	m²	530,10	R\$4,36	R\$5,41	R\$2.311,26	R\$2.867,87	0,16%
10.3	Serviço	88497	SINAPI	Embossamento com massa látex, aplicação em parede, duas demãos, lixamento manual. Af. 04/2023	m²	1039,44	R\$14,52	R\$18,00	R\$15.092,66	R\$18.709,91	1,03%
10.4	Serviço	8624	ORSE	Embossamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e retóques - Rev 01	m²	1506,23	R\$21,22	R\$26,31	R\$31.962,25	R\$39.628,98	0,95%
10.5	Serviço	88496	SINAPI	Embossamento com massa látex, aplicação em teto, duas demãos, lixamento manual. Af. 04/2023	m²	530,10	R\$26,23	R\$32,52	R\$13.904,64	R\$17.239,00	0,95%
10.6	Serviço	104642	SINAPI	Pintura látex acrílica standard, aplicação manual em paredes, duas demãos. Af. 04/2023	m²	2545,67	R\$9,65	R\$11,96	R\$24.565,73	R\$30.446,24	1,68%
10.7	Serviço	100753	SINAPI	Pintura com tinta acrílica de acabamento pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos). Af. 01/2020 - ps	m²	7,70	R\$19,15	R\$23,74	R\$147,46	R\$182,80	0,01%
10.8	Serviço	104640	SINAPI	Pintura látex acrílica standard, aplicação manual em teto, duas demãos. Af. 04/2023	m²	530,10	R\$11,61	R\$14,39	R\$6.154,51	R\$7.628,20	0,42%
10.9	Serviço	102491	SINAPI	Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador. Af. 05/2021	m²	1,64	R\$19,01	R\$23,57	R\$31,08	R\$38,54	3,44%
11.1	Serviço	91993	SINAPI	Tomada alta de embutir (1 módulo), 2p+1 20 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	un	15,00	R\$40,52	R\$50,28	R\$607,80	R\$759,45	0,04%
11.2	Serviço	91996	SINAPI	Tomada média de embutir (1 módulo), 2p+1 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	un	25,00	R\$30,19	R\$37,43	R\$754,75	R\$935,75	0,05%
11.3	Serviço	92004	SINAPI	Tomada média de embutir (2 módulos), 2p+1 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	un	27,00	R\$48,22	R\$59,78	R\$1.301,94	R\$1.614,06	0,09%
11.4	Serviço	354	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâ = 32mm (1")	m	98,60	R\$17,25	R\$21,38	R\$1.700,85	R\$2.108,07	0,12%
11.5	Serviço	353	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâ = 25mm (3/4")	m	41,00	R\$13,49	R\$16,72	R\$553,09	R\$685,52	0,04%
11.6	Serviço	91845	SINAPI	Eletroduto flexível corrugado reforçado, pvc, diâ 25 mm (3/4"), para circuitos em laje - fornecimento e instalação.	m	729,00	R\$7,67	R\$9,51	R\$5.591,43	R\$6.932,79	0,38%
11.7	Serviço	91847	SINAPI	Eletroduto flexível corrugado, pvc, diâ 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em laje - fornecimento e instalação.	m	3,00	R\$12,56	R\$15,57	R\$37,68	R\$46,71	0,00%
11.8	Serviço	91953	SINAPI	Interruptor simples (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação.	un	5,00	R\$25,66	R\$31,81	R\$128,30	R\$159,05	0,01%
11.9	Serviço	91959	SINAPI	Interruptor simples (2 módulos), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. Af. 03/2023	un	2,00	R\$39,18	R\$48,57	R\$78,36	R\$97,14	0,01%
11.10	Serviço	92023	SINAPI	Interruptor simples (1 módulo) com 1 tomada de embutir 2p+1 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. Af. 03/2023	un	20,00	R\$43,66	R\$54,13	R\$873,20	R\$1.082,80	0,06%
11.11	Serviço	12236	ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em resina termoplástica, para até 32 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	2,00	R\$921,45	R\$1.142,32	R\$1.842,90	R\$2.284,64	0,13%
11.12	Serviço	91935	SINAPI	Cabo de cobre flexível isolado, 16 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. Af. 03/2023	m	133,00	R\$27,75	R\$34,40	R\$3.690,75	R\$4.575,20	0,25%
11.13	Serviço	91924	SINAPI	Cabo de cobre flexível isolado, 1,5 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - fornecimento e instalação.	m	1269,30	R\$3,08	R\$3,82	R\$3.909,44	R\$4.848,73	0,27%
11.14	Serviço	91925	SINAPI	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - fornecimento e instalação.	m	2206,90	R\$4,56	R\$5,65	R\$10.063,46	R\$12.468,99	0,69%
11.15	Serviço	91928	SINAPI	Cabo de cobre flexível isolado, 4 mm², anti-chama 450/750 v, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. Af. 03/2023	m	141,50	R\$7,18	R\$8,90	R\$1.015,97	R\$1.259,35	0,07%
11.16	Serviço	93653	SINAPI	Disjuntor monopolar tipo din, corrente nominal de 10a - fornecimento e instalação.	un	20,00	R\$10,09	R\$12,51	R\$201,80	R\$250,20	0,01%
11.17	Serviço	93654	SINAPI	Disjuntor monopolar tipo din, corrente nominal de 16a - fornecimento e instalação.	un	5,00	R\$10,09	R\$12,51	R\$50,45	R\$62,55	0,00%
11.18	Serviço	93655	SINAPI	Disjuntor monopolar tipo din, corrente nominal de 20a - fornecimento e instalação. Af. 07/2025	un	4,00	R\$12,87	R\$15,95	R\$51,48	R\$63,80	0,00%
11.19	Serviço	8006	ORSE	Disjuntor termomagnético tripolar 20 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un	2,00	R\$99,67	R\$123,56	R\$199,34	R\$247,12	0,01%
11.20	Serviço	8003	ORSE	Disjuntor termomagnético tripolar 70 A, padrão DIN (Europeu - linha branca), curva C, 3KA	un	1,00	R\$164,38	R\$209,78	R\$164,38	R\$203,78	0,01%
11.21	Serviço	9043	ORSE	Dispositivo de proteção contra surto de tensão DPS 60KA - 275v	un	12,00	R\$87,60	R\$108,80	R\$1.031,20	R\$1.303,20	0,07%
11.22	Serviço	93674	SINAPI	Disjuntor bipolar tipo dr, corrente nominal de 25a - fornecimento e instalação. Af. 07/2025	un	2,00	R\$125,66	R\$155,78	R\$251,32	R\$311,56	0,02%
11.23	Serviço	97711	SINAPI	Disjuntor tetrapolar tipo dr, corrente nominal de 40a - fornecimento e instalação. Af. 07/2025	un	1,00	R\$162,44	R\$201,38	R\$162,44	R\$201,38	0,01%
11.24	Serviço	98111	SINAPI	Caixa de inspeção para aterramento, circular, em poliestireno, diâmetro interno = 0,3 m	un	3,00	R\$43,92	R\$54,45	R\$131,76	R\$163,35	0,01%
11.25	Serviço	10793	ORSE	Caixa de passagem pvc, 4" x 2", embutir, p/eletroduto.	un	118,00	R\$14,08	R\$17,45	R\$1.661,44	R\$2.059,10	0,11%
11.26	Serviço	743	ORSE	Caixa de passagem pvc, 4" x 4", embutir, p/eletroduto	un	2,00	R\$15,73	R\$19,50	R\$31,46	R\$39,00	0,00%
11.27	Serviço	91936	SINAPI	Caixa octogonal 4" x 4", pvc, instalada em laje - fornecimento e instalação. Af. 03/2023	un	136,00	R\$13,06	R\$16,19	R\$1.775,16	R\$2.201,84	0,12%
11.28	Serviço	372	ORSE	Luva para eletroduto de pvc rígido roscável, diâ = 32mm (1")	un	5,00	R\$3,23	R\$4,00	R\$16,15	R\$20,00	0,00%
11.29	Serviço	371	ORSE	Luva para eletroduto de pvc rígido roscável, diâ = 25mm (3/4")	un	43,00	R\$2,08	R\$2,58	R\$89,44	R\$110,94	0,01%
11.30	Serviço	711	ORSE	Fornecimento e instalação de Tampa cega (espelho liso) para caixa 4" x 2"	un	20,00	R\$6,03	R\$7,48	R\$120,60	R\$149,60	0,01%
11.31	Serviço	12971	ORSE	Luminária Painel Led embutir 18w quadrada, 6000K da G-light ou similar - Rev03_11/2021	un	9,00	R\$77,39	R\$95,94	R\$586,51	R\$736,46	0,05%
11.32	Serviço	13672	ORSE	Luminária plafon de embutir em LED 29,5x29 5 cm, 24w 4000K bivoit, Avant ou similar	un	127,00	R\$91,34	R\$113,23	R\$11.600,18	R\$14.380,21	0,79%
											5,02%

											0,49%
12.1.1	Serviço	89402	SINAPI	Tubo, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação.	m	76,10	R\$10,86	R\$13,45	R\$26,45	R\$1.024,31	0,06%
12.1.2	Serviço	94649	SINAPI	Tubo, pvc, soldável, de 32mm, instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. Af_06/2022	m	66,10	R\$11,79	R\$14,62	R\$79,32	R\$966,38	0,05%
12.1.3	Serviço	103978	SINAPI	Tubo, pvc, soldável, de 40mm, instalado em ramal de distribuição de água - fornecimento e instalação. Af_06/2022	m	54,40	R\$23,85	R\$29,57	R\$1.297,44	R\$1.608,61	0,09%
12.1.4	Serviço	69867	SINAPI	Registro de gaveta bruto, latão, rosável, 3/4", com acabamento e canopia cromados fornecimento e instalação. Af_06/2021	un	9,00	R\$98,62	R\$122,26	R\$887,58	R\$1.200,34	0,06%
12.1.5	Serviço	9911	ORSE	Caixa d'água de polietileno Multiliso, altura=68cm, instalada, exceto base de apoio, cap. 1000 litros	un	1,00	R\$1.979,13	R\$2.453,53	R\$1.979,13	R\$2.453,53	0,14%
12.1.6	Serviço	94703	SINAPI	Adaptador com flange e anel de vedação, pvc, soldável, dn 25 mm x 3/4", instalado em reservação predial de água - fornecimento e instalação. af_04/2024	un	3,00	R\$18,08	R\$22,41	R\$54,24	R\$67,23	0,00%
12.1.7	Serviço	1037	ORSE	Adaptador de pvc rígido soldável curto c/ bolta e rosca p/ registro diâm = 25mm x 3/4"	un	18,00	R\$8,86	R\$10,98	R\$159,48	R\$197,64	0,01%
12.1.8	Serviço	102595	SINAPI	Furo em caixa d'água com espessura de 2 até 5 mm e diâmetro de 40 mm. af_06/2021	un	2,00	R\$4,46	R\$5,53	R\$8,92	R\$11,06	0,00%
12.1.9	Serviço	102591	SINAPI	Furo em caixa d'água com espessura de 2 até 5 mm e diâmetro de 25 mm af_06/2021	un	2,00	R\$3,50	R\$4,34	R\$7,00	R\$8,68	0,00%
12.1.10	Serviço	94489	SINAPI	Registro de esfera, pvc, soldável, com volante, dn 25 mm - fornecimento e instalação. Af_06/2021	un	3,00	R\$22,67	R\$28,10	R\$68,01	R\$84,30	0,00%
12.1.11	Serviço	94490	SINAPI	Registro de esfera, pvc, soldável, com volante, dn 32 mm - fornecimento e instalação. Af_06/2021	un	1,00	R\$33,38	R\$41,38	R\$33,38	R\$41,38	0,00%
12.1.12	Serviço	94491	SINAPI	Registro de esfera, pvc, soldável, com volante, dn 40 mm - fornecimento e instalação. Af_06/2021	un	1,00	R\$45,53	R\$56,44	R\$45,53	R\$56,44	0,00%
12.1.13	Serviço	89362	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação.	un	43,00	R\$7,79	R\$9,66	R\$334,97	R\$415,38	0,02%
12.1.14	Serviço	89452	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 32mm, instalado em prumada de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	3,00	R\$7,02	R\$8,70	R\$21,06	R\$26,10	0,00%
12.1.15	Serviço	89497	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, soldável, dn 40mm, instalado em prumada de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	6,00	R\$11,53	R\$14,29	R\$69,18	R\$85,74	
12.1.16	Serviço	89366	SINAPI	Joelho 90 graus com bucha de latão, pvc, soldável, dn 25mm, x 3/4 instalado em ramal ou sub-ramal de água - fornecimento e instalação. af_06/2022	un	2,00	R\$14,52	R\$18,00	R\$29,04	R\$36,00	0,00%
12.1.17	Serviço	89617	SINAPI	Te, pvc, soldável, dn 25mm, instalado em prumada de água - fornecimento e instalação	un	14,00	R\$6,26	R\$7,76	R\$87,64	R\$108,64	0,01%
12.1.18	Serviço	1177	ORSE	Tê de redução 90° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 32 x 25mm	un	2,00	R\$15,92	R\$19,74	R\$31,84	R\$39,48	0,00%
12.1.19	Serviço	3147	ORSE	Tê de redução 90° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 40 x 25mm	un	2,00	R\$25,83	R\$32,02	R\$51,66	R\$64,04	0,00%
12.1.20	Serviço	1178	ORSE	Tê de redução 90° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 40 x 32mm	un	1,00	R\$23,01	R\$28,53	R\$23,01	R\$28,53	0,00%
12.1.21	Serviço	1126	ORSE	Joelho 45° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 25mm	un	4,00	R\$9,43	R\$11,69	R\$37,72	R\$46,76	
12.1.22	Serviço	1125	ORSE	Joelho 45° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 32mm	un	4,00	R\$12,14	R\$15,05	R\$48,56	R\$60,20	0,00%
12.1.23	Serviço	1128	ORSE	Joelho 45° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 40mm	un	5,00	R\$18,21	R\$22,57	R\$91,05	R\$112,85	0,01%
12.1.24	Serviço	479	ORSE	Joelho 90° red. pvc rígido soldável c/bucha de latão diâm 25mmx1/2"	un	16,00	R\$13,46	R\$16,69	R\$215,36	R\$267,04	0,01%
12.1.25	Serviço	1072	ORSE	Bucha de redução curta de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 32 x 25mm	un	1,00	R\$5,73	R\$7,10	R\$5,73	R\$7,10	0,00%
											1,16%
12.2.1	Serviço	89711	SINAPI	Tubo pvc, serie normal, esgoto predial, dn 40 mm, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	m	10,80	R\$18,17	R\$22,53	R\$196,24	R\$243,32	0,01%
12.2.2	Serviço	89712	SINAPI	Tubo pvc, serie normal, esgoto predial, dn 50 mm, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	m	45,50	R\$23,19	R\$28,75	R\$1.055,35	R\$1.308,13	0,07%
12.2.3	Serviço	89849	SINAPI	Tubo pvc, serie normal, esgoto predial, dn 150 mm, fornecido e instalado em subcoletor aéreo de esgoto sanitário. af_06/2022	m	68,60	R\$49,54	R\$61,43	R\$3.398,44	R\$4.212,73	0,23%
12.2.4	Serviço	89714	SINAPI	Tubo pvc, serie normal, esgoto predial, dn 100 mm, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	m	134,40	R\$32,31	R\$40,05	R\$4.342,46	R\$5.382,72	0,30%
12.2.5	Serviço	89707	SINAPI	Caixa sifonada, pvc, dn 100 x 100 x 50 mm, junta elástica, fornecida e instalada em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário	un	6,00	R\$39,50	R\$48,97	R\$237,00	R\$293,82	0,02%
12.2.6	Serviço	104328	SINAPI	Caixa sifonada, com grelha quadrada, pvc, dn 150 x 150 x 50 mm, junta soldável, fornecida e instalada em ramal de descarga ou em ramal de esgoto sanitário. Af_08/2022	un	6,00	R\$57,24	R\$70,96	R\$343,44	R\$425,76	0,02%
12.2.7	Serviço	4283	ORSE	Ralo hemisférico em PP R, tipo abacaxi Ø 100mm	un	10,00	R\$42,47	R\$52,65	R\$424,70	R\$526,50	0,03%
12.2.8	Serviço	89746	SINAPI	Joelho 45 graus, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 100 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário. af_08/2022	un	39,00	R\$25,43	R\$31,53	R\$991,77	R\$1.229,67	0,07%
12.2.9	Serviço	89732	SINAPI	Joelho 45 graus, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 50 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	un	10,00	R\$14,02	R\$17,38	R\$140,20	R\$173,80	0,01%
12.2.10	Serviço	89855	SINAPI	Joelho 45 graus, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 150 mm, junta elástica, fornecido e instalado em subcoletor aéreo de esgoto sanitário. af_06/2022	un	2,00	R\$101,41	R\$125,72	R\$202,82	R\$251,44	0,01%
12.2.11	Serviço	89724	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 40 mm, junta soldável, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	un	8,00	R\$8,42	R\$10,44	R\$67,36	R\$83,52	0,00%
12.2.12	Serviço	89731	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 50 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	un	11,00	R\$13,37	R\$16,57	R\$147,07	R\$182,27	0,01%
12.2.13	Serviço	89744	SINAPI	Joelho 90 graus, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 100 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	un	8,00	R\$24,69	R\$30,61	R\$197,52	R\$244,88	0,01%
12.2.14	Serviço	89785	SINAPI	Junção simples, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 50 x 50 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário. Af_08/2022	un	5,00	R\$23,82	R\$29,53	R\$118,10	R\$147,65	0,01%
12.2.15	Serviço	1564	ORSE	Junção simples em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâm = 100 x 100mm	un	8,00	R\$55,70	R\$69,05	R\$445,60	R\$552,40	0,03%
12.2.16	Serviço	89783	SINAPI	Junção simples, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 40 mm, junta soldável, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário. Af_08/2022	un	2,00	R\$12,32	R\$15,27	R\$24,64	R\$30,54	
12.2.17	Serviço	7595	ORSE	Junção simples em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâm = 150 x 150mm	un	3,00	R\$227,35	R\$281,85	R\$681,05	R\$845,55	
12.2.18	Serviço	1633	ORSE	Junção simples pvc rígido soldável para esgoto secundário e 150x100mm Rev. 03 - 10/2022	un	3,00	R\$27,12	R\$33,62	R\$81,36	R\$100,86	
12.2.19	Serviço	1148	ORSE	Luva de correr de pvc rígido soldável, marrom diâm = 50mm	un	1,00	R\$35,30	R\$43,76	R\$35,30	R\$43,76	
12.2.20	Serviço	89753	SINAPI	Luva simples, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 50 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	un	14,00	R\$7,76	R\$9,62	R\$108,64	R\$134,68	0,01%
12.2.21	Serviço	89752	SINAPI	Luva simples, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 40 mm, junta soldável, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário. Af_08/2022	un	2,00	R\$6,23	R\$7,72	R\$12,46	R\$15,44	0,00%
12.2.22	Serviço	89778	SINAPI	Luva simples, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 100 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de descarga ou ramal de esgoto sanitário	un	40,00	R\$14,60	R\$18,10	R\$584,00	R\$724,00	0,04%
12.2.23	Serviço	89825	SINAPI	Te, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 50 x 50 mm, junta elástica, fornecido e instalado em prumada de esgoto sanitário ou ventilação. Af_08/2022	un	5,00	R\$16,07	R\$19,92	R\$80,35	R\$99,60	0,01%
12.2.24	Serviço	104348	SINAPI	Terminal de ventilação, pvc, serie normal, esgoto predial, dn 50 mm, junta soldável, fornecido e instalado em prumada de esgoto sanitário ou ventilação. Af_08/2022	un	6,00	R\$9,62	R\$11,93	R\$57,72	R\$71,58	0,00%
12.2.25	Serviço	1622	ORSE	Curva 90° longa em pvc rígido c/ anéis, diâm = 50mm	un	3,00	R\$21,35	R\$26,47	R\$64,05	R\$79,41	0,00%
12.2.26	Serviço	1110	ORSE	Curva 45° de pvc rígido soldável, marrom diâm = 40mm	un	14,00	R\$17,70	R\$21,94	R\$247,80	R\$307,16	0,02%
12.2.27	Serviço	1616	ORSE	Curva 90° curta em pvc rígido c/ anéis, diâm = 100mm	un	8,00	R\$34,98	R\$43,36	R\$279,84	R\$346,88	0,02%
12.2.28	Serviço	104173	SINAPI	Redução excêntrica, pvc, serie r, água pluvial, dn 150 x 100 mm, junta elástica, fornecido e instalado em ramal de encaninhamento. af_06/2022	un	4,00	R\$76,95	R\$95,39	R\$307,80	R\$381,56	0,02%
12.2.29	Serviço	1656	ORSE	Redução excêntrica em pvc rígido c/ anéis, para esgoto primário, diâm = 100 x 50mm	un	2,00	R\$21,79	R\$27,01	R\$43,58	R\$54,02	0,00%
12.2.30	Serviço	86879	SINAPI	Válvula em plástico 1" para pia, tanque ou lavatório, com ou sem ladrão - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	10,00	R\$8,61	R\$10,67	R\$86,10	R\$106,70	0,01%
12.2.31	Serviço	4718	ORSE	Caixa de inspeção em pvc 300mm	un	5,00	R\$348,51	R\$432,05	R\$1.742,55	R\$2.160,25	
12.2.32	Serviço	1595	ORSE	Vedação para saída de vaso sanitário em pvc rígido soldável, para esgoto primário, diâm = 100mm	un	8,00	R\$22,99	R\$28,50	R\$183,92	R\$228,00	
											2,72%
12.3.1	Serviço	86888	SINAPI	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	8,00	R\$504,70	R\$625,68	R\$4.037,60	R\$5.005,44	0,28%
12.3.2	Serviço	10759	ORSE	Bancada em granito cinza andorinha, esp=2cm	m²	6,82	R\$555,00	R\$688,03	R\$3.782,88	R\$4.689,61	0,26%
12.3.3	Serviço	100866	SINAPI	Barra de apoio reta, em aço inoxidável, comprimento 60cm, fixada na parede - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	4,00	R\$300,00	R\$371,91	R\$1.200,00	R\$1.487,64	0,08%

12.3.4	Serviço	13873	ORSE	Barra de apoio para lavatório, constituída de barra lateral tipo "U", em aço polido, l=30cm, 3/4" ou similar	un	2,00	R\$135,28	R\$167,71	R\$270,56	R\$335,42	0,02%
12.3.5	Serviço	86901	SINAPI	Cuba de embutir oval em louça branca, 35x50cm ou equivalente - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	7,00	R\$146,14	R\$181,17	R\$1.022,98	R\$1.268,19	0,07%
12.3.6	Serviço	86900	ORSE	Cuba de embutir retangular de aço inoxidável, 46 x 30 x 12 cm - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	1,00	R\$226,68	R\$281,02	R\$226,68	R\$281,02	0,02%
12.3.7	Serviço	86874	SINAPI	Tanque de louça branca suspenso, 18l ou equivalente - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	1,00	R\$521,72	R\$646,78	R\$521,72	R\$646,78	0,04%
12.3.8	Serviço	3683	ORSE	Torneira cromada com arçador para pia de cozinha, DECA, linha targa 1159C40 ou similar - Rev 01	un	1,00	R\$138,89	R\$147,39	R\$138,89	R\$147,39	0,01%
12.3.9	Serviço	100853	SINAPI	Torneira cromada de mesa para lavatório, tipo monocomando. af_01/2020	un	7,00	R\$361,60	R\$448,28	R\$2.531,20	R\$3.137,96	0,17%
12.3.10	Serviço	86913	SINAPI	Torneira cromada 1/2" ou 3/4" para tanque, padrão popular - fornecimento e instalação. Af_01/2020	un	1,00	R\$57,16	R\$70,86	R\$57,16	R\$70,86	0,00%
12.3.11	Serviço	86884	SINAPI	Engate flexível em plástico branco, 1/2"x30 cm - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	16,00	R\$9,56	R\$11,85	R\$152,96	R\$189,60	0,01%
12.3.12	Serviço	86883	SINAPI	Sifão do tipo flexível em pvc 1x1 1/2 - fornecimento e instalação. af_01/2020	un	8,00	R\$11,11	R\$13,77	R\$88,88	R\$110,16	0,01%
12.3.13	Serviço	95544	SINAPI	Papeleira de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação. Af_01/2020	un	8,00	R\$34,48	R\$42,74	R\$275,84	R\$341,92	0,02%
12.3.14	Serviço	191	ORSE	Divisória em granito cana andorinha polido, a=2cm, inclusive montagem com ferragens - Rev 02	m²	31,55	R\$810,85	R\$1.005,21	R\$25.592,86	R\$31.727,44	1,75%
12.4.1	Serviço	13706	ORSE	Dispositivo de aspiração 1 1/2" para piscina em alvenaria, corpo em inox, acabamento frontal em inox	un	1,00	R\$236,45	R\$298,13	R\$236,45	R\$298,13	0,02%
12.4.2	Serviço	13705	ORSE	Dispositivo de retorno 1 1/2" para piscina em alvenaria, corpo em inox, acabamento frontal em inox	un	2,00	R\$271,45	R\$336,52	R\$42,90	R\$53,04	0,04%
12.4.3	Serviço	13450	ORSE	Rolo de fundo para piscina, anti-turbilhão, 15 x 15 cm, marca sodramar ou similar	un	2,00	R\$208,53	R\$259,75	R\$419,06	R\$519,50	0,03%
12.4.4	Serviço	1020	ORSE	Fornecimento e assentamento de bucha de redução de ferro galvanizado de 1 1/4" x 1"	un	1,00	R\$26,11	R\$32,37	R\$26,11	R\$32,37	0,00%
12.4.5	Serviço	102111	SINAPI	Bomba centrífuga, monofásica, 0,5 cv ou 0,49 hp, bm 6 a 20 m, q 1,2 a 8,3 m³/h - fornecimento e instalação. af_12/2020	un	1,00	R\$1.097,58	R\$1.286,29	R\$1.097,58	R\$1.286,29	0,07%
12.4.6	Serviço	13571	ORSE	Bomba centrífuga monostágio, marca Schneider ou similar, modelo BC-925 1, motor 1,5cv, monofásica, tensão 110/220V, recalque 1", pressão máxima sem vazão = 38mca, humax de sucção = 8mca, vazão = 3,3 a 7,2 m³/h	un	1,00	R\$2.250,76	R\$2.790,27	R\$2.250,76	R\$2.790,27	0,15%
12.4.7	Serviço	13758	ORSE	Conjunto de filtro modelo DFR-11, Dancor ou similar, inclusive areia, com motobomba modelo DFR-11, pratinha ou similar, de alta vazão para piscina / fonte	un	1,00	R\$1.640,37	R\$2.038,57	R\$1.640,37	R\$2.038,57	0,11%
12.4.8	Serviço	6124	ORSE	Assentamento de caixa de hidrômetro	un	1,00	R\$19,10	R\$23,68	R\$19,10	R\$23,68	0,00%
12.4.9	Serviço	95685	SINAPI	Kit cavalete para medição de água - entrada individualizada, em ppr pn25 dn 25 mm (3/4") para 1 medidor - fornecimento e instalação (exclusivo hidrômetro). af_03/2020	un	1,00	R\$331,47	R\$410,92	R\$331,47	R\$410,92	0,02%
12.4.10	Serviço	3206	ORSE	Registro tipo esfera em PVC c/borboleta, d = 1/2"	un	1,00	R\$26,33	R\$32,64	R\$26,33	R\$32,64	0,00%
12.4.11	Serviço	94496	SINAPI	Registro de gaveta bruto, latão, rosçável, 1" - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	3,00	R\$152,86	R\$189,50	R\$458,58	R\$568,50	0,03%
12.4.12	Serviço	89353	SINAPI	Registro de gaveta bruto, latão, rosçável, 3/4" - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	2,00	R\$41,25	R\$51,14	R\$82,50	R\$102,28	0,01%
12.4.13	Serviço	103047	SINAPI	Registro de esfera, pvc, soldável, com volante, dn 20 mm - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	1,00	R\$18,54	R\$22,98	R\$18,54	R\$22,98	0,00%
12.4.14	Serviço	94489	SINAPI	Registro de esfera, pvc, soldável, com volante, dn 25 mm - fornecimento e instalação. af_08/2021	un	1,00	R\$22,67	R\$28,10	R\$22,67	R\$28,10	0,00%
12.4.15	Serviço	104035	SINAPI	Colar de tomada, polipropileno, com parafusos, 63 mm x 1/2", para ligação predial de água. af_06/2022	un	1,00	R\$29,79	R\$36,93	R\$29,79	R\$36,93	0,00%
12.4.16	Serviço	1605	ORSE	Joelho 90° pvc rígido soldável e c/roscas, diam = 20mm x 1/2"	un	1,00	R\$8,16	R\$10,12	R\$8,16	R\$10,12	0,00%
12.4.17	Serviço	1036	ORSE	Adaptador de pvc rígido soldável curto c/ bolsa e rosca p/ registro diâm = 20mm x 1/2"	un	1,00	R\$8,71	R\$10,80	R\$8,71	R\$10,80	0,00%
12.4.18	Serviço	1037	ORSE	Adaptador de pvc rígido soldável curto c/ bolsa e rosca p/ registro diâm = 25mm x 3/4"	un	4,00	R\$8,86	R\$10,98	R\$35,44	R\$43,92	0,00%
12.4.19	Serviço	1043	ORSE	Adaptador de pvc rígido soldável curto c/ bolsa e rosca p/ registro diâm = 60mm x 2"	un	6,00	R\$23,99	R\$29,74	R\$143,94	R\$178,44	0,01%
12.4.20	Serviço	1125	ORSE	Joelho 45° de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 20mm	un	1,00	R\$9,01	R\$11,17	R\$9,01	R\$11,17	0,00%
12.4.21	Serviço	1134	ORSE	Joelho 90° de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 20mm	un	12,00	R\$8,51	R\$10,55	R\$102,12	R\$126,60	0,01%
12.4.22	Serviço	1135	ORSE	Joelho 90° de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 25mm	un	5,00	R\$8,70	R\$10,79	R\$43,50	R\$53,95	0,00%
12.4.23	Serviço	1138	ORSE	Joelho 90° de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 50mm	un	10,00	R\$17,73	R\$21,98	R\$177,30	R\$219,80	0,01%
12.4.24	Serviço	1027	ORSE	Tubo pvc rígido soldável marrom p/ água, d = 20 mm (3/4")	m	66,40	R\$12,28	R\$15,22	R\$815,39	R\$1.010,61	0,06%
12.4.25	Serviço	1028	ORSE	Tubo pvc rígido soldável marrom p/ água, d = 25 mm (1 1/2")	m	1,20	R\$14,00	R\$17,36	R\$16,80	R\$20,83	0,00%
12.4.26	Serviço	1031	ORSE	Tubo pvc rígido soldável marrom p/ água, d = 50 mm (2 1/2")	m	20,90	R\$45,50	R\$56,41	R\$950,95	R\$1.178,97	0,06%
12.4.27	Serviço	1167	ORSE	Tê 90° de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 20mm	un	1,00	R\$9,65	R\$11,96	R\$9,65	R\$11,96	0,00%
12.4.28	Serviço	1171	ORSE	Tê 90° de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 50mm	un	2,00	R\$23,68	R\$29,36	R\$47,36	R\$58,72	0,00%
13.1	Serviço	1505	ORSE	Extintor de pó químico ABC, capacidade 4 kg, alcance médio do jato 4,5m, tempo de descarga 11s, NBR9443, 9444, 10721	un	10,00	R\$194,76	R\$241,44	R\$1.947,60	R\$2.414,40	0,13%
13.2	Serviço	12884	ORSE	Placa de sinalização, fotoluminescente, 38x19 cm, em pvc, com seta indicativa de sentido (esquerda ou direita) de saída de emergência- Placa S2	un	13,00	R\$23,89	R\$29,62	R\$310,57	R\$385,06	0,02%
13.3	Serviço	13827	ORSE	Placa indicativa de "SAÍDA" em pvc, dim.: 20 x 30 cm	un	1,00	R\$33,69	R\$41,77	R\$33,69	R\$41,77	0,00%
13.4	Serviço	12138	ORSE	Placa de indicativa de "EXTINTOR" em pvc, dim.: 20 x 20 cm	un	10,00	R\$24,86	R\$30,82	R\$248,60	R\$308,20	0,02%
14.1	Serviço	10234	ORSE	Grana esmeralda em placas, fornecimento e plinto	m²	29,39	R\$35,95	R\$44,57	R\$1.056,61	R\$1.309,96	0,07%
14.2	Serviço	98516	SINAPI	Plântio de palmeira com altura de muda menor ou igual a 2,00 m. Af_07/2024	un	11,00	R\$289,58	R\$358,99	R\$3.185,38	R\$3.948,89	0,22%
14.3	Serviço	12041	ORSE	Letra em aço inox escovado/polido 10 x 10cm - instalado	un	48,00	R\$58,74	R\$72,82	R\$2.819,52	R\$3.495,36	0,19%
15.1	Serviço	2450	ORSE	Limpeza geral	m²	678,00	R\$2,52	R\$3,12	R\$1.708,56	R\$2.115,36	0,12%

Assinado por: [Assinatura]



SERVIÇO: CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE ATENDIMENTO PARA AUTISTA E NEURODIVERGENTES
NO MUNICÍPIO DE POÇINHOS - PB

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇINHOS

LOCAL: POÇINHOS/PB

Memorial de Cálculo

1.1	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
1.2	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
1.3	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
1.4	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
1.5	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
1.6	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
1.7	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

2.1	Serviço	Escavação manual de solo - Al. 09/2024	m³	182,23	0,50	91,11
				13,30	0,50	66,50
				0,60	0,50	0,30
				1,20	1,30	1,56
				2,00	1,30	2,60
				1,00	1,00	1,00

2.2	Serviço	Relevo manual de solo, com compactador de solos de pátio - Al. 06/2023	m³	115,42		115,42
-----	---------	--	----	--------	--	--------

2.3	Serviço	Ativo manual de valas com solo argilo arenoso - Al. 06/2023	m³	11,56	0,14	1,62
				31,34	0,14	4,39
				11,19	0,14	1,57
				30,00	0,14	4,20
				120,04	0,14	16,80
				71,22	0,14	10,17
				38,40	0,14	5,18
				15,26	0,14	2,14
				11,10	0,14	1,55
				4,00	0,14	0,56
				22,19	0,14	3,11
				11,10	0,14	1,55
				11,10	0,14	1,55
				30,00	0,14	4,20
				9,80	0,14	1,27
				30,00	0,14	4,20
				30,30	0,14	4,24
				10,50	0,14	1,43
				20,00	0,14	2,80
				11,10	0,14	1,55
				14,27	0,14	1,99
				13,41	0,14	1,88
				2,32	0,14	0,32
				2,31	0,14	0,32
				144,35	0,14	20,21

2.4	Serviço	Carga, manobra e descarga de solos e materiais granulares em caminhão basculante 10 m³ - carga com escavadeira hidráulica (capacidade de 1,20 m³ / 157 tps) e descarga - Rev. (tudo em m³) - Al. 07/2020	m³	304,72		304,72
-----	---------	--	----	--------	--	--------

2.5	Serviço	Transporte com caminhão basculante de 10 m³, em via urbana pavimentada, adicional para 01m excedente a 10 km (unidade: m3/km), Al. 07/2020	m³/km	144,35		144,35
-----	---------	--	-------	--------	--	--------

3.1	Serviço	Concreto magro para laje, traço 1:4:5, 4,5 l/m², massa seca de cimento/areia (unidade: m³) - Al. 06/2023	m³	182,23	0,20	36,45
				264,36	0,20	52,87
				13,20	0,30	3,96
				0,70	0,70	0,49
				1,10	1,10	0,85

3.2	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.3	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.4	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.5	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.6	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.7	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.8	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.9	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.10	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.11	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.12	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.13	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.14	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.15	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.16	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.17	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.18	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.19	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.20	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.21	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.22	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.23	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.24	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.25	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.26	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.27	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.28	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.29	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.30	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.31	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.32	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.33	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.34	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.35	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.36	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.37	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.38	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.39	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.40	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.41	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.42	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.43	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.44	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.45	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.46	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.47	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.48	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.49	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.50	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.51	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.52	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.53	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.54	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.55	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.56	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.57	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.58	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.59	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.60	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.61	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.62	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.63	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.64	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

3.65	Serviço	Preço de obra em chapas aço galvanizadas, indicadas - Rev.05_03/2022	m²	4,00	2,00	8,00
3.66	Serviço	Tipografia (tabelas, planilhas) - Al. 03/2024	m²	35,00	2,00	70,00
3.67	Serviço	Impressão material de vegetação em terreno com encosta - Al. 03/2024	m²	476,00		476,00
3.68	Serviço	Locação convencional de obra, utilizando galpão de 100m² com estrutura de concreto e telhado de 20m x 20m - 2 unidades - Al. 03/2023	m	200,00		200,00
3.69	Serviço	Ligação Fiação de Água em Muro de Contenção, Providência ou Definitiva, com fornecimento de material, instalação elétrica e hidrômetro, Renda 01 - Renda 01 - 03/2022	un		1,00	1,00
3.70	Serviço	Fornecimento de energia elétrica, subestação, trifásica, com cabos de alumínio, cabo de 35 mm² e disjuntor dinâmico (não inclui material de instalação) - Al. 07/2020, ps	un		1,00	1,00
3.71	Serviço	Instalação elétrica, iluminação, instalação, em ferro galvanizado 0,25" e 0,40, 0m, completo	un		1,00	1,00

7.4	Serviço	Soldar em grampo uniaxial, $\varnothing 15$ cm, $a = 2$ cm	m	1,00 3,60 19,42	13 1 2	13,00 3,60 20,84	21 27 BORDA DA PISCINA
7.5	Serviço	Execução de passeio em piso cimentado, com bloco retangular de natural de 20 x 30 cm, espessura 6 cm, al. 10/2023	m ²	144,33		144,33	ÁREA DA CALÇADA NO ENTORNO
7.6	Serviço	Assentamento de gua (meio fio) em trecho curvo, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13,50 cm (cumprimento x base inferior x base superior x altura) al. 11/2024	m	93,15 10,25 9,04		112,44	TOTAL
7.7	Serviço	Faixa de acessibilidade em concreto modelado in loco, em calçada nova com largura menor a 3,00 m, de 25cm, com piso pedregulho, al. 03/2024	m ²	1,635		1,64	MÉDIO DO CALÇADA EXTERNA DO FREITE
7.8	Serviço	Piso pedregulho de pedra ou de pedra, de brita, assentado sobre argamassa, al. 05/2020	m	150,00		150,00	BAÇO DO JARDIM FRONTAL MAIOR
8.1	Serviço	Impermeabilização de superfície com massa asfáltica, uma camada, inclusive aplicação de primer asfáltico, al. 09/2023	m ²	11,22	0,20	11,22	MÉDIO DO JARDIM FRONTAL DA ENTRADA
8.2	Serviço	Tijolo de aço composto por barras para valados de até 2,4m para vala condutora de escoamento, metálica, pintura a óleo, inclusive, inclusive transporte vertical, al. 07/2019	m ²	102,33 71,77 64,99 44,15 152,74 44,15 50,17		594,10	RETENÇÃO DE PROTETO
8.3	Serviço	Telhamento com telha de fibrocimento ondulada esp = 6mm, fixado com parafusos, al. 02	m ²	210,52 284,76		210,52 284,76	RETENÇÃO DE PROTETO
8.4	Serviço	Busto em placa de concreto $\varnothing = 0,30$ m	m	210,52		210,52	CHAMINÉ NA PARTE DA FRENTE DA PLANTARDA
8.5	Serviço	Chapim de concreto pré-moldado	m	284,76		284,76	IGUAL A ÁREA DE PISO
8.6	Serviço	Fôrto em placa de gesso, para ambientes comerciais, al. 08/2023, p.1	m ²	590,18		590,18	ÁREA DA COBERTA EM POUÇONBONATO
8.7	Serviço	Fornecimento e instalação de chapas de polibuteno, vedando em todos os pontos de encontro, al. 01	m ²	8,00 6,45 5,05	2,2 5,05	50,17 17,60 32,57	ENTRADA
9.1	Serviço	Porta em aço, em chapa galvanizada 0,24, cauda, de eixo	m ²	3,85	1,00	7,70	PORTÃO DA GARAGEM
9.2	Serviço	Porta de madeira, maciça (seca ou superseca), 90x210cm, espessura de 3,5cm, incluindo dobradiças, fechamento e instalação, al. 12/2019	un		21,00	21,00	PORTAS INTERNAS
9.3	Serviço	Fechadura para portas internas/externas, 10x16, 16x20, 16x24, 16x28, 16x32, 16x36, 16x40, 16x44, 16x48, 16x52, 16x56, 16x60, 16x64, 16x68, 16x72, 16x76, 16x80, 16x84, 16x88, 16x92, 16x96, 16x100, 16x104, 16x108, 16x112, 16x116, 16x120, 16x124, 16x128, 16x132, 16x136, 16x140, 16x144, 16x148, 16x152, 16x156, 16x160, 16x164, 16x168, 16x172, 16x176, 16x180, 16x184, 16x188, 16x192, 16x196, 16x200, 16x204, 16x208, 16x212, 16x216, 16x220, 16x224, 16x228, 16x232, 16x236, 16x240, 16x244, 16x248, 16x252, 16x256, 16x260, 16x264, 16x268, 16x272, 16x276, 16x280, 16x284, 16x288, 16x292, 16x296, 16x300, 16x304, 16x308, 16x312, 16x316, 16x320, 16x324, 16x328, 16x332, 16x336, 16x340, 16x344, 16x348, 16x352, 16x356, 16x360, 16x364, 16x368, 16x372, 16x376, 16x380, 16x384, 16x388, 16x392, 16x396, 16x400, 16x404, 16x408, 16x412, 16x416, 16x420, 16x424, 16x428, 16x432, 16x436, 16x440, 16x444, 16x448, 16x452, 16x456, 16x460, 16x464, 16x468, 16x472, 16x476, 16x480, 16x484, 16x488, 16x492, 16x496, 16x500, 16x504, 16x508, 16x512, 16x516, 16x520, 16x524, 16x528, 16x532, 16x536, 16x540, 16x544, 16x548, 16x552, 16x556, 16x560, 16x564, 16x568, 16x572, 16x576, 16x580, 16x584, 16x588, 16x592, 16x596, 16x600, 16x604, 16x608, 16x612, 16x616, 16x620, 16x624, 16x628, 16x632, 16x636, 16x640, 16x644, 16x648, 16x652, 16x656, 16x660, 16x664, 16x668, 16x672, 16x676, 16x680, 16x684, 16x688, 16x692, 16x696, 16x700, 16x704, 16x708, 16x712, 16x716, 16x720, 16x724, 16x728, 16x732, 16x736, 16x740, 16x744, 16x748, 16x752, 16x756, 16x760, 16x764, 16x768, 16x772, 16x776, 16x780, 16x784, 16x788, 16x792, 16x796, 16x800, 16x804, 16x808, 16x812, 16x816, 16x820, 16x824, 16x828, 16x832, 16x836, 16x840, 16x844, 16x848, 16x852, 16x856, 16x860, 16x864, 16x868, 16x872, 16x876, 16x880, 16x884, 16x888, 16x892, 16x896, 16x900, 16x904, 16x908, 16x912, 16x916, 16x920, 16x924, 16x928, 16x932, 16x936, 16x940, 16x944, 16x948, 16x952, 16x956, 16x960, 16x964, 16x968, 16x972, 16x976, 16x980, 16x984, 16x988, 16x992, 16x996, 16x1000	un		21,00	21,00	IGUAL AS PORTAS INTERNAS
9.4	Serviço	Porta de correr de alumínio, com duas folhas para vidro, inclusive vidro no perfil, fechadura e puxador, al. 11/2019	m ²	3,52	2,18	7,67	PORTA DA FACHADA
9.5	Serviço	Janela em alumínio, cor R/P/B, tipo moldura visco, mas ar, exclusiva vidro	m ²	0,76 0,61	0,30 1,83	7,43 0,42	TOTAL
9.6	Serviço	Janela de alumínio de correr com 2 folhas para vidro (vidro isolado), bateria/reqüadro 6 a 14 cm, acabamento com acrílico ou brilhante, fixação com parafusos, sem quicadas/alar, dimensões 100x120 cm, vedação com silicone, inclusive contraponto - fornecimento e instalação, al. 11/2024	m ²	2,90	1,50	36,00	JANELA 20
9.7	Serviço	Instalação de vidro no perfil e alumínio, em esquadro de alumínio ou PVC, fixado com baguete, al. 01/2021, p.1	m ²				JANELA 30
9.8	Serviço	Porta de alumínio de abrir com lombo, com guarnição, fixação com parafusos, fornecimento e instalação, al. 12/2019	m ²	0,70	2,10	0,42	JANELA 13
10.1	Serviço	Fundo selador acrílico, aplicação manual em parede, uma demão, al. 04/2023	m ²				PORTAS NOS BANHEIROS
10.2	Serviço	Fundo selador acrílico, aplicação manual em teto, uma demão, al. 04/2023	m ²				IGUAL A ÁREA DE REBOCO
10.3	Serviço	Enlaxamento com massa fina, aplicação em parede, duas demãos, lixamento manual, al. 04/2023	m ²				IGUAL A ÁREA DE REBOCO INTERNO
10.4	Serviço	Enlaxamento de superfície, com aplicação de 02 demãos de massa acrílica, lixamento e resacas, al. 01	m ²				IGUAL A ÁREA DE REBOCO EXTERNO
10.5	Serviço	Enlaxamento com massa fina, aplicação em teto, duas demãos, lixamento manual, al. 04/2023	m ²				IGUAL A ÁREA DE SELADOR DO TETO
10.6	Serviço	Pintura látex acrílica standard, aplicação manual em parede, duas demãos, al. 04/2023	m ²				IGUAL A ÁREA DE SELADOR

[illegible]

11.4.14	Serviço	Registro de esfera, pvc, soldável, com volantes, diâ 25 mm - fornecimento e instalação, 01/06/2021	un		1,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.15	Serviço	Cotar de tomada, subprojeto, com parafusos, 63 mm x 1/2", para ligação especial de água, 01/06/2021	un		1,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.16	Serviço	Joelho 90° pvc, tipo soldável e rosca, diâ 20 mm x 1/2"	un		1,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.17	Serviço	Adaptador de pvc, tipo soldável curto / rosca e rosca p/ registro diâ 20 mm x 1/2"	un		1,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.18	Serviço	Adaptador de pvc, tipo soldável curto / rosca e rosca p/ registro diâ 20 mm x 3/4"	un		4,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.19	Serviço	Adaptador de pvc, tipo soldável curto / rosca e rosca p/ registro diâ 20 mm x 2"	un		6,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.20	Serviço	Joelho 45° de pvc, tipo soldável, marrom diâ 20 mm	un		1,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.21	Serviço	Joelho 90° de pvc, tipo soldável, marrom diâ 20 mm	un		12,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.22	Serviço	Joelho 90° de pvc, tipo soldável, marrom diâ 25 mm	un		5,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.23	Serviço	Joelho 90° de pvc, tipo soldável, marrom diâ 50 mm	un		10,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.24	Serviço	Tubo pvc, tipo soldável, marrom p/ água, diâ 20 mm (1/2")	m	65,40			RETRABO DE PROJETO
11.4.25	Serviço	Tubo pvc, tipo soldável, marrom p/ água, diâ 25 mm (3/4")	m	1,20			RETRABO DE PROJETO
11.4.26	Serviço	Tubo pvc, tipo soldável, marrom p/ água, diâ 50 mm (1 1/2")	m	20,30			RETRABO DE PROJETO
11.4.27	Serviço	16 90° de pvc, tipo soldável, marrom diâ 20 mm	un		1,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.28	Serviço	16 90° de pvc, tipo soldável, marrom diâ 25 mm	un		2,00		RETRABO DE PROJETO
11.4.29	Serviço	16 90° de pvc, tipo soldável, marrom diâ 50 mm	un		2,00		RETRABO DE PROJETO
13.1	Serviço	Editor de rod guincho ABIC, capacidade 4 kg, alcance máximo de 1,5m, tempo de descida 11s, NR0443, 9444, 10721	un		10,00	10,00	
13.2	Serviço	Placa de sinalização, fotoluminescente, 30x15 cm, em pvc, com uma indicação de sentido (sentido de saída) da saída de emergência Placa S2	un		13,00	13,00	
13.3	Serviço	Placa indicativa de "SAÍDA" em pvc, diâ: 20 x 30 cm	un		1,00	1,00	
13.4	Serviço	Placa de indicação de "EXTINTOR" em pvc, diâ: 20 x 20 cm	un		10,00	10,00	
14.1	Serviço	Grama emendada em placas, fornecimento e plantio	m²	29,393		29,39	RETRABO DE PROJETO
14.2	Serviço	Plano de pintura com altura de tudo menor ou igual a 2,00 m, 01/07/2024	un		11,00	11,00	RETRABO DE PROJETO
14.3	Serviço	Letra em aço inox recortado/pódo 10 x 10cm - instalado	un		48,00	48,00	RETRABO DE PROJETO
15.1	Serviço	Emprego geral	m²	676,00		676,00	TOMA A LARGA CONSTRUÇÃO

10/07/2024

10/07/2024

CÁLCULO DE BDI

Item componente do BDI	% Informado	1º Q	Médio	3º Q
Administração Central (AC)	3,00	3,00	4,00	5,50
Seguro (S) e Garantia (G)	8,80	0,80	0,80	1,00
Risco (R)	0,70	0,97	1,27	1,27
Despesas Financeiras (DF)	0,59	1,23	1,39	1,39
Lucro (L)	6,15	6,16	7,40	8,96
Impostos PIS, COFINS, IESS	4,15			
II) CPRB Contribuição previdenciária	3,80			

Observações:
 1) Preverificar apenas a coluna Informado (Coluna S)
 2) Os Tributos Normalmente Adquiridos (TNA) são PIS (0,65%), COFINS (3,00%) e IESS (S) variáveis até 8,96% conforme o município.
 3) O cálculo do BDI se baseia na fórmula abaixo utilizada para o cálculo do BDI, conforme GE GPAD 334/2013 de 17/10/2013.

$$B.D.I = 23,97\%$$

Fórmula Utilizada:

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + G + R) * (1 + DF) * (1 + L)}{1 - I} - 1 \right] * 100$$

OBRAS DE INFRAESTRUTURA

OS VALORES % INFORMADO ENQUADRAM-SE NOS LIMITES DO ACORDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO
 OS VALORES % INFORMADO DE AC, SG, R E DF ESTÃO NOS VALORES MÍNIMOS DOS LIMITES DO ACORDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO
 OS VALORES % INFORMADO DE L FORAM CONSIDERADOS ABAIXO DO MÍNIMO DOS LIMITES DO ACORDÃO 2622/2013-TCU-PLENÁRIO

Construção e Reforma de quaisquer Edificações inclusive Unidades Habitacionais, Escolas, Hospitais, de uso Agropecuário, Estações p/Trens/Metrô, Estádios e Quadras Esportivas	Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, calçadas, etc.			Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto			Fornecimento de materiais e equipamentos			Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica			Portuárias, Marítimas e Fluviais		
	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q	1º Q	Médio	3º Q
	3,80	4,01	4,87	3,43	4,83	6,71	1,80	3,45	4,49	5,29	5,82	7,93	4,00	5,52	7,85
	0,32	0,40	0,74	0,28	0,49	0,76	0,30	0,48	0,62	0,25	0,51	0,56	0,81	1,22	1,99
	0,50	0,56	0,97	1,00	1,39	1,74	0,95	0,85	0,89	1,00	1,48	1,87	1,46	2,32	3,18
	1,02	1,11	1,21	0,94	0,98	1,17	0,85	0,85	1,11	1,01	1,07	1,11	0,94	1,02	1,33
	6,64	7,30	8,69	6,74	8,04	9,40	3,80	5,11	6,22	8,00	8,31	9,51	7,14	8,49	10,43

Conforme Legislação Específica

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA			
Tipo de Obra			
1º Q	Médio	3º Q	
Construção de Edifícios	20,34	22,12	25,00
Construção de Rodovias e Ferrovias - Infra Urbana, praças, etc.	19,60	20,97	24,23
Rede de Abastecimento de Água, Coleta de Esgotos	20,76	24,18	26,44
Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica	24,00	25,84	27,86
Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais	22,80	27,48	30,95
Fornecimento de Materiais e Equipamentos	11,10	14,02	16,80

Fernando Gomes de Aguiar Filho
 Engenheiro Civil
 CRB 1.873/2007

Fernando Gomes de Aguiar Filho



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Endereço: Córrego João Coutinho, 01 - Centro - POCINHOS PB
CNPJ: 08.741.688/0001-72

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$): com BOM	PESO (%)	CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO DA OBRA											
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	49.285,83	2,71%	100,00%	49.285,83										
2.0	MOVIMENTO DE TERRA	43.950,44	2,42%	100,00%	43.950,44										
3.0	INFRAESTRUTURA	237.442,47	13,07%	75,00%	178.081,85										
4.0	SUPREESTRUTURA	270.095,10	14,87%	25,00%	67.523,78	25,00%	67.523,78								
5.0	ALVENARIA DE ELEVACÃO E PAINÉIS	189.821,55	10,48%	25,00%	47.455,39	25,00%	47.455,39								
6.0	REVESTIMENTO	328.402,38	18,08%	25,00%	82.100,60	25,00%	82.100,60								
7.0	PAVIMENTAÇÃO	159.135,22	8,76%	25,00%	39.783,81	25,00%	39.783,81								
8.0	COBERTURA	178.381,18	9,82%	25,00%	44.595,30	25,00%	44.595,30								
9.0	ESQUADRIAS	63.918,34	3,52%	25,00%	15.979,59	25,00%	15.979,59								
10.0	PINTURA	127.967,95	7,05%	25,00%	31.991,99	25,00%	31.991,99								
11.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	62.483,14	3,44%	25,00%	15.620,79	25,00%	15.620,79								
12.0	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	91.135,88	5,02%	25,00%	22.783,97	25,00%	22.783,97								
13.0	INSTALAÇÃO DE COMBATE AO INCÊNDIO	3.149,43	0,17%	25,00%	787,36	25,00%	787,36								
14.0	SERVIÇOS DIVERSOS	8.754,21	0,48%	25,00%	2.188,55	25,00%	2.188,55								
15.0	SERVIÇOS FINAIS	2.115,36	0,12%	25,00%	528,84	25,00%	528,84								
TOTAL:		1.816.038,48			454.009,62		454.009,62								
					100,00%		100,00%								

Elaborado: Carlos Augusto Lima
Data: 12/05/2015
Assinado: Carlos Augusto Lima



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO SEM ESCALA



01/01

PROPRIETÁRIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS-PB
MUNICÍPIO:	POCINHOS-PB
LOCAL:	RUA DEZ DE DEZEMBRO, CENTRO
OBRA:	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE NEURODEVELOPIMENTO

TRABALHOS TÉCNICOS		DATA
NOME	PROFISSIONAL	2026
DESENHO / ESCALA		

INDICADOS

**FERNANDO
GOMES
ARAÚJO
FILHO**

05122480443
FERNANDO.COM

FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO

CREA PB N° 161258497-7

[illegible]


PROJETO BÁSICO

CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES



SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. CONSTRUÇÃO.....	3
2.1. ESCAVAÇÕES E MOVIMENTAÇÕES DE TERRA.....	3
2.2. LASTRO DE CONCRETO MAGRO	3
2.3. INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA	3
2.4. ALVENARIAS	3
2.5. VERGAS E CONTRAVERGAS	4
2.6. INSTALAÇÕES ELÉTRICA.....	4
2.7. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	4
2.8. PORTAS	4
2.9. REVESTIMENTOS	4
2.10. PISOS.....	4
2.11. FORRO	5
2.12. PINTURA	5
2.13. LIMPEZA FINAL.....	5
3. JUSTIFICATIVA.....	5
4. ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS.....	6
5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	6
6. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO.....	6
7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE	6
8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	6
9. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	7

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 3/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

1. OBJETIVO

O projeto básico da CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES de Pocinhos, localizada em Pocinhos/PB, tem como função estabelecer as diretrizes para a execução dos serviços a serem realizados na mesma, dentro das normas atuais e condições de trabalho necessárias.

2. CONSTRUÇÃO

2.1. ESCAVAÇÕES E MOVIMENTAÇÕES DE TERRA

A empresa executora do serviço manterá as escavações livres de água, tomando para isto as providências que forem necessárias, evitando ainda, que a água da superfície corra para dentro das escavações.

2.2. LASTRO DE CONCRETO MAGRO

Antes da colocação das ferragens das fundações, o terreno de fundação deverá receber uma camada de concreto simples (concreto magro). Esta camada deve ser executada sobre uma superfície isenta de lama, compactada e nivelada.

O lastro de concreto magro deve ter a espessura mínima de 5 cm e ultrapassar as dimensões da fundação, em planta, em, no mínimo, 10 cm para cada lado.


2.3. INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

O sistema estrutural adotado na obra é o concreto armado, sendo a alvenaria apenas de vedação. Antes da concretagem executar a colocação de eletrodutos, caixas de passagem e outros eventuais serviços no concreto.

As barras de aço deverão ser completamente limpas e isentas de crostas soltas de ferrugem, de barro, óleo ou graxa. A execução e adensamento dos concretos deverão ser feitos mecanicamente. Para a perfeita cura do concreto o mesmo deverá ser molhado e mantido úmido durante os primeiros sete dias. A execução da concretagem deverá obedecer a cuidado quanto às dimensões, formas, firmeza, ligações, esquadro, nível, prumo e limpeza, não sendo admitidas falhas no concreto, ou ferragens expostas. Para permitir o recobrimento mínimo estabelecido no projeto das peças de concreto, deverão ser utilizados espaçadores plásticos com 2,5 cm para vigas, lajes e pilares, 5 cm para fundações.

2.4. ALVENARIAS

As alvenarias serão de meia vez, executadas com tijolo cerâmico furado na horizontal (9x19x19), preferencialmente com junta de 10 mm, observando o nivelamento de fiadas, e prumo. Os materiais deverão ser de primeira qualidade. As fiadas serão perfeitamente niveladas, alinhadas e aprumadas. As juntas terão espessura máxima de 1,5 cm e serão rebaixadas a ponta de colher para que o reboco adira perfeitamente.

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 4/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

2.5. VERGAS E CONTRAVERGAS

Janelas e portas em paredes de alvenaria exigem reforços estruturais, vergas - sobre o vão – e contra vergas (no caso de janela) - abaixo da abertura, que melhoram a distribuição de cargas, evitam o aparecimento de trincas e impedem esforços sobre as esquadrias. São previstas em projeto, que também e devem ultrapassar 25 cm para cada lado do vão.

2.6. INSTALAÇÕES ELÉTRICA

A instalação elétrica será executada conforme o projeto que foi elaborado. Toda rede de infraestrutura de elétrica será feita antes dos acabamentos e forro, evitando assim retrabalho. Toda fiação deverá seguir as bitolas especificadas no projeto, a montagem do quadro por um eletricitista habilitado e todos os circuitos testados antes da execução de forros e acabamentos.

2.7. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Serão executados os pontos de alimentação (água fria) e de esgoto para: lavatório, vaso sanitário, chuveiro, piscina e pia da cozinha. Toda rede de água fria é feita com tubulação soldável, enquanto a de esgoto e drenagem de águas pluviais, em tubos de PVC série normal, com ligação em junta elástica, devido as movimentações. Toda a rede deve ser testada antes da liberação para acabamento e forros.

2.8. PORTAS

As portas devem apresentar superfície lisa, sem deformações e coloração homogênea, pronta para receber pintura em esmalte sintético. A folga entre a forra e a parede varia de 1 cm a 1,5 cm. A fixação da forra é feita verificando-se e corrigindo o prumo, o nível e o esquadro.


2.9. REVESTIMENTOS

Antes de qualquer revestimento deverão ser executados testes e revisão das canalizações, bem como exame cuidadoso quanto a irregularidades e limpeza das paredes.

As paredes externas e internas e todas as superfícies de concreto serão previamente chapiscadas, não podendo deixar de umedecer a base para evitar ressecamento da argamassa, com a argamassa preparada conforme especificado pelo projetista, aplicar com colher de pedreiro vigorosamente, formando uma camada uniforme de espessura de 3 a 5 mm;

2.10. PISOS

No piso deverá ser feito com lastro de brita 01, 05cm de altura, e piso de concreto, espessura mínima de 05cm, ao qual será adicionado impermeabilizante de pega normal para argamassas, Vedacit ou Sika1, nas proporções indicadas pelo fabricante.

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 5/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

Deverá ser executada regularização com argamassa, na espessura de 3,00 cm, a fim de nivelar a pavimentação, com seu posterior alisamento. Concluídos os serviços, o piso deverá ser completamente limpo, para efetuar o estucamento (calafetação dos poros) com cimento, corrigindo eventuais falhas.

2.11. FORRO

Na instalação do forro, devem ser verificados todos os detalhes previstos no projeto, por meio de locação prévia dos pontos de fixação, posições das luminárias, etc.

Os serviços são iniciados após a conclusão e teste dos sistemas de instalações elétricas, hidráulicas, de ar-condicionado etc. Os revestimentos de paredes, os caixilhos e demais elementos que possam causar interferência ao forro também devem estar concluídos.

2.12. PINTURA


As superfícies rebocadas devem ser escovadas ou espanadas para eliminar completamente o pó. Só deverão dar início as pinturas com as paredes completamente secas. As alvenarias e o forro (receberão pintura com tinta acrílica sem brilho sobre selador. A pintura será dada em duas demãos ou mais se necessário. As portas receberão pintura em tinta esmalte na cor definida.

2.13. LIMPEZA FINAL

Será de responsabilidade da empresa a retirada de toda sobra de material e limpeza do local de trabalho. A limpeza final de um compartimento só será executada após a conclusão de todos os serviços a serem efetuados neste, sendo que após o término da limpeza, o ambiente será trancado com chave, sendo impedido o acesso ao local. Ainda ao término da obra, será procedida uma rigorosa verificação final do funcionamento e condições dos diversos elementos que compõem a obra, cabendo ao Construtor refazer ou recuperar os danos verificados. A limpeza de pisos e revestimentos cerâmicos será feita com o uso de ácido muriático diluído em água na proporção necessária. As ferragens deverão ser limpas com palha de aço e algum polidor para cromados. Os vidros deverão ser limpos mediante o uso de álcool e pano seco. Os granilites serão limpos mediante o uso de sabão neutro. As louças e metais serão limpos com o uso de detergente apropriado em solução com água.

3. JUSTIFICATIVA

A construção de um Centro de Atendimento a Neurodivergentes justifica-se pela necessidade de promover inclusão social, educacional e profissional de pessoas com condições neurológicas que impactam o desenvolvimento e o comportamento, como o autismo, o TDAH, a dislexia, entre outras. A iniciativa visa oferecer um espaço especializado e acessível, com infraestrutura adequada e equipe multidisciplinar voltada ao diagnóstico, acompanhamento terapêutico e desenvolvimento das potencialidades individuais de cada usuário. Além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas neurodivergentes, o centro também atuará como polo de apoio às famílias, capacitação de profissionais e disseminação de conhecimento sobre práticas inclusivas. Dessa forma, o empreendimento representa um avanço significativo

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 6/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

na garantia dos direitos humanos, no fortalecimento das políticas públicas de saúde e educação inclusiva, e na construção de uma sociedade mais empática, justa e equitativa.

4. ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	A implantação da obra e serviços para a CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES de Juazeirinho/PB	UND	1	1.816.038,48	1.816.038,48

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Ocorrerá a implantação da obra e serviços CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES de Juazeirinho/PB, no horizonte de 12 (doze) meses.

6. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO


O representante para exercer a atividade de fiscalização do contrato será o engenheiro civil Fernando Gomes Araújo Filho, registrado no sistema CREA sob o número 161258497-7.

7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A fiscalização é o preposto direto da prefeitura junto às obras, que dá as instruções para execução dos serviços, podendo rejeitar ou alterar processos de execução, aplicação de mão-de-obra, de material e equipamentos considerados inadequados à execução do projeto.

8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

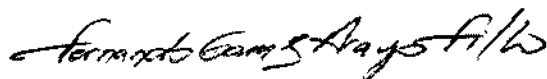
A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, os projetos fornecidos e as especificações, que complementam, no que couber, deverá ser combinado previamente entre as partes.

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 7/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

9. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Deverá ser prezada a qualidade técnica da execução dos serviços, para que atenda as especificações adotadas em projeto, prezando a continuidade da obra, para que atenda o cronograma físico-financeira da mesma.

Fernando Gomes Araújo Filho
ENGENHEIRO CIVIL
CREA 161258497-7



Fernando Gomes Araújo Filho
Engenheiro Fiscal
CREA nº 161258497-7


PROJETO BÁSICO

CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO À PESSOA COM AUTISMO E NEURODIVERGENTES



SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. CONSTRUÇÃO.....	3
2.1. ESCAVAÇÕES E MOVIMENTAÇÕES DE TERRA.....	3
2.2. LASTRO DE CONCRETO MAGRO	3
2.3. INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA	3
2.4. ALVENARIAS	3
2.5. VERGAS E CONTRAVERGAS	4
2.6. INSTALAÇÕES ELÉTRICA.....	4
2.7. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	4
2.8. PORTAS	4
2.9. REVESTIMENTOS	4
2.10. PISOS.....	4
2.11. FORRO.....	5
2.12. PINTURA	5
2.13. LIMPEZA FINAL.....	5
3. JUSTIFICATIVA.....	5
4. ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS.....	6
5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	6
6. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO	6
7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE	6
8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	6
9. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	7

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 3/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

1. OBJETIVO

O projeto básico da CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES de Pocinhos, localizada em Pocinhos/PB, tem como função estabelecer as diretrizes para a execução dos serviços a serem realizados na mesma, dentro das normas atuais e condições de trabalho necessárias.

2. CONSTRUÇÃO

2.1. ESCAVAÇÕES E MOVIMENTAÇÕES DE TERRA

A empresa executora do serviço manterá as escavações livres de água, tomando para isto as providências que forem necessárias, evitando ainda, que a água da superfície corra para dentro das escavações.

2.2. LASTRO DE CONCRETO MAGRO

Antes da colocação das ferragens das fundações, o terreno de fundação deverá receber uma camada de concreto simples (concreto magro). Esta camada deve ser executada sobre uma superfície isenta de lama, compactada e nivelada.

O lastro de concreto magro deve ter a espessura mínima de 5 cm e ultrapassar as dimensões da fundação, em planta, em, no mínimo, 10 cm para cada lado.


2.3. INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

O sistema estrutural adotado na obra é o concreto armado, sendo a alvenaria apenas de vedação. Antes da concretagem executar a colocação de eletrodutos, caixas de passagem e outros eventuais serviços no concreto.

As barras de aço deverão ser completamente limpas e isentas de crostas soltas de ferrugem, de barro, óleo ou graxa. A execução e adensamento dos concretos deverão ser feitos mecanicamente. Para a perfeita cura do concreto o mesmo deverá ser molhado e mantido úmido durante os primeiros sete dias. A execução da concretagem deverá obedecer a cuidado quanto às dimensões, formas, firmeza, ligações, esquadro, nível, prumo e limpeza, não sendo admitidas falhas no concreto, ou ferragens expostas. Para permitir o recobrimento mínimo estabelecido no projeto das peças de concreto, deverão ser utilizados espaçadores plásticos com 2,5 cm para vigas, lajes e pilares, 5 cm para fundações.

2.4. ALVENARIAS

As alvenarias serão de meia vez, executadas com tijolo cerâmico furado na horizontal (9x19x19), preferencialmente com junta de 10 mm, observando o nivelamento de fiadas, e prumo. Os materiais deverão ser de primeira qualidade. As fiadas serão perfeitamente niveladas, alinhadas e aprumadas. As juntas terão espessura máxima de 1,5 cm e serão rebaixadas a ponta de colher para que o reboco adira perfeitamente.

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 4/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

2.5. VERGAS E CONTRAVERGAS

Janelas e portas em paredes de alvenaria exigem reforços estruturais, vergas - sobre o vão – e contravergas (no caso de janela) - abaixo da abertura, que melhoram a distribuição de cargas, evitam o aparecimento de trincas e impedem esforços sobre as esquadrias. São previstas em projeto, que também e devem ultrapassar 25 cm para cada lado do vão.

2.6. INSTALAÇÕES ELÉTRICA

A instalação elétrica será executada conforme o projeto que foi elaborado. Toda rede de infraestrutura de elétrica será feita antes dos acabamentos e forro, evitando assim retrabalho. Toda fiação deverá seguir as bitolas especificadas no projeto, a montagem do quadro por um eletricista habilitado e todos os circuitos testados antes da execução de forros e acabamentos.

2.7. INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Serão executados os pontos de alimentação (água fria) e de esgoto para: lavatório, vaso sanitário, chuveiro, piscina e pia da cozinha. Toda rede de água fria é feita com tubulação soldável, enquanto a de esgoto e drenagem de águas pluviais, em tubos de PVC série normal, com ligação em junta elástica, devido as movimentações. Toda a rede deve ser testada antes da liberação para acabamento e forros.

2.8. PORTAS

As portas devem apresentar superfície lisa, sem deformações e coloração homogênea, pronta para receber pintura em esmalte sintético. A folga entre a forra e a parede varia de 1 cm a 1,5 cm. A fixação da forra é feita verificando-se e corrigindo o prumo, o nível e o esquadro.


2.9. REVESTIMENTOS

Antes de qualquer revestimento deverão ser executados testes e revisão das canalizações, bem como exame cuidadoso quanto a irregularidades e limpeza das paredes.

As paredes externas e internas e todas as superfícies de concreto serão previamente chapiscadas, não podendo deixar de umedecer a base para evitar ressecamento da argamassa, com a argamassa preparada conforme especificado pelo projetista, aplicar com colher de pedreiro vigorosamente, formando uma camada uniforme de espessura de 3 a 5 mm;

2.10. PISOS

No piso deverá ser feito com lastro de brita 01, 05cm de altura, e piso de concreto, espessura mínima de 05cm, ao qual será adicionado impermeabilizante de pega normal para argamassas, Vedacit ou Sika1, nas proporções indicadas pelo fabricante.

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 5/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

Deverá ser executada regularização com argamassa, na espessura de 3,00 cm, a fim de nivelar a pavimentação, com seu posterior alisamento. Concluídos os serviços, o piso deverá ser completamente limpo, para efetuar o estucamento (calafetação dos poros) com cimento, corrigindo eventuais falhas.

2.11. FORRO

Na instalação do forro, devem ser verificados todos os detalhes previstos no projeto, por meio de locação prévia dos pontos de fixação, posições das luminárias, etc.

Os serviços são iniciados após a conclusão e teste dos sistemas de instalações elétricas, hidráulicas, de ar-condicionado etc. Os revestimentos de paredes, os caixilhos e demais elementos que possam causar interferência ao forro também devem estar concluídos.

2.12. PINTURA


As superfícies rebocadas devem ser escovadas ou espanadas para eliminar completamente o pó. Só deverão dar início as pinturas com as paredes completamente secas. As alvenarias e o forro (receberão pintura com tinta acrílica sem brilho sobre selador. A pintura será dada em duas demãos ou mais se necessário. As portas receberão pintura em tinta esmalte na cor definida.

2.13. LIMPEZA FINAL

Será de responsabilidade da empresa a retirada de toda sobra de material e limpeza do local de trabalho. A limpeza final de um compartimento só será executada após a conclusão de todos os serviços a serem efetuados neste, sendo que após o término da limpeza, o ambiente será trancado com chave, sendo impedido o acesso ao local. Ainda ao término da obra, será procedida uma rigorosa verificação final do funcionamento e condições dos diversos elementos que compõem a obra, cabendo ao Construtor refazer ou recuperar os danos verificados. A limpeza de pisos e revestimentos cerâmicos será feita com o uso de ácido muriático diluído em água na proporção necessária. As ferragens deverão ser limpas com palha de aço e algum polidor para cromados. Os vidros deverão ser limpos mediante o uso de álcool e pano seco. Os granilites serão limpos mediante o uso de sabão neutro. As louças e metais serão limpos com o uso de detergente apropriado em solução com água.

3. JUSTIFICATIVA

A construção de um Centro de Atendimento a Neurodivergentes justifica-se pela necessidade de promover inclusão social, educacional e profissional de pessoas com condições neurológicas que impactam o desenvolvimento e o comportamento, como o autismo, o TDAH, a dislexia, entre outras. A iniciativa visa oferecer um espaço especializado e acessível, com infraestrutura adequada e equipe multidisciplinar voltada ao diagnóstico, acompanhamento terapêutico e desenvolvimento das potencialidades individuais de cada usuário. Além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas neurodivergentes, o centro também atuará como polo de apoio às famílias, capacitação de profissionais e disseminação de conhecimento sobre práticas inclusivas. Dessa forma, o empreendimento representa um avanço significativo

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 6/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

na garantia dos direitos humanos, no fortalecimento das políticas públicas de saúde e educação inclusiva, e na construção de uma sociedade mais empática, justa e equitativa.

4. ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	A implantação da obra e serviços para a CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES de Juazeirinho/PB	UND	1	1.816.038,48	1.816.038,48

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Ocorrerá a implantação da obra e serviços CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES de Juazeirinho/PB, no horizonte de 12 (doze) meses.

6. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO


O representante para exercer a atividade de fiscalização do contrato será o engenheiro civil Fernando Gomes Araújo Filho, registrado no sistema CREA sob o número 161258497-7.

7. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A fiscalização é o preposto direto da prefeitura junto às obras, que dá as instruções para execução dos serviços, podendo rejeitar ou alterar processos de execução, aplicação de mão-de-obra, de material e equipamentos considerados inadequados à execução do projeto.

8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, os projetos fornecidos e as especificações, que complementam, no que couber, deverá ser combinado previamente entre as partes.

	TÍTULO: PROJETO BÁSICO - CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES	CÓDIGO: PB-REFD-1224	
		REV: 00	Nº PAG: 7/7
		DATA DE APROVAÇÃO: 16/12/2024	

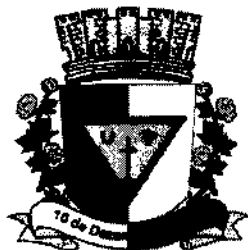
9. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Deverá ser prezada a qualidade técnica da execução dos serviços, para que atenda as especificações adotadas em projeto, prezando a continuidade da obra, para que atenda o cronograma físico-financeira da mesma.

Fernando Gomes Araújo Filho
ENGENHEIRO CIVIL
CREA 161258497-7



Fernando Gomes Araújo Filho
Engenheiro Fiscal
CREA nº 161258497-7



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB

Relatório situacional, objetivos, metas e benefícios.

FERNANDO GOMES ARAUJO FILHO

Engenheiro Fiscal
CREA PB nº 161258497-7

POCINHOS/PB - Março/2026



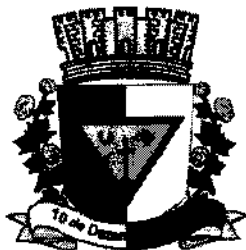
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

APRESENTAÇÃO/JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por objetivo a **CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE NEURODIVERGENTES NO MUNICÍPIO DE POCINHOS-PB**. A construção de um Centro de Apoio à Neurodiversidade em POCINHOS-PB é uma iniciativa fundamental e urgente, que visa responder a uma crescente demanda por serviços especializados e acolhimento para indivíduos neurodivergentes e suas famílias em nosso município. A justificativa para este projeto se baseia na necessidade de promover a inclusão, garantir direitos e oferecer qualidade de vida a cidadãos com condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outras. Atualmente, muitas famílias enfrentam uma jornada solitária e com acesso limitado a diagnósticos precisos e terapias adequadas, o que reforça a importância de um espaço que centralize e facilite esse suporte. A criação de um centro de referência local representa um passo decisivo para transformar o município em um ambiente mais acolhedor e preparado para a diversidade humana

METAS E BENEFÍCIOS

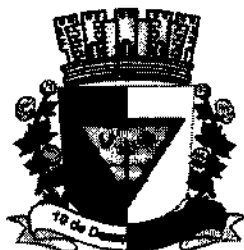
As metas centrais são amplas e impactam diretamente a comunidade. A principal meta é garantir que toda pessoa neurodivergente em POCINHOS tenha acesso a um plano de desenvolvimento individualizado, que potencialize suas habilidades e promova sua autonomia. Como benefícios diretos, teremos a melhoria significativa no desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos atendidos, a redução da sobrecarga e do isolamento das famílias, que encontrarão um espaço de acolhimento e troca de experiências. Para o município, os benefícios se traduzem no fortalecimento da rede de proteção social, na promoção de uma cultura de inclusão e na valorização da neurodiversidade como uma força positiva na comunidade. A centralização dos serviços otimiza recursos públicos e garante um acompanhamento mais eficaz e de longo prazo, consolidando POCINHOS como um exemplo de cidade que cuida de todos os seus cidadãos



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

OBJETIVO

Como princípio, o objetivo é estabelecer um polo de referência em POCINHOS que ofereça atendimento multidisciplinar, integrado e humanizado. Este centro não será apenas um local para terapias, mas um ecossistema de apoio completo. Pretende-se oferecer desde a avaliação diagnóstica padronizada até intervenções terapêuticas contínuas com uma equipe de especialistas, incluindo psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicopedagogos. Além do atendimento direto ao indivíduo, o centro terá como objetivo capacitar profissionais da rede de saúde e educação, fornecer orientação jurídica e psicológica às famílias e criar uma base de dados epidemiológicos para guiar futuras políticas públicas no município.



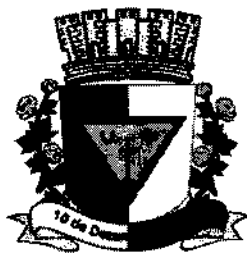
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72

REGISTRO DE FOTOS



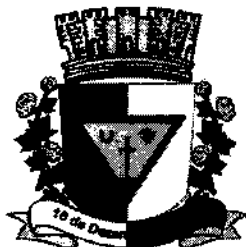
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro - Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72





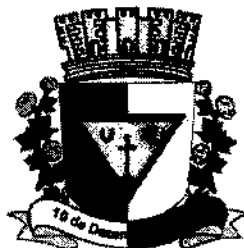
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72





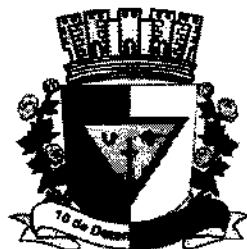
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72





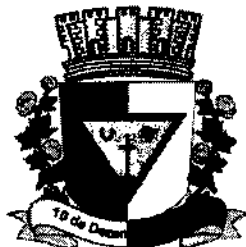
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72



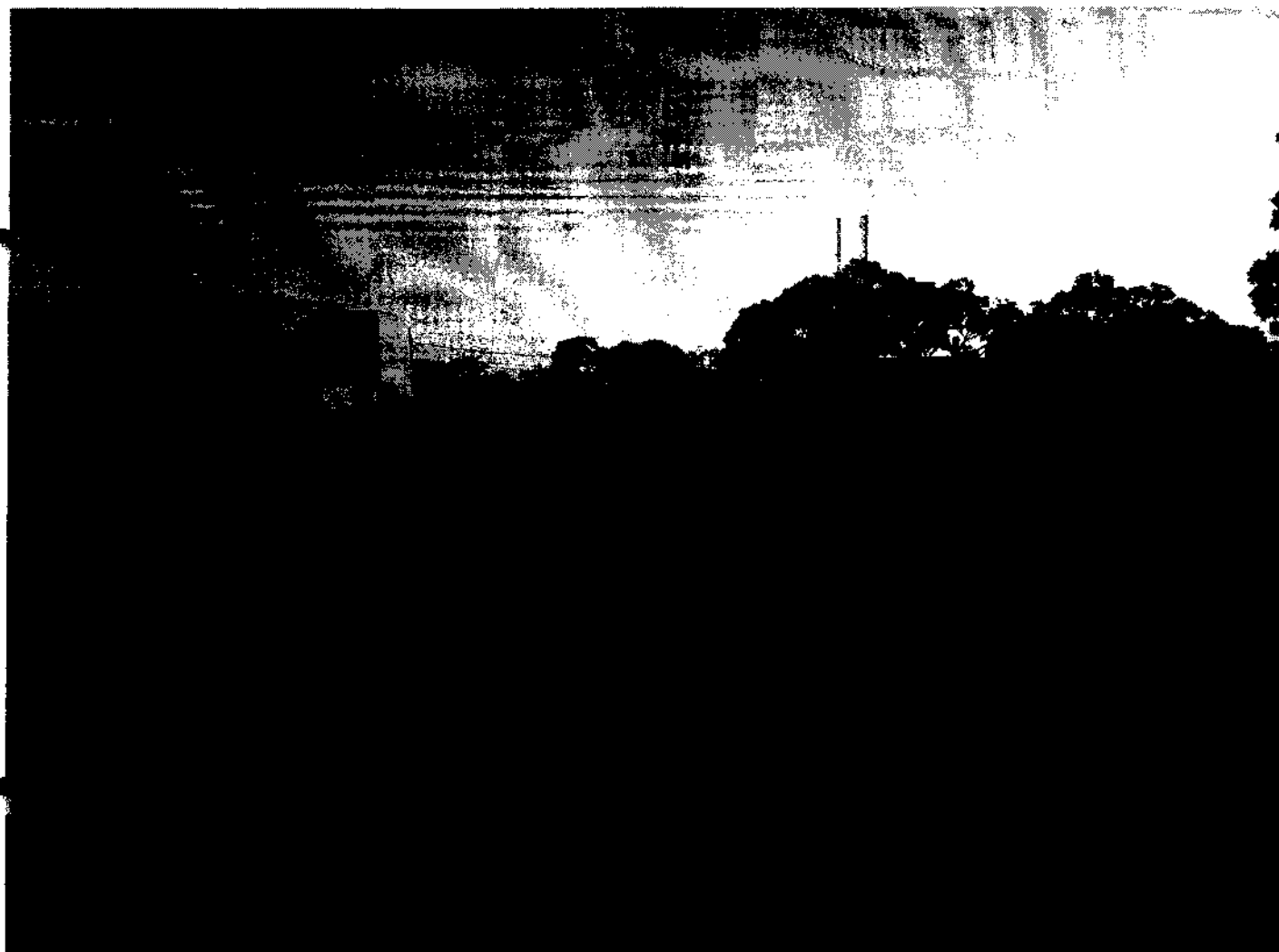


ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCINHOS
Rua Cônego João Coutinho, nº 01 - Centro – Pocinhos-PB CEP: 58150-000
CNPJ: 08.741.688/0001-72



**FERNANDO GOMES
ARAÚJO FILHO:**
05122480443

Assinado digitalmente por FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO 05122480443
DN: CN=BRA, OU=CP-BRAS, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RS e-CPF A1, OU=EM BRANCO, OU=3801806000124,
O=Brasileiros, CN=FERNANDO GOMES ARAÚJO FILHO,
05122480443
Resumo do conteúdo do documento:
Localizado, sua localização de estrutura por
Data: 2023-05-16 18:28:50
Versão: 3.7.1

Fernando Gomes Araújo Filho
Engenheiro Fiscal
CREA nº 161258497-7